RENATA CERQUEIRA BARBOSA

CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE ROMANA NA INGLATERRA VITORIANA:

A leitura sobre Ovídio

ASSIS

2011

RENATA CERQUEIRA BARBOSA

CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE ROMANA NA INGLATERRA VITORIANA:

A leitura sobre Ovídio

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.

ASSIS

2011

Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B238c Barbosa, Renata Cerqueira.
Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana: a leitura sobre Ovídio / Renata Cerqueira Barbosa. – Assis, 2011.
204 f.

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Junior.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis), Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Ovídio – Crítica e interpretação – Teses. 2. Historiografia – Teses. 3. Sexo na literatura – Teses. 4. Civilização greco-romana – Sexualidade – Teses. 5. Literatura e história – Teses. 6. Sexualidade na antiguidade – Teses. I. Cardoso Junior, Hélio Rebello. II. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis). Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE ROMANA NA INGLATERRA VITORIANA:

A leitura sobre Ovídio

Renata Cerqueira Barbosa

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História

Aprovada por:

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior
(Orientador)

Prof. Dr. Cláudio DeNipoti

Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha

Profa. Dra. Lourdes Conde Feitosa

Prof. Dr. Milton Carlos Costa

Ele era evidentemente abençoado pela Heroides, mas satisfeito com Amores. Da Ars disse ele: "O melhor de Ovídio". O Fasti foi quase demais para ele, no Tristia ele encontrou um conjunto de poemas muito melancólico. Com Metamorfoses, apesar de tudo ser muito bem incluído, ele ficou decepcionado com a primeira leitura, embora tenha gostado mais de uma segunda leitura compenetrada.

(Opinião de Macaulay sobre Ovídio segundo seu biógrafo. TREVELYAN, G. O. *Life and Letters of Lord Macaulay.* London, 1908, p. 725.)

À Claudiomar dos Reis Gonçalves, amigo e orientador.

À minha mãe, Raymunda Maria Barbosa, exemplo de coragem, garra, alegria e vivacidade.

À meu pai, Benedito Barbosa Neto, otimismo e força nos dias difícieis.

À meu marido, Fabio Cabral, meu amor, meu amigo e companheiro de caminhada.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Tese de doutorado é o resultado da participação de pessoas e instituições que tornaram a pesquisa e sua efetivação possíveis. Sendo assim, agradeço imensamente ao professor Hélio Rebello Cardoso Júnior, orientador atento, ético, competente e acessível, por todos os momentos compartilhados nestes anos de doutorado. Agradeço a liberdade de pesquisa, às leituras cuidadosas, comentários pertinentes e apoio incondicional.

Agradeço à professora co-orientadora Andréa Lúcia D. O. C. Rossi pelas indicações, leitura e compartilhamento de idéias e angústias. Aos professores que fizeram parte da Banca de Exame de Qualificação, professora Margarida Maria de Carvalho e professor José Carlos Barreiro pela preciosa leitura, sugestões e indicações bibliográficas.

Aos Amigos Rodrigo e Lígia pela gentileza e acolhida em momentos difíceis, pela boa conversa e alegria regados à vinho, ou Brahma gelada no Ex-tensão onde as aulas sempre tinham continuação e os debates eram prazerosos, inteligentes e instigantes, compartilhados com outros amigos como Gustavo, Richard, Poreli, Priscila, Fernanda, Andréa, Miguel, Andrew, André, Monise e tantos outros que seria difícil enumerar. O convívio com vocês esteve, sem dúvida, entre os melhores momentos desses quatro anos.

Agradeço especialmente à querida amiga Miliandre de Souza, pelo incentivo em todos os momentos e disposição em me ajudar a encontrar a primeira referência que tornou possível a realização desta Tese.

Ao amigo Claudiomar dos Reis Gonçalves pelas preciosas orientações ainda na graduação que me acompanharam até a elaboração do projeto de doutorado. Pelas leituras críticas, pela generozidade, amizade e os anos de convivência.

Aos amigos Márcia, Miguel, Gilberto, Rô, Jozimar, Tatau, Douglas, Helena, André, Dani Moscato e Cláudio, pela troca de experiências e vivências em momentos alegres e tristes. Pelos dias de churrascos e reuniões sempre agradáveis, acompanhados de boa comida e boas conversas.

Minha viagem de pesquisa à Inglaterra deve muito aos amigos Cássia e Fernando que a tornaram viável e acolhedora. Amigos de todos os momentos. Agradeço ao Daniel e Priscila pelos momentos de alegria e pela acolhida generosa. Ao Pablo e Aline, pela receptividade e disposição em ajudar sempre. A Marina e Gabriela, companheiras alegres que tornaram o final de minha estada mais leve. Todos vocês foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a D. Angela e Sr. Vicente, meus sogros, pelo apoio, carinho e os deliciosos almoços de domingo.

Aos amigos Dani e Silvério, Gigo e Carol, Érica e Marquinhos, obrigada pelos deliciosos encontros com boa música e compartilhamento dos momentos difíceis de finalização da tese. Vocês foram essenciais nos momentos de descanso.

A grande amiga Marcele Rodrigues por todos os momentos de cumplicidade, pela presença constante e amizade inquestionável.

Agradeço a meus pais, pela alegria, pelo sorriso, pelo amor e pela vida!

Ao Fábio, pelo companherismo, amor, apoio e paciência durante esses quatro anos. Obrigada pela boa música nos momentos de estresse.

Agradeço aos professores do programa de Pós-graduação em História da Unesp de Assis que tive contato, e que contribuíram com as aulas, conversas e sugestões: Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Emery Marques

Gusmão, Ricardo Gião Bortolotti, Tânia Regina de Luca e Zélia Lopes da Silva.

À seção de Pós-graduação pela atenção, informações e competência demonstrados em todos os momentos. Obrigada à Zélia, Iria, Sueli e demais funcionários por todas as solicitações atendidas.

Agradeço à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - pelo apoio financeiro impressindível para a realização desta Tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1

Sexualidade, Gênero e os Vitorianos ..... .27

1.1 A INGLATERRA VITORIANA: CONTEXTO E CONSTRUÇÕES 28

1.2 A SEXUALIDADE NA MORAL VITORIANA 33

1.3 A POLÍTICA E MEDICINA NO DOMÍNIO DOS CORPOS 47

CAPÍTULO 2

Arqueologia e Nacionalismo a serviço do Imperialismo Britânico..... 57

2.1 NACIONALISMO E IMPERIALISMO NA ERA VITORIANA 58

2.2 ARQUEOLOGIA E ROMANIZAÇÃO A SERVIÇO DOS VITORIANOS 69

CAPÍTULO 3

Aspectos Culturais na Inglaterra Vitoriana: Entre o Clássico e o Contemporâneo.....98

3.1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CULTURA NO CONTEXTO VITORIANO.....99

3.2 OS ESTUDOS CLÁSSICOS NA INGLATERRA 106

3.3 O LEGADO ROMANO 117

CAPÍTULO 4

Ovídio em Dois Momentos: Entre os Clássicos e os Vitorianos.....124

4.1 OVÍDIO: UMA APRESENTAÇÃO 125

4.2 OVÍDIO E OS VALORES MORAIS CLÁSSICOS 132

4.3 OVÍDIO E OS VITORIANOS 150

CONCLUSÃO 168

FONTES PRIMÁRIAS.....171
FONTES ANTIGAS.....172
DICIONÁRIOS 174
DISSERTAÇÕES E TESES.....175
REFERÊNCIAS.....176

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Concepções da Sexualidade Romana na Inglaterra Vitoriana:* A leitura sobre Ovídio. 2011. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2011.

RESUMO

O século XIX foi caracterizado pela historiografia ocidental como um momento de elaboração e definição de importantes conceitos científicos, pela busca por avanço tecnológico, assim como pelo crescimento literário e cultural. A retomada e a utilização de elementos da cultura greco-romana têm sido presença constante na formação e utilização desses conceitos.

Alguns trabalhos populares vitorianos sugeriam que os romanos clássicos deixaram para os ingleses uma civilização que se dirigiu quase que diretamente para o estado moderno inglês. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho é analisar como os vitorianos interpretaram a sexualidade romana, bem como, a conduziram no que diz respeito à construção de uma moral sexual no período, através da leitura das obras de Ovídio, poeta latino do século I d.C. que teve muita repercussão em seu momento histórico.

Dentre suas obras, a *Ars Amatoria* se destaca, por pregar a ideia de que o prazer sexual entre homens e mulheres, para ser plenamente satisfatório, deveria ser mútuo, e a relação, livre e espontânea por ambas as partes. No entanto, Ovídio foi uma referência não assumida entre os vitorianos, justamente pelo fato de o século XIX estar marcado por uma necessidade de controle da conduta sexual. Esse controle insere-se no contexto de uma nação que vive um momento de mudanças devido à crescente industrialização e logo ao descontrole populacional desencadeado por fatores sociais, econômicos e imperialistas. A literatura vitoriana se caracteriza em parte pela produção de romances e biografias moralizantes, fato este que excluiria Ovídio do modelo de um herói que deveria ser exaltado.

Palavras-chave: Literatura Vitoriana, Sexualidade, Antiguidade Clássica, Ovídio.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Conceptions of Roman Sexuality in Victorian England: The reading about Ovid*. 2011. 204 f. Thesis (Doctoral in History) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2011.

ABSTRACT

The nineteenth century was characterized by Western historiography as a period of working up and definition of important scientific concepts, by search for technological advancement, as well as by literary and cultural growth. The recovery and the use of greek and roman culture elements have been constantly present in the formation and use of these concepts.

Some popular Victorian works suggested that the Classic Romans left to the British a civilization which turned almost directly to the modern English state. Based on this purpose, this work aims to analyze how the Victorians interpreted the Roman sexuality, and how they led it concerning to the construction of a sexual morality in that period. For this, we resort to reading Ovid's works, Latin poet of the first century AD which had repercussions in his historical moment.

Among his works, *Ars Amatoria* is detached, for preaching the idea that sexual pleasure for men and women, to be fully satisfactory, should be mutual, and the relationship, free and voluntary by both parties. However, Ovid was a reference not assumed among the Victorians, precisely because the nineteenth century is marked by a need to control sexual behavior.

This control is inside the context of a nation that is experiencing a period of change due to increasing industrialization and soon to lack of controll of population triggered by social, economic and imperialist factors. The Victorian literature is characterized in part by the production of moralizing novels and biographies, a fact that excluded Ovid as a model of a hero which should be exalted.

Keywords: Victorian Literature, Sexuality, Classical Antiquity, Ovid.

INTRODUÇÃO

A retomada e a utilização de elementos da cultura greco-romana têm sido presença constante na produção historiográfica ocidental. Na passagem do Iluminismo para o Romantismo, a História se organiza, se estrutura e se consolida ao longo do século XIX sob a influência do positivismo, do historicismo, bem como das escolas metódicas, em que o objetivo é a busca da cientificidade.

Nesse sentido, a historiografia grega foi portadora da reflexão sobre a História e a matriz retórica da escrita histórica moderna, assim como a tradição clássica latina contribuiu fortemente para a formação da historiografia moderna na época humanístico-renascentista, sobretudo por meio da reflexão retórica e filosófica de Cícero. Segundo Gabriella Albanese, é necessário esclarecer que a própria definição de historiografia, entendida no Renascimento e na Época Moderna como *ars* da escrita da História, "é rigorosamente dependente da teorética historiográfica fixada pela retórica clássica grega e latina, de Aristóteles a Luciano, de Cícero a Quintiliano".[1]

No decorrer do século XIX, leitores dotados de um "modesto talento" clássico tinham à sua disposição um número crescente de traduções contemporâneas ou reimpressas de clássicos em verso e prosa.[2] A popularização dos livros por meio do desenvolvimento da economia de mercado favoreceu os que sabiam ler e escrever. Nas palavras de Steven R. Fischer[3], "(...) não é por acaso que os que sabiam ler, ao longo da história, ocuparam as terras mais valiosas do mundo.(...) Sim, porque, acima de tudo, foi a capacidade de ler que deu origem ao homem moderno". Segundo ele, não foi coincidência o aparecimento desse homem moderno ter ocorrido no cruzamento das rotas terrestres, fluviais e marítimas de maior movimento, nas quais circulavam livros impressos e outros materiais de leitura. Na Europa do século XVIII, considerada rica, com uma rede bem definida de estradas e rotas

[1] ALBANESE, Gabriella. "A redescoberta dos historiadores antigos no humanismo e o nascimento da historiografia moderna." In: PIRES, F. M. (Org.) *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história.* São Paulo: Alameda, 2009, pp.279-286.
[2] VANCE, Norman. *The Victorians and Ancient Rome*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997, p 3.
[3] FISHER, Steven Roger. *História da Leitura.* São Paulo: UNESP, 2006, p. 233.

de embarcações, a crescente capacidade de ler resultou no Iluminismo, o qual ofereceu ao mundo, entre outras coisas, os três conceitos cruciais do uso livre da razão, do método empírico da ciência e do progresso humano universal. "Porque onde havia riqueza, havia escolas; onde havia escolas, havia mais instrução; e onde havia mais instrução, rápidos avanços ocorriam em toda área de atuação humana." [4]

A Revolução Industrial, ao proporcionar riqueza e poder a diversos países, a começar pela Inglaterra, foi também um resultado direto da instrução, ou seja, da leitura. Para Fischer, essa revolução originou-se da sinergia entre produção, riqueza e educação.[5] Apenas as sociedades industriais institucionalizaram a alfabetização da maioria das mulheres e homens. E como "cultura e poderio econômico caminham juntos", as novas potências industriais determinaram o curso do desenvolvimento cultural. Países como a França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e mais tarde Estados Unidos encabeçaram a revolução literária, variando novos mercados de livros e periódicos, técnicas inovadoras de publicação e distribuição, subgêneros, estilos e gostos originais, os quais foram seguidos por outras nações.

O público leitor do mundo ocidental atingiu uma alfabetização mais disseminada no século XIX. Os progressos na direção da alfabetização da época do Iluminismo continuaram criando novos leitores, sobretudo de jornais e de ficção, que se expandiam rapidamente. De acordo com Martyn Lyons[6], cerca de metade da população masculina e aproximadamente 30% das mulheres sabiam ler na França na época da Revolução Francesa. Na Inglaterra, onde eram mais altas as taxas de alfabetização, em 1850, 70% dos homens e 55 % das mulheres sabiam ler. A Alemanha, em 1871, tinha taxa de alfabetização de 88%. Obviamente, esses números escondem variações consideráveis entre o campo e a cidade, entre as capitais altamente alfabetizadas e o restante do país. Contudo, até meados do século XIX, níveis tão altos de alfabetização eram encontrados somente nas maiores cidades da Europa ocidental. Porém, por volta da última década do século, tinha sido

[4] Idem, ibidem.
[5] Segundo Fischer, "os países com baixos índices de alfabetização que não conseguiram estabelecer essa sinergia permanecem até hoje defasados." Ibidem.
[6] LYONS, Martyn. "Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários." In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (Orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental 2.* São Paulo: 1999, pp.165-202.

alcançada de maneira quase uniforme a taxa de 90% de alfabetização, desaparecendo a discrepância entre os dados referentes a homens e mulheres. Nas palavras do autor:

> "Foi a 'era de ouro' do livro no mundo ocidental: a primeira geração a alcançar alfabetização de massa foi também a última a ver o livro atuando sem a competição de outros meios de comunicação, como rádio ou a mídia eletrônica do século XX."[7]

Tal expansão do público leitor foi acompanhada pela difusão da educação primária. O ensino primário, tanto na Inglaterra quanto na França, somente chegou a ser efetivamente gratuito, generalizado e obrigatório quando esses países já tinham quase erradicado o analfabetismo. Simultaneamente, a jornada de trabalho mais curta proporcionava mais tempo para a leitura. Na Inglaterra, o dia de trabalho de nove horas era a norma por volta de 1880. Dessa forma, mesmo as classes operárias podiam começar a engrossar as fileiras do novo público leitor. Esse novo público devorava romances baratos. No século XVIII, o romance não era considerado uma forma de arte respeitável, mas, no primeiro quartel do século XIX, o seu prestígio se consolidou. Passou a ser a expressão literária clássica da sociedade burguesa. A produção em massa de ficção barata integrou novos leitores aos públicos nacionais consumidores de livros e contribuiu para unificar e homogeneizar tais públicos.[8]

Os novos leitores do século XIX eram uma boa fonte de lucro, mas também provocavam ansiedade e inquietação entre as elites sociais. As revoluções de 1848[9] foram em parte vistas como o resultado da disseminação de obras subversivas e socialistas, que alcançavam o trabalhador urbano e um novo público no campo.[10]

As mulheres também constituíam uma parte substancial e crescente do novo público leitor de romances. A tradicional diferença entre as

---

[7] Idem, p. 165.
[8] Idem, p. 166.
[9] Dá-se o nome de Revoluções de 1848 à série de revoluções na Europa central e oriental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, de falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado nas minorias da Europa central e oriental, que abalaram as monarquias da Europa, onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. Também chamada de Primavera dos Povos, esse conjunto de revoluções, de caráter liberal, democrático e nacionalista, foi iniciado por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.
[10] LYONS, Op. Cit. p. 166-167.

taxas de alfabetização masculina e feminina diminuiu e finalmente foi eliminada por volta do fim do século XIX. Essa discrepância sempre fora maior na parte mais baixa da escala social. Possivelmente mais mulheres do que se imagina eram capazes de ler. O teste de assinatura, frequentemente usado pelos historiadores para calcular níveis de alfabetização, não dava informações sobre quem tinha acesso à leitura, mas ainda assim muitas não sabiam assinar o próprio nome. Segundo Lyons, tal grupo era essencialmente feminino. A Igreja católica tinha se esforçado ao máximo para incentivar as pessoas a ler, mas não a escrever. Era útil que os paroquianos lessem a bíblia e seu catecismo, mas a habilidade de escrever poderia dar aos camponeses, no entender do clero, um grau indesejável de independência. Por essa razão, é possível que muitas mulheres soubessem ler, mas não assinar seu nome ou escrever. Em algumas famílias, havia uma divisão rígida do trabalho com a escrita, pela qual as mulheres liam para a família, enquanto os homens cuidavam da escrita e da contabilidade.[11]

Embora as mulheres não fossem as únicas leitoras de romances, elas eram o principal alvo da ficção romântica e popular. Nas palavras de Martyn Lyons:

> "A feminização do público leitor de romances parecia confirmar os preconceitos dominantes sobre o papel da mulher e sua inteligência. Romances eram tidos como adequados para as mulheres por serem elas vistas como criaturas em que prevalecia a imaginação, com capacidade intelectual limitada, frívolas e emotivas. O romance era a antítese da literatura prática e instrutiva. Exigia pouco do leitor e sua única razão de ser era divertir pessoas com tempo sobrando. Acima de tudo, o romance pertencia ao domínio da imaginação." [12]

No entanto, os jornais com reportagens sobre eventos públicos pertenciam geralmente ao domínio masculino; os romances que tratavam da vida interior eram parte da esfera privada à qual eram relegadas as mulheres burguesas do século XIX. Isso representava certo perigo para o marido e para o *pater familias* burguês vitoriano. O romance poderia excitar as paixões e exaltar a imaginação feminina. Além do mais, poderia incentivar expectativas românticas que pareciam pouco razoáveis, bem como poderia sugerir ideias eróticas que ameaçavam a castidade e a boa ordem. Nesse sentido, o

[11] Idem, p. 167.
[12] Idem, p. 171-172.

romance do século XIX era associado com as supostas características femininas de irracionalidade e de vulnerabilidade emocional.[13]

Já no que diz respeito aos livros preferidos pelos homens acadêmicos, letrados, políticos, aristocratas ou até mesmo operários, os clássicos estavam sempre no topo da lista. De acordo com Anthony Grafton[14], desde 1930 até 1970, alguns estudiosos europeus, como Erwin Panofsky, Hans Baron e Eugenio Garin, ensinaram que os humanistas transformaram a experiência da leitura de maneira uniforme e poderosa.

> "(...) Os eruditos medievais liam um conjunto canônico de autoridades legais, médica e teológica – Aristóteles e seus comentaristas; a Bíblia Vulgata, as *Metamorphosis* de Ovídio, e a *Consolatio philosophiae,* de Boécio – de modo uniforme. Não obstantes todas as diferenças de origem e de substância de tais textos, os leitores medievais os consideravam como componentes de um só sistema." [15]

Segundo Grafton, os intérpretes oficiais os utilizavam como a base do sistema de debate e instrução conhecido como *escolasticismo*. Isso acontecia, porque os textos eram tratados não como obra de indivíduos que haviam vivido em um tempo e lugar determinados, mas como corpos de proposições impessoais. Em décadas de duro trabalho com martelo e cinzel, os medievais construíram um complexo conjunto gótico de paredes e contrafortes que precediam, envolviam e apoiavam os textos: títulos, comentários e tratados. Todo esse aparato impôs um modo de ver medieval que era aplicado aos mais díspares textos antigos. Do ponto de vista dos humanistas, esse modo de ver incorporava um erro sistemático e se apoiava nele. Os comentaristas propunham-se não a explicar o texto tal como era, mas colocar o seu conteúdo ao alcance dos novos tempos.

> "Se o *corpus iuris* mencionava, por exemplo, *sacerdotes* e *pontíficies,* o comentarista Accursius presumia que isso constituía uma referência aos presbíteros e bispos da igreja cristã que ele conhecia, encontrando assim nos textos antigos um aval para práticas modernas. Dessa forma, os textos permaneceram populares não por descreverem um mundo antigo, mas porque serviam às necessidades modernas." [16]

---

[13] Idem, p. 172.
[14] GRAFTON, Anthony. "O Leitor Humanista" In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (Orgs). História *da Leitura no Mundo Ocidental 2.* São Paulo: 1999, pp.05-46.
[15] Idem, p. 7.
[16] Idem, pp. 7-8.

Na opinião de Beard e Henderson[17], quando lemos a poesia épica de Homero ou Virgílio, a filosofia de Platão, Aristóteles ou Cícero, as peças de Sófocles, Aristófanes ou Plauto, estamos "partilhando" tal atividade com todos aqueles que os leram antes. Para os autores isso nos aproxima tanto dos monges medievais que copiaram e preservaram centenas de textos clássicos (mesmo com os problemas já discutidos), quanto dos estudantes do século XIX que passavam os dias estudando "os clássicos". É precisamente a centralidade dos clássicos em todas as formas de nossa política cultural que ata o Ocidente à sua herança. Por outro lado, nossa experiência dos clássicos é sempre nova. Nossa leitura de Virgílio jamais será a mesma de um monge medieval ou de um estudante do século XIX. Da mesma forma, ler a *Eneida* em acessível brochura de bolso é uma experiência diferente de ler o poema em um precioso volume manuscrito com encadernação em couro; e lê-lo numa poltrona é bem diferente também de fazê-lo em sala de aula sob o olhar de algum mestre-escola vitoriano.[18]

Contudo, as diferenças estão de forma ainda mais espantosas nas diversas questões, prioridades e suposições que trazemos aos textos e cultura antigos. Nenhum leitor nesse momento leria algo, clássico ou não, da mesma maneira, com a mesma compreensão que um leitor de outra geração. O feminismo, por exemplo, atraiu a atenção para a complexidade e a importância das mulheres na sociedade, e a pesquisa recente da história da sexualidade inspirou também compreensão radicalmente nova da literatura e cultura antigas. Para Beard e Henderson, muitos vitorianos não se espantavam com o papel subordinado das mulheres na Grécia e em Roma, com o fato de não terem possuído quaisquer direitos políticos em nenhuma das cidades antigas. Ao mesmo tempo, os acadêmicos vitorianos se esforçaram por ignorar ou mesmo censurar muitas passagens dos autores antigos que falam, com franqueza excessiva para o gosto deles, de sexo, tanto entre homens e mulheres como entre homens e meninos. Os classicistas modernos, por sua vez, não lamentavam propriamente a misoginia dos gregos e romanos nem celebravam seu aberto erotismo; antes investigavam como a literatura antiga

[17] BEARD, M. & HENDERSON, J. *Antiguidade clássica: uma brevíssima introdução.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 44.
[18] Idem, p. 45-46.

sustentava ou questionava essa misoginia e se perguntavam o que determinou a maneira como o sexo foi discutido e mostrado na arte e nos textos antigos. Tais investigações são resultado direto das discussões do século XX sobre os direitos das mulheres, as teorias e políticas sexuais; e, em troca, os clássicos contribuem com a profundidade histórica essencial aos debates deste século.[19]

O mesmo se aplica à Inglaterra Vitoriana ao buscar legitimidade para suas ações imperialistas. Os clássicos, no contexto dessa sociedade, foram fundamentais. A cidade de Roma, com sua capacidade de prover imagens múltiplas, mutáveis e conflituosas, tornou-se uma fonte rica para dar sentido – e desestabilidade – à História, à política, à identidade, à memória e ao desejo.[20] No caso, é a este último que voltaremos nossa atenção. Muitos autores romanos clássicos foram lidos nesse momento para dar legitimidade a uma possível herança imperial romana aos britânicos. E as questões relacionadas à sexualidade e ao amor dos romanos, como foram interpretadas pelos vitorianos? Para analisar essa interpretação feita por parte dos vitorianos aos romanos, faz-se necessário recorrer à História da Leitura como metodologia.

A leitura tem uma história, e esta apresenta – de acordo com a rubrica que se convencionou chamar História da Leitura – os limites e possibilidades para a interpretação das práticas que envolvem o ato de ler. Apreender essas particularidades é compreender como se lia em determinado momento histórico e identificar que o homem que lia na Antiguidade e na Idade Média não se assemelha ao homem que lia no século XIX. Tal apreensão também permite, a partir dos indícios de leitura de um indivíduo ou de um grupo, ter acesso privilegiado aos padrões culturais que conferem a certo período histórico sua áurea de singularidade.

A História da Leitura teve seu início nos trabalhos desenvolvidos em torno de pesquisas sobre a produção e difusão do livro, também denominada de *história social e cultural da comunicação impressa*. Em seu desenvolvimento, esse tipo de análise acabou desembocando em outras preocupações como a história das bibliotecas, do ensino, da leitura etc.,

---

[19] Idem, p. 46-47.
[20] HINGLEY, Richard. "Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa." IN: *Textos Didáticos* - Repensando o Mundo Antigo. IFCH/Unicamp, n.º 47, 2002, p. 29.

alcançando assim um questionamento sobre a difusão das ideias no passado, tanto nas perfilhações dos pensamentos intelectuais e filosóficos, como em pessoas que não estão presentes ou inseridas nessas filiações. Assim, o próprio livro tornou-se um objeto de estudo, principalmente, como possibilidade de transmissão e circulação de ideias: "(...) a história da leitura busca apreender a circulação das idéias, dado que o livro é na tradição ocidental em particular, o mídia por excelência".[21]

De acordo com Cláudio Denipoti, o ato da leitura é cotidiano e, portanto, incluso – com maior ou menor intensidade – em inúmeras sociedades e em épocas diferenciadas. Sendo assim, a leitura participa e participou da História, tendo sua trajetória histórica particular: "(...) A leitura passa a ser vista como um objeto possível da história, em particular da história cultural, e tanto a leitura quanto sua história podem ser vislumbradas sob diferentes prismas. (...)".[22]

Já se argumentou que a ascensão, no século XVIII, da história das maneiras e dos costumes e da história da sociedade, inclusive a história das mulheres, em detrimento da história política e militar, foi em parte uma reação à crescente feminização do público leitor. Os historiadores especializados em leitura, por exemplo, precisam estudar "comunidades de interpretação"; os historiadores da prática, "comunidades de prática", historiadores da linguagem, "comunidades de fala".[23] Nesse sentido, é necessário verificar o público leitor, para o qual as obras moralizantes vitorianas são produzidas. Segundo Peter Burke, "(...) os estudos sobre a recepção de textos e imagens em geral fazem a grande pergunta social: 'quem?'. Em outras palavras, que tipos de pessoas estavam olhando para esses objetos em particular em um determinado espaço e tempo?"[24] Por isso, a necessidade de analisar os leitores de Ovídio, bem como os leitores da produção vitoriana sobre Ovídio.

---

[21] DENIPOTI, Cláudio. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural*. Paraná, 1880 – 1930. (Tese) Curitiba: UFPR, 1998, p. 16.
[22] Idem, PP: 15-16.
[23] BURKE, P. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro, 2005, p. 148.
[24] Idem, ibidem.

Robert Darnton, em *O grande massacre de gatos*, demonstra-nos que o ato de ler denota uma experiência tão cotidiana e familiar que, a princípio, apresenta-se como algo perfeitamente apreensível,

> "(...) Mas, se pudéssemos realmente compreendê-la, se pudéssemos compreender como elaboramos o significado a partir de pequenas figuras impressas numa página, poderíamos começar a penetrar num mistério mais profundo – saber como as pessoas se orientavam no mundo de símbolos tecido em torno deles por sua cultura. (...)"[25]

Nesse sentido, a História da Leitura apresenta-nos novas abordagens e não apenas em relação à história do livro ou mesmo da imprensa, objetiva também uma análise das próprias leituras e como essas foram realizadas em diferentes temporalidades e em diversas sociedades. A leitura, por mais que seja compreendida como um ato puramente individual, relaciona-se tanto com a temporalidade em que o sujeito leitor está inserido, quanto com sua diferenciação social. O ato de ler, mesmo que, num primeiro momento nos apresente etapas diferenciadas, deve ser compreendido por meio dessa relação homogênea que envolve leitor, leitura, obra e temporalidade. Como um exemplo dessa relação homogênea, podemos citar novamente Darnton, em "História da Leitura" [26]. O autor cita um verso de Ovídio n'*A Arte de Amar*, em que analisa a temporalidade temática, as técnicas de comunicação utilizadas pelo poeta, bem como, a necessidade de conhecer o contexto histórico do período no que diz respeito à mitologia, técnicas de escrita e vida doméstica. No caso, para analisarmos esse poema, devemos ser capazes de nos supor como a esposa de um nobre romano e avaliar o contraste entre a moralidade formal e os hábitos de um mundo dado à sofisticação e ao "cinismo".

> "Ler Ovídio é defrontar-se com o mistério da leitura em si. Ao mesmo tempo familiar e estranho, é uma atividade que compartilhamos com nossos ancestrais, embora ela jamais possa ser a mesma que eles experimentaram. Podemos desfrutar da ilusão de sair do tempo para entrar em contato com autores que viveram há séculos atrás. Mas mesmo que seus textos tenham chegado intactos até nós (...) nossa relação com esses textos não pode ser a mesma que aquela dos

[25] DARNTON, Robert. "História da Leitura." In: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 277.
[26] DARNTON, IN: BURKE, idem, pp: 199-236.

> leitores do passado. A leitura possui uma história. Mas como podemos recuperá-la?" [27]

Essa questão levantada por Darnton nos remete a autores ingleses do séc. XIX. Esse período foi marcado por poemas, romances e biografias moralizantes, assim como acontecimentos políticos e econômicos com desdobramentos sociais intensos, os quais serão tratados nos capítulos a seguir. Dessa forma, este trabalho se organiza com a apresentação de quatro capítulos subdivididos em tópicos.

O primeiro capítulo intitula-se "Sexualidade, Gênero e os Vitorianos" e tem por objetivo apresentar o contexto inglês do século XIX, procurando verificar as construções culturais e morais determinadas pelo momento histórico. Nesse sentido, ele se inicia com uma rápida contextualização da cidade de Londres dos pontos de vista cultural e social, os quais envolvem ações políticas e econômicas. Os autores Mônica Charlot e Roland Marx são bastante utilizados nesse capítulo por proporcionarem uma apresentação da cidade de Londres e suas consequências sócio-econômicas e culturais, o que implica a influência da industrialização na difusão da produção literária em meio a um crescimento tecnológico e científico que propiciou a divulgação tanto de obras clássicas, quanto romances e biografias. Autores como Peter Gay e Maria Stella Bresciani são fundamentais por trazerem à tona questões conflituosas inerentes ao momento, como as revoltas de trabalhadores, as doutrinas econômicas, além da influente e polêmica teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, a qual provocou grande mudança na sociedade burguesa e no meio científico.

Em seguida, ainda no mesmo capítulo, serão trabalhados temas que dizem respeito a questões relacionadas à sexualidade e gênero, que são os mecanismos pelos quais os valores morais são determinados e impostos. O tópico intitulado "A Sexualidade na Moral Vitoriana" trata da dimensão histórica da sexualidade no período, o que torna imprescindível a utilização de Michel Foucault, por abordar a questão referente à repressão sexual no século XIX e seus mecanismos de poder, o que envolve o comportamento da família vitoriana. Autores como Gert Hekma, Michel De

[27] DARNTON (1992), op. Cit. p.200.

Certeau, Michelle Perrot, Judith Buttler e Josephine Guy aprofundam a análise proporcionando importantes estudos referentes à história da sexualidade, bem como a análise do conceito de gênero no século XIX.

A terceira parte do capítulo, "Política e Medicina no Domínio dos Corpos", tem por intenção dar continuidade ao primeiro tópico, abordando o tema nos domínios da política e medicina e a influência deles na compreensão e nos comportamentos relativos aos corpos e à sexualidade na Era Vitoriana. Maria Conceição Monteiro, Roy Porter, Judith Walkowitz, Josephine Guy e Gert Hekma contribuem com importantes abordagens relativas ao movimento de saúde pública no período vitoriano, construções de papéis, bem como às subordinações hierárquicas relativas à política dos corpos determinadas pela ciência médica.

O segundo capítulo, intitulado "Arqueologia e Nacionalismo a serviço do Imperialismo Britânico", inicia-se com o tópico "Nacionalismo e Imperialismo na Era Vitoriana". Norberto Guarinello colabora com uma importante definição do conceito de imperialismo como uma ação política ou econômica e sua diferenciação do conceito de império, comparando este ao Império Romano. Arnaldo Momigliano, Eric Hobsbawm e Raymond Williams são imprescindíveis ao trabalhar com questões relacionadas ao nacionalismo e aos problemas inerentes às sociedades industriais.

A segunda parte do capítulo, "Arqueologia e Romanização a serviço dos Vitorianos", tem por objetivo demonstrar a importância da arqueologia no processo de legitimação do imperialismo, e sua efetivação através do processo de romanização. Autores como Martin Bernal, Richard Hingley, Bruce Trigger, Pedro Paulo Funari e Alejandro Molina entre outros são utilizados para enfatizar a importância da prática arqueológica e a influência do antiquarismo nas sociedades imperialistas. Definições de conceitos como os de romanização, *romanitas* e anglicidade são tratados nesse capítulo.

O terceiro capítulo, "Aspectos culturais na Inglaterra Vitoriana: Entre o Clássico e o Contemporâneo", tem o objetivo de apresentar alguns problemas referentes à manipulação da educação e do acesso à cultura para a população vitoriana. Edward Thompson, autor inglês de relevância para este estudo, nos guia, demonstrando que sob alguns aspectos, houve um aumento

da preocupação por parte da aristocracia em relação aos pobres no que diz respeito à disciplina social e recuperação moral.

A segunda parte do capítulo "Os Estudos Clássicos na Inglaterra" demonstra um panorama dos estudos clássicos sobre a cultura romana na Inglaterra do século XIX, o que proporciona ao leitor uma ideia clara dos ideais romanos. Além do mais, este estudo torna evidente o papel da educação como mediadora na passagem desses ideais e conceitos valorizados pelos vitorianos e adotados pela elite britânica. Autores como André Chervel e M. Compère, M. Clarke, Frank Turner, Moses Finley e Mary Beard são utilizados nessa apresentação.

A Terceira parte do capítulo "O Legado Romano" tem por fim confirmar a passagem dessa tradição clássica através da educação e cultura. Autores como, Norman Vance, Richard Jenkyns e Moses Finley, corroboram com essa confirmação.

O último capítulo intitulado "Ovídio em Dois Momentos: Entre os Clássicos e os Vitorianos" tem por objetivo analisar como os vitorianos se utilizaram da Obra de Ovídio e contribuíram para a construção da moral sexual do período. Isto se torna possível através da História da Leitura, assim como, por intermédio de autores antigos e contemporâneos, leitores de Ovídio.

A primeira parte tem por objetivo fazer uma breve apresentação de Ovídio e sua obra. Esta apresentação inclui a presença de autores como Ettore Paratore, Alfred Gudeman, G. Leoni, além da própria obra de Ovídio *Tristium* em que escreve sua biografia e esta se torna uma grande fonte de estudos para os leitores do poeta.

Na segunda parte do capítulo intitulada "Ovídio e os valores morais clássicos", autores como Pedro P. Funari, Margareth Rago, Lourdes Feitosa e Norma M. Mendes tratam dos "Usos do Passado" refletindo a respeito das múltiplas formas de apropriação do passado pelos diversos modos de hierarquização, inclusão e exclusão que atravessam as narrativas históricas. Partindo dessa reflexão, é analisado como Ovídio foi lido e interpretado na sociedade romana, assim como, são apresentados valores morais que contrariam os temas abordados por Ovídio em algumas de suas obras, como *A Arte de Amar, Remédios e cosméticos para o Rosto da Mulher* e *Os Amores,*

em contraposição às passagens de Cícero e Sêneca sobre tais temas. Nesse sentido autores como Manoel R. Cabeceiras, Luciane M. Omena, Yan Thomas, Herman Fränkel, Norman Vance, R. Syme, Alisson Sharrock, entre outros contribuem de forma decisiva para tal argumentação.

Na última parte do capítulo, "Ovídio e os Vitorianos", leva-se em conta o contexto literário do momento tendo em vista o fato da política, cultura e educação se basearem na literatura para a construção dessa moral. Sendo assim, a proposta dessa parte do capítulo e da Tese como um todo é de analisar os autores que influenciados pelos valores do momento leram Ovídio e contribuíram com a construção de uma moral sexual que se adequasse à necessidade de expansão de um império moderno que para manter-se impunha uma rígida moral aos costumes. Uma importante Tese de doutorado de Sybil Rose (1922) sobre Ovídio foi uma imprescindível fonte, além de autores como S. Mack e L. P. Wilkinson, para identificar escritores como Lord Byron, Robert Browning, Agenor Charles Swinburne, Matthew Arnold, Macaulay e Wordsworth entre outras importantes fontes contemporâneas. Essas fontes são consideradas primárias[28], pois são o principal objeto de estudo, tendo em vista sua cronologia. Nesse sentido, o *Corpus* documental da Tese é composto de obras antigas e contemporâneas tratando-se, dessa forma, de um trabalho de cunho historiográfico. As citações de obras estrangeiras que estão traduzidas são de responsabilidade da autora.

[28] FINLEY, Moses. *História Antiga*. *Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. MARTIN, René. "História Social do Mundo Romano Antigo: Métodos e Problemas". In. GODINHO, Vitorino Magalhães. (Org.). *História Social: Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967,pp. 67-98.

CAPÍTULO 1

Sexualidade, Gênero e os Vitorianos

A INGLATERRA VITORIANA: CONTEXTO E CONSTRUÇÕES

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar o contexto inglês do século XIX, procurando verificar as construções culturais e morais determinadas pelo momento histórico. Nesse sentido, ele se inicia com uma rápida contextualização da cidade de Londres dos pontos de vista cultural e social, os quais, obviamente, envolvem ações políticas e econômicas. Em seguida, serão trabalhados temas que dizem respeito a questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, mecanismos pelos quais os valores morais são determinados e impostos.

O reinado da rainha Vitória foi o mais longo dentre os monarcas britânicos, durou 63 anos e é frequentemente referido como a "era vitoriana" (1837-1901). O meio século transcorrido de 1851 a 1901 é o período mais glorioso do reino de Vitória, depois do seu difícil começo no que diz respeito a crises relacionadas ao movimento Cartista, combate de Cobden e de sua liga pelo livre-câmbio[29], e outros problemas inerentes à primeira sociedade industrial do mundo. De acordo com Monica Charlot e Roland Marx, em 1851, ao organizar sua Exposição Universal, Londres aparece como a revelação da superioridade esmagadora do Reino Unido, a "primeira nação industrial", cuja população, na Inglaterra e no País de Gales, já é, em sua maioria, composta de citadinos: o recenseamento de 1851 evidencia esse fenômeno propriamente revolucionário. De súbito, os britânicos se dão conta do seu avanço tecnológico, e os povos do mundo reconhecem que não poderiam alcançá-los. Começa a época da soberba orgulhosa, e logo Palmerston, primeiro ministro naquele momento, poderia proclamar que o cidadão britânico se tornara o novo cidadão romano. A sociedade recupera com dificuldade seu equilíbrio, algumas vezes à custa do sacrifício de antigos valores, entre os quais os religiosos: o *religious census*, de 1851, permite mensurar o abalo. A metade dos ingleses,

[29] Richard Cobden, industrial, economista e político britânico que defendia o livre-câmbio e fazia campanha contra o protecionismo.

dos quais três quartos são habitantes das cidades e das zonas industriais, ali aparecem como descristianizados.[30]

Nesse momento, Londres, cidade de todas as indústrias, exceto da metalurgia pesada, sofre os efeitos de todas as crises, que lhe valham, o afluxo dos sem-trabalho expulsos de outros lugares pelos cercamentos; além disso, oferece terreno mais favorável às ideias e aos movimentos progressistas e revolucionários. Em pleno período de prosperidade, sua riqueza se ostenta na medida da concentração do capital e de seus mais belos representantes no estreito perímetro da *city*, e também em todos os locais onde o luxo das residências e do comércio se manifesta. Os observadores contemporâneos são unânimes ao afirmar que o assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem fazia de Londres uma singularidade absoluta.[31]

De acordo com Bernard Richards, Londres não foi o centro único e incontestável da vida literária, como as capitais de outros países. Nunca teve a predominância quase total de que gozou Paris. Mas ao mesmo tempo, durante a segunda metade do século XIX, Londres desempenha um papel primordial: é ali que vive a maioria dos homens de letras, é ali, em muitos casos, que se situa principalmente a escrita de numerosos romances, peças de teatro e poemas. A vida literária é organizada de modo menos formal do que em outros países; não há uma academia de letras e não há salões célebres, é nos *pubs* e cafés que se reúnem os escritores, onde se encontra o círculo dos fazedores de rimas nos anos de 1890, ou onde Oscar Wilde recebe sua corte. Não se pode fazer um panorama da vida literária entre 1850 e 1890 sem se falar de Londres.[32]

Centro de todas as atividades de lazer, desde as mais tradicionais como os *pubs*, os clubes, os espetáculos esportivos, é a iniciadora de novas e grandes festividades populares. Londres é também uma "Babilônia do Norte" nas palavras de alguns autores, reunindo todos os vícios, do jogo à

---

[30] CHARLOT & MARX. (org.) “A sociedade ‘dual’ por excelência”. In: *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 13.
[31] BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.* São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 23.
[32] CHARLOT&MARX, op. Cit. p. 98.

prostituição e à droga. Fascina escritores e artistas, é a sede natural dos "acadêmicos" e dos rebeldes, a exemplo da fraternidade pré-rafaelista[33], e serve de trampolim para as glórias literárias.[34]

Impressões de horror ou de admiração, medo e alegria foram comuns entre os descobridores da Londres vitoriana. Há um conjunto de valores que alguns autores qualificam de puritanos, outros de moralistas, que correspondem, nas classes médias, a uma herança de dois séculos. Figura em primeiro lugar o espírito de economia, a dedicação ao trabalho, a extrema importância atribuída à moralidade, além de uma preocupação muito atenta com os deveres da fé. Por outro lado, para uma sociedade movida pelo espírito de progresso, acrescenta-se uma sede de saber e um entusiasmo crescente por todas as inovações técnicas. Nesse contexto, a pobreza é frequentemente ligada ao vício, à preguiça, aos excessos: daí uma grande rigidez quando se trata de ajudar os carentes, com atos de caridade limitados a casos individuais. Com a repulsa ao vício, toca-se nos grandes tabus vitorianos: o sexo e, consequentemente, a família.[35]

Por volta de 1860, a burguesia e a aristocracia admitem o controle da natalidade, o que facilita a descoberta de preservativos de borracha, e, saindo do campo dos "segredos vergonhosos", surgem novos métodos revelados por médicos e amadores, dos quais os mais célebres são, por volta de 1871, Annie Besant e Charles Bradlaugh.[36] A diminuição do número de filhos caracteriza as classes trabalhadoras já nas duas últimas décadas do século, e um malthusianismo real denuncia um comportamento "racional" em matéria de relações sexuais. O divórcio é legalmente possível, facilitado pela lei de 1857, mas ainda reservado aos que podem pagar as pesadas despesas do processo.

Entretanto, nunca se exaltou tanto o lar e o papel da mãe, verdadeira "madona". Raramente também se denunciou com mais violência, como nos fins dos anos 1860, a vergonha da prostituição e dos males que ela

---

[33] Grupo de artistas ingleses fundado em 1848, que reagia ao convencionalismo da arte vitoriana e à ausência de ideais da era industrial.
[34] CHARLOT&MARX, op. Cit. p. 17
[35] Idem, p. 15-16.
[36] Idem, p. 16.

causa, e, embora a "amizade viril" [37] seja ainda apreciada, nunca se estigmatizou tanto o comportamento público dos homossexuais nem se infligiu aos culpados penas tão severas que causavam a completa desonra social: Oscar Wilde[38], por tanto tempo a coqueluche da sociedade londrina, condenado a dois anos de trabalhos forçados em 1895, o sentiu na própria pele.[39]

Depois de 1859, o ano de *A origem das espécies* de Charles Darwin, que provocou grande controvérsia, a burguesia nunca mais foi a mesma. Essa atmosfera vertiginosa provocou mudanças no gosto. De acordo com Peter Gay, parecia natural, quase previsível, que aquilo que os vitorianos tardios aprenderiam a chamar de modernismo, essa revolta desrespeitosa contra o academicismo e o convencionalismo, nasceria na sua época. Segundo ele, durante a maior parte da História, o termo "inovação" fora um termo de censura; a demonstração de que uma crença religiosa, um hábito cultural ou um cânone literário podia apresentar credenciais veneráveis era uma alegação convincente a seu favor. É por isso que por muitos séculos os inovadores dissimulavam as suas invenções radicais como ajustes secundários: um exemplo citado por Peter Gay diz respeito à Antiguidade Clássica, quando o imperador Augusto "mascarou" o regime imperial que estava inaugurando como uma simples modificação das instituições da Velha República.[40]

Os historiadores, políticos e editorialistas fizeram da mudança a sua atividade. Os burgueses do séc. XIX, contradizendo sua reputação de serem avessos a correr riscos, estavam na vanguarda da transformação dos mundos do trabalho e do lazer, tanto na vida privada como na pública. Nas palavras de Peter Gay, toda mudança é traumática, até a mudança para

---

[37] Acredito que este termo "amizade viril" se refira neste contexto ao chamado "amor grego", aquele que se liga preferencialmente aos rapazes e os casais formados pelos *erastas* e *erômenos*, ou seja, uma relação pedagógica em que um homem introduzia estudos literários, filosofia e questões relativas à sexualidade e comportamentos a um jovem. SALLES, C. *Nos submundos da Antiguidade.* São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22.

[38] Oscar Wilde foi preso com acusações de conduta homossexual e sentenciado a dois anos de prisão com trabalhos forçados, sendo a última parte em Reading Gaol. As condições calamitosas da prisão causaram uma série de doenças, que o levou às portas da morte. Morreu como um homem arruinado em 30 de novembro de 1900. http://www.pensador.info/autor/Oscar_Wilde/biografia/

[39] CHARLOT&MARX, op. Cit. p. 17.

[40] GAY, Peter. *A experiência burguesa, da Rainha Vitória a Freud: Guerras do Prazer*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, pp: 16-17.

melhor. A própria gratificação dos desejos gera perturbações; como Freud certa vez apontou, os humanos resistem a abandonar um prazer que desfrutam e não gostam de esperar os dividendos que prazeres posteriores e maiores possam trazer. Por isso, todo o progresso do século XIX foi atormentado pela ansiedade às vezes reprimida sob a forma de preocupações com o custo social da urbanização. Essa ansiedade invadia as questões de gosto, pois autoproclamados especialistas enviavam sinais contraditórios. A tensão entre o desejo moderno da originalidade e o medo por ela provocado trazia à mente da classe média vitoriana boas razões para inquietação.[41]

Contra esse clima provocador de ansiedade que ameaçava criar o caos, os vitorianos, principalmente os empresários, delineavam as suas rotinas obsessivas: uma dedicação nervosa aos números, uma rendição aos horários, uma pontualidade exagerada. Para Gay, compreensivelmente, os especialistas em doenças mentais assumiram a liderança nas tentativas de análise psicossocial. Até o final do século, a psicologia reinante era pesadamente fisiológica e prestava-se a estabelecer ligações entre o nervosismo e as condições contemporâneas. O médico americano George M. Beard, que cunhou o termo "neurastenia", garantiu uma reputação internacional ao transformar essas avaliações vagas em uma lei que regia o seu tempo: "O nervosismo moderno é o grito do sistema que luta com o seu ambiente" [42]. A era parecia gerar estímulos demais para serem absorvidos de forma segura e sadia. Entretanto, até os burgueses, cujo envolvimento em uma cultura de vanguarda era remoto e intermitente, viam-se como as principais vítimas da mudança vertiginosa, até mais sensíveis do que aqueles situados acima e abaixo deles na escala social. Editoriais deplorando a decadência moral, alertas de médicos e clérigos contra o flagelo da masturbação, políticos demonstrando ansiedade quanto à competição estrangeira ou à queda dos índices de natalidade, uma difundida ansiedade pela ansiedade, tudo fora do alcance de cálculos racionais, emprestavam um sinal visível de inquietação à cultura burguesa do séc. XIX. O medo da mobilidade social fazia parte da litania de ansiedade tão familiar aos vitorianos.[43]

---

[41] Idem, pp: 18-19.
[42] BEARD, George M. *American Nervousness, Its causes and Consequences: A Supplement to Nervous Exhaustion (Neurasthenia)*, 1881, p. 138.
[43] GAY, Op. Cit. pp: 20-22.

A SEXUALIDADE NA MORAL VITORIANA

Com o objetivo de entender as mudanças ocorridas na Europa, no que diz respeito à sexualidade, recorre-se muitas vezes a Michel Foucault, que retoma o século XVII para iniciar tal análise. Segundo ele, no início desse século ainda vigorava certa franqueza, as práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Comparados ao século XIX, os códigos da grosseria, da obscenidade e da decência eram frouxos. No entanto, com a burguesia vitoriana, a sexualidade é cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família a confisca e absorve-a inteiramente na seriedade da função de reprodução. "Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo." De acordo com o autor, o único lugar de sexualidade reconhecida era o quarto dos pais. "Ao que sobra, resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos e a decência das palavras limpa os discursos." Além disso, o que não é regulado para a geração, ou por ela transfigurado, é ao mesmo tempo expulso, negado e reconduzido ao silêncio.[44]

Fora deste contexto do lar, o sexo não deveria ser dito, visto ou ouvido caso quisessem manifestá-lo. Para Foucault, o ato de fechar os olhos ou ouvidos ao tema "sexo" e impor-lhe um silêncio é próprio da repressão e é justamente o que o distingue das interdições mantidas pela simples lei penal:

> (...) a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (...) Se for mesmo preciso dar lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. [45]

---

[44] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 9-10.
[45] Idem, p. 10.

De acordo com Foucault, as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se em outros lugares a preço alto. Somente assim o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem industrializadas, e a tipos de discursos clandestinos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo. Segundo ele, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre o poder, saber e sexualidade, só se pode liberá-la a um preço considerável. Seria necessária uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma restituição do prazer ao real e toda uma nova economia dos mecanismos de poder; isso porque a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente. Nesse sentido, esse discurso sobre a repressão moderna do sexo possui uma grave caução política que o protege, pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII. Após centenas de anos de expressão livre, faz-se com que o início da repressão coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. Nas palavras de Foucault, "(...) A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. (...)." [46]

Partindo dessa afirmação, pode-se pensar: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma dedicação total ao trabalho; haja vista que, na época, em que se explora sistematicamente a força de trabalho, não se poderia tolerar que essa força fosse dissipar-se nos prazeres sem a reprodução como fim. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de se falar nele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa a liberdade futura. Disso vem essa solenidade com que se fala hoje em dia a respeito do sexo.[47]

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da "hipócrita burguesia negocista e contabilizadora" é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o

[46] Idem, p. 11.
[47] Idem, p. 12.

sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro:

> Dizer (...) que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os "interesses" discursivos que a sustentam. [48]

Diversos historiadores modernos identificaram a ocorrência de uma revolução sexual por volta da metade do século XVIII. Pode ser que não concordem com o caráter da mudança, mas existe o consenso de que alguma coisa acontecia na sexualidade ocidental. Antes dessa época, todos os atos sexuais que ocorressem fora do casamento ou não visassem à procriação eram considerados pecaminosos e criminosos. Filósofos do Iluminismo, como Montesquieu e Voltaire, começaram a se opor às práticas limitadas resultantes dessa perspectiva teológico-moral. Preconizaram a sensualidade dentro do casamento, independente do propósito procriativo e, sobretudo, não condenaram os prazeres libertinos. Segundo Hekma, o materialista Lamettrie era o principal defensor de uma filosofia hedonista no comer, beber e amar. No entanto, duas formas de sexualidade ainda eram condenadas: a masturbação e o amor socrático[49]. Contudo, essas manifestações de sexualidade não deviam ser criminalizadas, mas sim, evitadas. O comportamento sexual inaceitável provocava insanidade, ao passo que a própria masturbação era gerada por fatores sociais e culturais: educação equivocada, fantasia superexcitada.[50]

Nesse sentido, Foucault situa uma série de análises históricas que indicam alguns pontos historicamente significativos e esboça certos problemas teóricos. Em suma, trata-se de interrogar o caso de uma sociedade que por mais de um século "se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar." Seu objetivo é analisar esses discursos, a vontade que os conduz e

---

[48] Idem, PP: 13-14.

[49] amor socrático seria aquele referente à pederastia, ou à atração erótica do mestre por seu discípulo.

[50] HEKMA, Gert. "Uma História da Sexologia: Aspectos sociais e Históricos da Sexualidade". In: BREMMER, Jam. (org.) *De Safo a Sade: Momentos da História da Sexualidade*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 238-239.

a intenção estratégica que os sustenta. De acordo com esse autor, concordando com Gert Hekma, nasce, por volta do século XVIII, uma incitação política, econômica e técnica a falar de sexo, e não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, por meio de pesquisas quantitativas ou causais. Levar "em conta" o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente o da moral, mas da racionalidade, eis uma necessidade suficientemente nova para, no início, surpreender-se consigo mesma e procurar desculpar-se. Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção; cumpre falar do sexo como algo que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo padrão. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos.[51]

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder no século XVIII foi o surgimento da "população" como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um "povo", porém com uma "população", com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e *habitat*. Segundo Michel Foucault, todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida, e os efeitos particulares das instituições:

> Os estados não se povoam conforme a progressão natural da propagação, mas em razão de sua indústria, de suas produções e das diferentes instituições (...). Os homens se multiplicam como as produções do solo e na medida das vantagens e dos recursos que entram nos seus trabalhos.[52]

[51] FOUCAULT, op. Cit.pp. 26-27.
[52] Idem, p. 28.

Percebe-se que no cerne desse problema econômico e político da população encontra-se o sexo. É necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, o meio de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições e a incidência das práticas contraceptivas. Há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo.

Por meio da economia política da população, forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico; aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais –, tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiu.[53]

Segundo Foucault[54], não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar; que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.[55]

---

[53] Idem, pp.28-29.
[54] Idem, p. 30.
[55] De acordo com Michel De Certeau, o gesto que liga as "ideias" aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender esse gesto é, para ele, analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. Para isso, torna-se necessário encarar a história como uma operação, que deverá, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto, bem como admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nessa perspectiva, o autor mostra que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter; com efeito, obedece a regras

No século XIX, quando o conceito de sexualidade estava sendo definido, um dicionário holandês atribuía à "sexualidade" uma definição bem diferente daquela a que nos habituamos: "sistema sexual", derivado do latim *sexus* – tomando sexo no sentido de gênero biológico. De acordo com Gert Hekma[56], é provável que a biologia, principalmente a teoria da evolução, que atribui papel essencial à procriação, tenha levado à confusão entre gênero e sexualidade que ainda hoje vigora.

Michele Perrot[57] afirma que, com variantes, o século XIX repete o duplo discurso da incompetência pública e sobretudo política das mulheres do século anterior, para salientar a necessidade de sua adequação à família e sua "vocação natural". Segundo a autora, dois grandes tipos de argumentos cimentam esse raciocínio: o argumento da natureza e o da utilidade social. Thomas Laqueur (*La Fabrique Du sexe*, 1992) mostrou como se efetuou, a partir do século XVIII, com o desenvolvimento da biologia e da medicina, uma "sexualização" do gênero, pensado até então em termos de identidade ontológica e cultural muito mais que física. O gênero torna-se sexo. Homens e mulheres são identificados com seu sexo; as mulheres são condenadas ao seu, ancoradas em seus corpos de mulher, chegando a ser por eles presas cativas. Essa biologização da diferença entre os sexos, essa sexualização do gênero, tem implicações teóricas consideráveis. Por um lado, elas trazem latentes novas percepções de si, por outro, conferem uma base, um fundamento naturalista à teoria das esferas[58]. Nas palavras de Michele Perrot,

> (...) Esta naturalização das mulheres, presas a seus corpos, à sua função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social.[59]

---

próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. Nesse sentido, é possível perceber, por meio da análise de Michel Foucault, os silêncios presentes na produção textual do séc. XIX. DE CERTEAU, Michel. "A operação Historiográfica", in: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 65-119.

[56] HEKMA, op. Cit. p. 237.

[57] PERROT, M. *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 459-460.

[58] Perrot aqui se refere às esferas pública e privada, dizendo que a distinção entre o público e o privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade no século XIX. *Em linhas gerais, as esferas são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política, às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa.* Idem, p. 459.

[59] Idem, p. 460.

De acordo com Judith Butler, a distinção entre sexo e gênero, concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.[60]

Ainda segundo Butler, se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; aquele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como pré-discursivo anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos gênero.[61]

Outro ponto de vista, no que diz respeito ao comportamento sexual vitoriano, bem como ao tratamento dado à sexualidade, está presente na introdução da quarta parte do livro *The Victorian Age,* intitulada *Sex and Gender.*[62] Josephine Guy enfatiza que sexo e gênero no período vitoriano tem se tornado um dos principais temas de interesse contemporâneo. Como consequência, a história das relações sexuais vitorianas pode criar uma série de clichês, dos quais os mais familiares são: representações da mulher como

---

[60] BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003, p. 24.
[61] Idem, 25-26.
[62] GUY, Josephine M. *The Victorian Age: An anthology of sources and documents.* "Introduction of Sex and Gender". London and New York: Routledge, 2002, pp. 463-472.

anjo ou prostituta; duplo padrão de moral sexual: ao mesmo tempo em que exonera a promiscuidade masculina, condena o apetite sexual feminino, celebra a monogamia e tolera em ampla escala a prostituição; a idealização do amor romântico acompanhado da repressão do sexo em si; uma recusa em reconhecer a existência de sexualidades não convencionais, exceto em termos de sua patologia. Não surpreende, portanto, que a história das relações de gênero tem adquirido estereótipos como: a divisão entre os domínios público e privado de acordo com o qual as mulheres foram confinadas em casa e os homens foram enviados para o mundo; discriminação do gênero na educação e nas leis de propriedade; e a valorização da maternidade acima da busca intelectual. Os paradigmas desses exemplos são novamente familiares: os de desigualdade, repressão e opressão.

Evidentemente, todos os clichês terão algum fundamento na prática, mas deve-se ter certo cuidado antes de aceitar acriticamente essa visão binária de sexo e gênero na era vitoriana. De acordo com Josephine Guy, esse cuidado é necessário por três motivos: em primeiro lugar, no século XIX, assim como no nosso período, as evidências das atitudes e práticas sexuais nem sempre devem ser percebidas em seu valor nominal. Além disso, no período vitoriano é preciso estar alerta para as discrepâncias entre o relato pessoal (frequentemente encontrados em documentos privados, como cartas, diários ou documentos de restrita circulação) e aqueles montados por funcionários do governo ou autonomeados especialistas que muitas vezes eram obrigados a tomar as suas provas a partir de amostras representativas da população, como a documentação relativa às prostitutas, por exemplo. Deve-se perceber o simples fato de que as opiniões de muitos britânicos sobre assuntos sexuais nunca foram contatadas, e que foram constrangidos por ter de falar em uma linguagem inapropriada para descrever suas experiências.[63]

Em segundo lugar, deve-se estar alerta para a possibilidade de considerar as diferenças entre ideologia e prática. É preciso perceber a extensa obsessão dos vitorianos com relação ao comportamento sexual, evidenciada

[63] Idem, p. 464.

na profusão de manuais de conduta e prática sexual[64], além do sucesso nos negócios pornográficos, o interesse lascivo em museu de cera com suas exposições anatômicas de aberração sexual e doenças sexualmente transmissíveis, assim como o número de prostitutas nas ruas das cidades vitorianas. Mas também, segundo a autora, deve-se estar atento ao fato de que a abundância absoluta das provas dificulta a percepção do estereótipo da repressão sexual. Certamente, a ideologia sexual vitoriana baseava-se na tentativa de policiar a sexualidade, no entanto, eles não estabeleciam limites para ela. Com efeito, medidas como a Lei do divórcio de 1857, bem como as leis referentes às doenças contagiosas de 1864, 1866 e 1869, a proliferação de médicos não reconhecidos que produziam literatura sobre doenças venéreas e o crescente interesse da profissão médica no comportamento sexual são sugestivas de um aumento do nível e visibilidade de atividade sexual ilícita. Em outras palavras, segundo Guy, a obsessão vitoriana no que diz respeito ao policiamento da sexualidade não evidencia necessariamente o triunfo do controle e da repressão, como a história cultural francesa de Foucault tende a argumentar.[65] Ao contrário, esse fato também pode ser visto como uma expressão de medo – defensiva ação de retaguarda contra a proliferação de atividades que tinham passado para além da capacidade da convenção apenas para contê-la. Talvez a mais óbvia expressão de medo estivesse associada entre o desejo e a doença. Portanto, o que era considerado ilícito ou atividade sexual não convencional – masturbação e homossexualidade, prostituição, ou excesso de indulgência – não só evitava os fundamentos morais, mas também supostamente debilitava o corpo.[66]

---

[64] Ironicamente, no fim do séc. XIX, quando o *Kama Sutra* e *O Jardim Perfumado* foram traduzidos pela primeira vez para a língua inglesa, a Inglaterra produzia seus próprios manuais sexuais, regulamentando para os jovens as condições em que era permitido fazer sexo. Proibiam a masturbação, o sexo antes do casamento, o sexo fora da relação conjugal e ainda o recomendavam a uma vez por mês entre os casados. A moral vitoriana durou até o século XX. O livro *Adolescence* do professor Hall, publicado em 1911, caracterizava a masturbação como um "mal" disseminado pelo demônio. Norval Geldenhuys, no livro *The Intimate Life*, publicado em 1952, advertia os casais para não ter relações sexuais antes do casamento, pois, ao fazê-lo, "o homem desonra o sexo da própria mãe". *A Arte milenar de Fazer Amor.* São Paulo: Nova Cultural, 1986.

[65] Autora se refere a obra: Michel Foucault, *History of Sexuality: an Introduction*. London: Allen Lane, 1978.

[66] Idem, p. 464-465.

Em terceiro lugar, vale salientar também que o sexo e as ideologias de gênero não eram inabaláveis, nem hegemônicos no sentido de que existiu um considerável desacordo sobre questões muito fundamentais – como, por exemplo, a natureza do desejo do sexo feminino. Nesse sentido, enquanto um médico como William Acton poderia tranquilamente alegar que as mulheres mais "modestas" raramente desejavam o prazer sexual, a controvérsia sobre a *clitoridectomia*[67] realizada por Isaac Baker Brown, em meados da década de 1860, sugeriu um entendimento bastante diferente do desejo feminino. De um modo semelhante, a popularidade de *Elements of Social Science* de George Drysdale (impresso constantemente de 1845 até início do século XX) desafiou exibições convencionais em continência sexual, afirmando que a repressão, ao invés da indulgência, foi a origem da maioria dos problemas sexuais – um diagnóstico que, de acordo com Drysdale, chamou a atenção para o casamento precoce e o uso generalizado de contracepção, por si só um tema extremamente controverso ao longo do século. Por um lado, então, se é certo (como Michel Foucault novamente argumentou) que no século XIX há um aumento no número e variedade de discursos sobre sexualidade e gênero, é igualmente verdade (como Foucault talvez não tenha apreciado profundamente, segundo a autora) que os discursos tendem a revelar complexa e muitas vezes contraditórias atitudes. Um exemplo dado pela autora trata da tendência para a elaboração de manuais de conduta sexual e livros de etiqueta que variaram entre as prescrições conservadoras de escritores como Sarah Stickney Ellis em suas séries de trabalhos voltados às mulheres, esposas e filhas da Inglaterra, bem como no controverso *Wife's Handbook* (1886) de H. A. Allbutt, que foi objeto de uma ação judicial nos tribunais devido aos seus conselhos às mulheres sobre os métodos de contracepção. Além disso, apesar daqueles que concordaram na preeminência da função doméstica das mulheres, houve, no entanto, um debate sobre a natureza precisa da domesticidade, bem como do tipo de educação apropriada.[68]

---

[67] Exérese do clitóris, ou seja, sua extração.
[68] Idem, p. 465-466.

Segundo Guy, essas contradições e incoerências nas evidências para as normas de gênero e sexo são ainda mais complicadas devido às dificuldades envolvidas na definição do estatuto ou na autoridade de documentos particulares e, portanto, a natureza da sua influência social. No final do século XIX, verificou-se a emergência de uma polêmica literatura propagandista ilícita ou não convencional das práticas sexuais; no entanto, como a autora tem sugerido, devido ao fato de essa literatura estar comumente em meios privados e ter circulado entre pequenos grupos, torna-se difícil seu acesso. Geralmente o preço (ao invés do conteúdo por si só) era um fator-chave para saber se foram ou não toleradas. O resultado foi que o pensamento mais radical e subversivo muitas vezes apareceu em publicações muito caras e, portanto, disponível apenas para um número limitado de leitores. O que tudo isso significa é que, antes de abordar a questão de como o conhecimento sexual influenciou a prática sexual, existem alguns problemas muito mais básicos sobre o que exatamente era contado como "conhecimento" e – talvez mais importante – para quais grupos da população se dirigia.[69]

As ideologias sexuais e de gênero da classe média certamente não representaram universalmente as práticas sexuais ou papéis de gênero. Na opinião de Guy, isso sugere que os debates vitorianos sobre sexo e gênero que foram baseados em classes sociais são de fato mais importantes que o poder aparente. Por exemplo, “a questão da mulher” (como era então conhecida) foi em grande parte uma preocupação das mulheres de classe média: as ativistas foram principalmente de classe média e as questões que lhes interessavam – o direito ao trabalho, ao voto, à educação superior e à propriedade – esses também foram mais relevantes para a classe média ao invés da vida da classe trabalhadora. Durante o século XIX, a mulher da classe trabalhadora não teve a chance de combinar a maternidade com o trabalho. No entanto, para a maioria da população feminina e certamente toda a sua classe trabalhadora, carreira (como era compreendida pelas classes profissionais) simplesmente não foi um problema, nem o ensino superior. Em seu romance de 1890, *The Odd Women,* George Gissing mostra por meio de um de seus personagens, Winifred Haven, um dilema: “Eu realmente não acho (...) que

[69] Idem, ibidem.

pode haver qualquer solidariedade das Senhoras com empregadas meninas."[70] Uma razão óbvia para essa divisão foi a de que a moralidade sexual e a experiência das mulheres da classe trabalhadora foi amplamente assumida (pelo menos por escritores de classe média e intelectuais), de forma fundamentalmente diferente de suas irmãs de classe média. De acordo com a autora:

> William Action novamente mostra essa discrepância evidente, (...) quando ele assumiu que, em qualquer atividade extra-conjugal sexual – ou "relações casuais", como ele chamou – a mulher envolvida estaria automaticamente abaixo (do homem) na educação ou condição social.[71]

Muito da literatura pornográfica do período[72] diz respeito aos encontros de senhores com uma variedade de mulheres da classe trabalhadora ou com suas próprias empregadas. Mesmo a literatura considerada "séria" e o drama do período[73] reforçaram o preconceito de que as questões sexuais e de classe social para os vitorianos eram indissociáveis. O que emerge de tudo isso é uma visão bastante diferente daqueles estereótipos de opressão simples pelos quais a sociedade vitoriana é popularmente entendida hoje. Para a autora, qualquer generalização pode ser contraditória, no entanto, ainda é útil para identificar algumas tendências gerais ou padrões a fim de distinguir os debates vitorianos dos debates dos séculos anteriores.[74]

Em um sentido geral, concordando com Perrot e Butler, as prescrições vitorianas sobre o comportamento adequado dos sexos foram baseadas em suposições sobre a "natureza" do masculino e feminino. Nas palavras de Guy, historicamente, elas foram extraídos da Bíblia e do que os críticos modernos têm identificado como uma tradição judaico-cristã da misoginia. No início do século XIX, tais estereótipos foram enfatizados especialmente com a força da religião evangélica entre as classes médias. Esse "zelo" evangélico pode ser detectado na obra de Sarah Stickney Ellis e

---

[70] Idem, p. 467.
[71] Idem, ibidem.
[72] Como *My Secrety Life* de Teleny, por exemplo.
[73] Autora cita exemplos como: *Jude the Obscure*, de Thomas Hardy; *Mary Barton* de Elizabeth Gaskell e *The second Mrs Tanqueray* de Arthur Wing Pinero.
[74] Idem, p 467-468.

John Ruskin, *Angel in the House,* em que apoiam virtudes idealizadas, como as qualidades naturais da mulher. No entanto, em geral, a mudança da religião secular à autoridade científica, o conceito da própria natureza e, portanto, do que viria a ser entendido como naturalmente masculino e feminino veio com um novo e detalhado exame, eu com uma variedade de opiniões que serviu para problematizar qualquer conjunção simples da moral com o natural, e, por conseguinte, do sexo com os papéis de gênero.[75]

A partir desse momento, o sexo passa a ser discutido pela medicina, por intermédio das "doenças dos nervos"; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar a etiologia das doenças mentais e, sobretudo, quando anexa ao seu domínio exclusivo o conjunto das perversões sexuais. De acordo com Foucault, todos esses controles que se desenvolveram no final do século XIX filtraram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, com o intuito de proteger, separar, prevenir, solicitando diagnósticos e organizando terapêuticas em torno do sexo. Eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele. O cotidiano da sexualidade aldeã e os ínfimos deleites campestres tornaram-se, a partir de certo momento, o objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica.[76]

Nesse sentido, o sexo passa a ter importância como foco de disputa política. Ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de estrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micro poder sobre o

[75] Idem, p. 468.
[76] FOUCAULT, Op. Cit., pp. 32-33.

corpo; mas também dá margem a medidas de intervenções que visam a todo o corpo social ou grupos tomados globalmente.[77]

[77] Idem, p. 136-137.

A POLÍTICA E MEDICINA NO DOMÍNIO DOS CORPOS

Partindo dessa exposição a respeito da sexualidade e gênero, é inevitável observarmos como a medicina e a política influenciaram na compreensão e nos comportamentos relativos aos corpos e à sexualidade na Era Vitoriana. Nesse sentido, será feita uma breve abordagem dessas influências em vários setores da sociedade.

No contexto do século XIX, a crença médica de que a instabilidade do sistema nervoso e reprodutivo da mulher a fazia mais vulnerável à loucura do que o homem acarretava certas consequências sociais. Tal crença era usada como pretexto para afastar a mulher de atividades profissionais, para negar-lhe direitos políticos e mantê-la sob o controle do homem, tanto por razões de família quanto por razões de Estado. Assim, política e medicina, por interesses escusos, juntavam forças, criando uma cruel cumplicidade para restringir os direitos da mulher.[78]

Na Inglaterra, as aspirações do movimento de saúde e higiene pública do início do período vitoriano, associadas ao utilitarismo, foram diretas e estatais. O policiamento dos corpos pela medicina estatal rapidamente se chocou com políticos concorrentes, inclusive grupos de puristas e feministas, furiosos diante das tentativas dos legisladores masculinos de controlarem os corpos das mulheres, pelo duplo padrão.[79] Nesse sentido, a sexualidade reprimida também acarretava outras consequências. A compensação proposta aos desejos insatisfeitos e às energias recalcadas podia ser o trabalho, o serviço prestado aos outros – inclusive ao Estado – o entusiasmo pelas explorações, pelas viagens e até pela conquista. A sexualidade não "é uma realidade biológica imutável ou uma força natural universal, mas antes o resultado de um processo político, social, econômico e cultural."[80] Ou seja, a sexualidade tem uma história. Enquanto certos padrões de comportamento e

---

[78] MONTEIRO, M. C. "Figuras Errantes na Época Vitoriana: A Preceptora, a Prostituta e a Louca." In: *Fragmentos*.V. 8 nº 1, p. 61/71. Florianópolis, 1998.
[79] PORTER, R. "História do Corpo". In: BURKE, P. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 315.
[80] WALKOWITZ. "Sexualidades Perigosas" In: *História das Mulheres no Ocidente: O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 404.

de significação prevaleceram durante muito tempo, outras práticas manifestam uma variabilidade considerável. Mesmo a proibição do incesto, supostamente a pedra de toque dos tabus sociais, expandiu e estreitou de forma muito variável os limites das relações sexuais permissíveis no decurso da história europeia.

Judith Walkowitz, em seu estudo sobre as mulheres, afirma que as culturas sexuais do século XIX exemplificam o caráter socialmente construído da sexualidade, que no século XIX era um terreno de viva contestação, onde se jogavam, tanto em privado como em público, conflitos étnicos, de classe e de sexo. Por meio do pânico moral, escândalos sexuais e medidas legislativas, diversos grupos sociais e interesses profissionais tentaram alargar a sua autoridade política e cultural. Ao mais alto nível público, homens e mulheres participaram em lutas que contribuíram também para redefinir a sua identidade e subjetividade mais privada.[81]

Quando os vitorianos falavam de sexo, referiam-se, sobretudo, ao perigo sexual, à proliferação de práticas sexuais fora da santidade do lar, desligadas do ato procriador. No entanto, essa explosão discursiva estava também ligada a tensões em torno da mudança relativa à norma conjugal da classe média; a queda brusca das taxas de natalidade tornou cada vez mais evidente que o leito conjugal se estava também a tornar um local de sexo não procriador, de intimidade pessoal e de crescimento individual. Por causa das suas implicações para a feminilidade normativa, o sexo não procriador no contexto do casamento mostrou-se tão perturbante para os vitorianos como a expansão do sexo comercial e as relações entre indivíduos do mesmo sexo fora da domesticidade heterossexual. Ao mesmo tempo em que aumentava entre a classe média o culto da domesticidade, celebrava-se a verdadeira mulher burguesa como mãe e negava-se insistentemente a sexualidade feminina não reprodutora. No decurso do século XIX, esse modelo classista de sexualidade feminina tornou-se cada vez mais somático, apoiado pela opinião das autoridades médicas, ansiosas por estender a sua autoridade cultural ao corpo da mulher. Embora os médicos discutissem o grau de passividade feminina, tinham, no entanto, tendência para atribuir à mulher respeitável uma

[81] Idem, p. 403.

sexualidade secundária, em segunda mão, subserviente do prazer masculino, sem autonomia própria, uma pálida imitação do desejo erótico masculino.[82]

No entanto, graças à difusão da imprensa e da alfabetização, nunca o público leitor teve tanto acesso a histórias "ligeiras" de pequenos folhetins eróticos e de relatos de certas façanhas inventadas ou reais. A sociedade das prostitutas foi muito diversificada, indo da simples mulher das ruas à mais sedutora das mulheres. Chega-se ao ponto de se afirmar que a prostituição era a contrapartida indispensável da solidez da família, nascida de um casamento racional que unia um homem sensual e uma esposa educada no desprezo ao ato sexual, e que se baseava num código de relações em que os papéis eram cuidadosamente distribuídos entre o marido-mantenedor e a esposa-dona-de-casa; a célula familiar só se sustentaria porque os homens à procura de prazer poderiam entregar-se a prazeres "condenáveis" na rua, para serem apenas adoráveis pais e esposos em casa. De acordo com alguns autores, é por isso que se diz muitas vezes que a era vitoriana (ou albertiana)[83] foi a era da hipocrisia.

O século XIX foi um momento de surgimento e definição de várias áreas das ciências no que diz respeito à sua delimitação teórica e prática. Com o desenvolvimento do conhecimento biológico, o entendimento da fisiologia do sexo seguiu novos caminhos. Alguns médicos usaram esses desenvolvimentos simplesmente com o objetivo de endossar juízos morais tradicionais. Nesse sentido, a documentação de William Acton, citada anteriormente, sobre a fisiologia das práticas e distúrbios sexuais (elaborada a partir de uma variedade de peritos científicos) foi interpretada sob uma oposição familiar cristã de continência e de indulgência, de normalidade e anormalidade. Por outro lado, no entanto, a ciência também produziu uma visão esclarecida, tal como a de Sir James Paget, que pensou a masturbação como uma prática indecente, mas recusou-se a condená-la por razões fisiológicas, alegando que não faz mais mal ao corpo que qualquer outro tipo de excesso de indulgência.

---

[82] Idem, p. 404.

[83] De acordo com alguns historiadores, o príncipe Alberto contribuiu mais para a definição da moral vitoriana do que sua esposa, então mais tolerante, realista e mais atenta à procura do lazer e do prazer.

Em termos gerais, tem sido discutido que o que foi estabelecido cientificamente na tentativa de "colonização" da sexualidade no século XIX – sua definição como um problema que exigiu investigação e tratamento – foi em si um exercício de controle e opressão. Em outras palavras, de acordo com a autora, embora a ciência não tenha resolvido nada com relação aos debates sobre sexo e gênero, nem produzido definições acordadas do que poderia ser considerado como um comportamento natural, ela permitiu discutir novos temas mais abertamente, de forma menos complacente. Além disso, os historiadores tenderam a identificar dentro da ciência vitoriana uma patologia da sexualidade, uma atitude inerentemente repressiva e discriminatória. Quando se vê um contexto de sensualidade e reticência no período vitoriano, acredita-se que a ciência pode oferecer um prospecto imparcial do debate sobre a sexualidade que tenha sido sensato o bastante. Nesse sentido, algumas feministas descobriram que a ciência poderia ser um aliado e não um inimigo. Assim, no final do século XIX, encontram-se exemplos de jornais feministas que usam a ciência para investigar os tradicionais estereótipos da castidade feminina, assim como dos desejos sexuais.[84]

Recentemente, os historiadores passaram a debater a construção social da homossexualidade pelos médicos do século XIX. Inspirando-se em Foucault, Weeks[85], particularmente, dedicou-se a estudar essa "elaboração" do homossexual moderno. Essa abordagem médica teve consequências de longo alcance para os "pervertidos" e as "perversões", uma vez que os médicos da virada do século transformaram em constituição psicopatológica o que outrora se considerava sensualidade adicional e posterior à saturação de desejos normais. Segundo eles, as aberrações sexuais não eram adquiridas, mas biologicamente determinadas. No momento em que os médicos descobriram as perversões e a psicopatologia sexual, passaram a se interessar também pela sexualidade "normal" e fundaram a disciplina da sexologia.[86]

---

[84] GUY, op. Cit. pp. 468-470.
[85] WEEKS, J. *Sex, politics and society: The regulation of sexuality since 1800.* Londres, 1981.
[86] Hekma, op. Cit. p. 238.

Porém, os médicos e sexólogos não foram os únicos cientistas que estavam interessados em sexo e gênero. No final do século XIX, nas palavras de Josephine Guy, houve também um número significativo de antropólogos sexuais. Talvez por esses estudos antropológicos do comportamento sexual, as décadas finais do século XIX também viram o interesse no estudo histórico da sexualidade. Dessa forma, a tentativa mais sistemática para justificar sexualidades não-convencionais – o homossexualismo, pederastia e lesbianismo[87] – em termos de sua permanência na História foi por meio do estudo das culturas clássicas, particularmente a Grécia Antiga. Muitos defensores da homossexualidade frequentemente invocavam precedentes históricos, no que diz respeito à alegada tolerância e a celebração do desejo masculino pelo mesmo sexo, como prova da sua naturalidade. No entanto, é importante notar que esse apelo ao precedente histórico não foi menos problemático do que a utilização de autoridade científica, porque exatamente a mesma tradição clássica tinha sido interpretada no início do século como um sinônimo de devassidão e excesso, nas palavras de Edward Gibbon, responsável pelo clássico *Declínio e Queda do Império Romano*.[88] Esse fato deve-se, também, a releituras de obras clássicas de autores elegíacos, como Ovídio, e romances, como Satyricon de Petrônio, por exemplo. Ovídio dava conselhos em suas obras com o objetivo de se obter a conquista e a sedução dos amantes pretendidos, entre os quais estavam as libertas, ex-escravas proibidas ao matrimônio devido a sua condição jurídica. Já a obra de Petrônio mostra, nas aventuras de seus heróis, as relações sexuais e amorosas que envolviam libertos, escravos, bem como a aristocracia provinciana. Em outras palavras, é interessante testemunhar como as autoridades radicais sexuais e conservadoras sentiram-se frequentemente obrigadas a utilizar a mesma língua e tradições.

No que diz respeito aos corpos, é de importância básica uma compreensão do local destinado a eles nos sistemas de valor religioso, moral e social da cultura europeia tradicional, a partir do momento em que se trata ou

[87] Aqui utilizo os termos como apresentados pelos autores citados.
[88] Guy, op. Cit. p. 471.

analisa a sexualidade. De acordo com Roy Porter[89], à mente e ao corpo têm sido designados atributos e conotações distintos. A mente é canonicamente superior à matéria. Ontologicamente, a mente, o desejo, a consciência ou o ego têm sido indicados como os guardiães e governantes do corpo. Mas, segundo o autor, como um "servo" desobediente, o corpo se rebela, e não são os punhos os ofensores necessariamente considerados culpados, mas as faculdades mais nobres cujo dever era tê-los controlado adequadamente. É um fato que cria profundas tensões para todos os sistemas de controle pessoal, como, por exemplo, regimes de educação ou punição.

Em determinados aspectos, essa subordinação hierárquica do corpo à mente sistematicamente o degrada; seus apetites e desejos são encarados como cegos, obstinados, anárquicos ou pecaminosos; ele pode ser encarado como a prisão da alma. Por isso, o corpo facilmente ofende, cometendo o mal ou atos criminosos. Mas, devido a sua verdadeira natureza (imperfeição), ele pode, paradoxalmente, ser desculpado (pela fraqueza da carne). A mente (o ego, o desejo ou a alma), ao contrário, devido ao seu ofício mais nobre, é obrigada a ascender acima de tal desordem.[90]

Nesse sentido, questões de relativa responsabilidade do corpo e da alma confundiam as tentativas de explicar e conter a enfermidade. Segundo Porter, nos julgamentos das bruxas nos séculos XVI e XVII, era crucial determinar se os fenômenos da possessão eram devidos à doença, à fraude ou a Satã, e a tendência fortemente defendida pela profissão médica era, cada vez mais, enfatizar as causas orgânicas para aquilo que agora chamaríamos sempre de "doença mental". Dois séculos mais tarde, as percepções das relativas responsabilidades da mente e do corpo não haviam se alterado muito. Na época vitoriana, tanto os leigos quanto os profissionais eram mais inclinados a designar diretamente como "perturbação mental" o desarranjo da consciência. Com a emergência da psicoterapia criou-se um novo otimismo de prognóstico. As enfermidades da mente poderiam ser tratadas e curadas mais facilmente que aquelas do corpo. No entanto, a nova

[89] PORTER, R. "História do Corpo". In: BURKE, P. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 291-326.
[90] Idem, p. 304.

tendência a se atribuir a responsabilidade da insanidade a distúrbios da consciência poderia carregar com ela formas distintas de estigma e censura. Todos deveriam governar sua mente, mas uma nova simpatia se desenvolveu paralelamente numa sociedade individualista e pressionadora. A grande expectativa de viver na alta sociedade gerava muita ansiedade. Por isso, a passagem de dois séculos testemunhou profundas mudanças nos mapeamentos da mente e do corpo, assim como os reagrupamentos de suas relações com enormes implicações para a política e para a terapia.[91]

Se a sociedade europeia através da "longa duração" foi um patriarcado, e ainda carrega suas cicatrizes, até que ponto o patriarcado em si foi um sintoma ou uma consequência direta da diferenciação entre os corpos masculino e feminino – uma diferença, digamos assim, não simplesmente biológica, mas construída no interior das realidades sociais? Segundo Porter, o que não se pode duvidar é que os tradicionais médicos, teólogos e filósofos do sexo masculino atribuíam a subordinação das mulheres à sua condição biológica, inferior dentro do esquema da criação. Thomas Laqueur declarou que essa conceituação médica da natureza das mulheres foi corroída por volta do final do século XVIII. O sexo feminino deixou de ser visto literalmente como uma versão inferior do masculino, tornando-se, ao invés disso, encarado como essencialmente diferente, mas complementar. Os fisiologistas afirmaram que o aparato reprodutivo sexual feminino era radicalmente distinto daquele dos homens, opinião confirmada pela descoberta das funções dos ovários e da natureza do ciclo menstrual. Segundo Porter, isso indicava que não havia nenhuma boa razão biológica para as mulheres serem ativamente sexuais: ao contrário do dogma médico clássico, não era necessário qualquer estímulo sexual para as mulheres conceberem: elas tinham apenas de servir como receptáculos de sêmen. Havia nascido a passiva e dessexualizada mulher "vitoriana". No entanto, não devemos confundir algumas prescrições para o comportamento feminino "adequado", como realidade no que diz respeito ao comportamento das mulheres do período. O discurso sexual do século XIX presta maior atenção às desordens, à anormalidade e aos desvios sexuais. Acima de tudo, elaborou uma psicopatologia de perversões sexuais,

[91] Idem, p. 305, 306.

vinculando-as a práticas como a masturbação e a condições como a histeria. O sexo foi visto, portanto, à luz da psiquiatria, no "espaço" de uma nova construção teórica – a "sexualidade".[92]

O surgimento da psicopatologia sexual assinalou uma mudança de paradigma. A medicina legal, com sua classificação dos vícios, foi abandonada para ser suplantada por uma psiquiatria das perversões. No período de 1880 a 1895, a psicopatologia sexual era uma ciência em desenvolvimento: a classificação, a terminologia e a natureza precisa de seu objeto eram calorosamente debatidas. Segundo Hekma, a tendência geral era um deslocamento das práticas sexuais para a psicologia de perversão, e o foco era desviado: antes, a consideração básica havia sido as consequências corporais de determinados atos; depois, a questão era como os atos eram causados por determinantes fisiológicos e psicológicos.[93]

O interesse pela sexualidade em geral originou-se após 1890. Nas palavras de Hekma, na "cruzada da pureza", que floresceu no fim do século XIX por todo o mundo ocidental, rapidamente se desenvolveu o interesse social pelas diversas formas de vida sexual. Principalmente devido ao debate sobre a prostituição, a sexualidade tornou-se um tópico importante entre diversos grupos sociais e uma questão social para a qual os liberais não dispunham de qualquer resposta correta, devido à sua relutância em interferir na vida privada. No último quartel do século XIX, grupos como os de cristãos fundamentalistas, socialistas e feministas rejeitavam a política sexual liberal, que para eles levava a vícios satânicos, degeneração capitalista ou desrespeito masculino pelas mulheres. Em uma notável coalizão, conseguiram dar um fim, em muitos países, ao controle médico da prostituição e à promulgação de leis criminais mais rigorosas relativas à sexualidade. No âmbito da psicopatologia sexual, devido à pressão social e também à lógica interna da disciplina, o interesse deslocava-se das perversões para as formas "normais" de sexualidade, que alguns especialistas, a partir de então, não consideravam

[92] Idem, p. 315-319.
[93] HEKMA, op. Cit. p. 248.

como autoevidentes, mas como resultados tênues do desenvolvimento humano.[94]

Segundo Gert Hekma, desde seus primórdios, a sexologia foi uma ciência aplicada. Enquanto pesquisas básicas estavam sendo realizadas em outros ramos da medicina e da biologia, os sexólogos apropriaram-se de dispositivos analíticos desenvolvidos em outras áreas e aplicaram-nos à sexologia. As pesquisas sobre hermafroditismo levaram a teorias sobre a homossexualidade; a descoberta dos hormônios e dos cromossomos possibilitou as explicações sobre diferenças sexuais. Assim, a sexologia funcionava, desde seu início, como uma ciência social com a pretensão de ser uma ciência natural, condição à qual apenas poderia aspirar por meio do raciocínio analógico. Os sexólogos enfrentavam os mesmos problemas que os psicanalistas. Como cientistas sociais, desejavam ser cientistas naturais, mas, com sua estratégia ambígua, apenas ocasionalmente conseguiam conquistar respeitabilidade.[95]

Concluindo, o século XIX testemunhou uma revolução paradigmática na abordagem científica da sexualidade. O próprio termo foi introduzido e trazia novos significados. A cisão da sexualidade, feita por Moll[96], entre descarga e impulso de relacionamento tornou-se a base da sexologia moderna. A ideia de impulso à descarga sexual tornou a sexologia, acima de tudo, uma ciência biológica, e, secundariamente, a ideia de relações sexuais e de escolha de objeto sexual fez dela uma ciência das relações íntimas. A ênfase foi colocada, inicialmente, na biologia e na medicina e, apenas mais tarde, na psicologia. A sexualidade era considerada como categoria universal, não como resultado de desenvolvimentos sociais e históricos. Investigações sociológicas e históricas sobre a sexualidade têm sido travadas pelas bases biológicas e psicológicas da sexologia. Outro problema tem sido a evasão do comportamento empírico para a especulação teórica. Confusões acerca de atos sexuais continuam a dificultar a pesquisa de tais fatos sociais. Além do mais, muitos pesquisadores passam rapidamente sobre fenômenos sexuais

[94] Idem, p. 249-250.
[95] Idem, p. 252.
[96] Mais informações, consulte MOLL, A. *Untersuchungen über die Libido sexualis.* Berlim, 1897.

concretos a fim de discuti-los à luz de outros fatos sociais, como, por exemplo, a homossexualidade em termos da relação com os pais, a prostituição em termos de pobreza e classe social, o travestismo em termos de gênero, o sadismo em termos de relações de poder, ou ainda, os rituais sexuais em termos de sistemas simbólicos.[97]

Destarte, preconceitos sociais, bem como premissas biológicas, psicológicas e teóricas continuam a bloquear o desenvolvimento de pesquisas sociológicas e históricas sobre a sexualidade – e tanto mais o fazem quanto todas as abordagens interpretam a sexualidade em si como um fenômeno natural constante no tempo e no espaço.

[97] Idem, p. 257.

CAPÍTULO 2

Arqueologia e Nacionalismo a Serviço do Imperialismo Britânico

NACIONALISMO E IMPERIALISMO NA ERA VITORIANA

No contexto em que acontecia uma revolução no pensamento vitoriano, no que diz respeito à economia liberal, à política imperialista e a questões sociais contraditórias, levando em conta movimentos operários e teorias liberais, deparamo-nos com a imposição de uma moralidade contraditória a uma evolução no que tange à sexualidade, ao casamento, à família e, principalmente, à mulher.

Dessa forma, com Londres vivendo todas as contradições que uma modernidade pode causar, juntamente com o crescimento do mundo literário, tende-se a construir uma justificativa para as questões vivenciadas no momento. Uma das formas é o retorno à interpretação da literatura clássica, principalmente no que diz respeito a Roma Clássica, que foi redesenhada para ajudar a definir as ideias da origem inglesa e a justificativa do imperialismo britânico. No entanto, o Império Romano não pode ser entendido nos mesmos termos dos Estados Nacionais que se formaram no século XIX, sobretudo na relação entre Estado e sociedade. Para Norberto Guarinello[98], nem o processo de sua formação, o chamado imperialismo romano, pode ser comparado aos imperialismos modernos, embora certos pontos de contato sejam úteis para pensarmos o presente. Para esse autor, é necessário, primeiramente, fazer uma distinção:

> Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão ou dominação de um Estado sobre outros. Império é um Estado, por vezes o resultado da ação imperialista, mas que não se confunde com esta (...).[99]

Segundo Alejandro Molina[100], o conceito "imperialismo" – como um processo pelo qual um Estado começa a se expandir e a controlar outros povos por diversos motivos: políticos, econômicos e estratégicos – é uma

---

[98] GUARINELO, N. L. "O Império Romano e Nós" (Introdução) In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V.(org.) *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, pp. 13-19.
[99] Idem, p. 14.
[84] MOLINA, Alejandro Bancalari. *Orbe Romano e Imperio Global: La Romanización desde Augusto a Caracalla.* Santiago: Editorial Universitaria, 2007, p. 37.

criação contemporânea e surgiu com a expansão e o colonialismo, em que as potências europeias se impuseram aos continentes africanos e asiáticos.

No mundo antigo, ao contrário do mundo contemporâneo, podemos acompanhar, na longa duração, a transformação de uma ação imperialista em um grande império. O modo e as razões pelas quais esse império se formou e aquilo no que veio a se constituir podem ser úteis para se pensar certas realidades do mundo contemporâneo. O Império Romano formou, durante vários séculos, uma unidade política de grande complexidade, cujo estudo pode contribuir para a compreensão das transformações políticas do mundo contemporâneo. Segundo Guarinello[101], apesar das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, o Império Romano nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por Estado nacional, no entanto, para Arnaldo Momigliano, a escrita da história latina envolve alguns aspectos importantes da cultura latina, entre eles, como ela criou o protótipo da moderna história nacional.

Segundo esse autor, os romanos transmitiram à Renascença a noção de história nacional e Lívio foi o mestre. Essa noção se desenvolveu por meio de vários autores, como Leonardo Bruni, que, em uma imitação consciente de Tito Lívio, escreveu a história de Florença; Marcantonio Sabellico e Bembo escreveram a história de Veneza e Giorgio Merula escreveu a história dos Viscondes de Milão, entre outros. Os humanistas italianos sustentavam-se, nas palavras de Momigliano, *honestamente fazendo comércio da história nacional de acordo com os modelos clássicos.* Eles vendiam essa nova marca de história aos monarcas nacionais e eventualmente provocavam a competição entre os historiadores nativos. Outro fator importante, é que, no Império Romano Tardio, as histórias nacionais estavam bastante na moda. Para Roma, apenas resumos eram feitos, mas narrativas complexas eram escritas quando a temática dizia respeito às novas nações emergentes.[102]

De acordo com Momigliano, os escoceses, ao contrário dos ingleses, não precisaram contratar um italiano para escrever a sua história nacional no estilo de Lívio. De acordo com ele, a importância de Lívio é

---

[101] GUARINELLO, Op. Cit. p. 14.
[102] MOMIGLIANO, A. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna.* Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 120, 123.

suficientemente real na gênese das histórias modernas nacionais, no entanto, quanto mais se pensa a esse respeito, menos Lívio é encontrado. Há um tipo de quadro humanista de nação que pouco tem a ver com Lívio. O exemplo citado pelo autor é *Britannia* de Camden. Nessa obra, é possível encontrar capítulos sobre a narrativa histórica da Bretanha pré-romana, da Bretanha romana e sobre os anglo-saxões e outros invasores posteriores.[103]

O Império Romano foi um Estado bem diferente e é precisamente pelo contraponto que oferece que reside o interesse de seu estudo. A principal diferença entre o Império Romano e o estado nacional está no fato de que o poder não se repartia homogeneamente sobre o território do império, devido à grande heterogeneidade de estatutos entre sua população e a ausência de uma sociedade civil claramente identificada. Ele foi resultado de um lento processo de conquista militar e centralização política, primeiro da cidade de Roma sobre a Itália, depois da própria península sobre as demais regiões que margeiam o Mediterrâneo. Para esse autor, em termos de uma história comparada, poderíamos descrevê-lo como correspondendo a uma sociedade camponesa de grande complexidade organizacional, tendo produzido um amplo Estado de conquista. Visto em seus próprios termos, o Império Romano não circunscrevia uma organização social homogênea e singular, mas agrupava "sociedades" completamente distintas. Em seu interior encontravam-se antigos impérios orientais, como o egípcio-helenístico, que manteve características próprias até pelo menos o império tardio. Na metade ocidental, o chamado "processo de romanização", muito debatido atualmente, nunca teve a profundidade e extensão que a historiografia mais antiga lhe atribuía. Organizações sociais pré-urbanas permaneceram majoritárias em vastas regiões da Gália, da Bretanha e das províncias fronteiriças centrais. Elas eram, contudo, formas de organização social dominadas, formadas por populações submetidas. A força se encontrava nas cidades.[104]

Nas palavras de Norberto Guarinello,

> (...) o imperialismo romano foi antes, o resultado das deficiências estruturais dessas cidades do que o efeito de uma supremacia

[103] Idem, p.21.
[104] GUARINELLO, op. Cit. p.14-15.

> singular do povo conquistador. O núcleo originário e, desde sempre, o mais dinâmico do império era constituído pelas cidades, sobretudo aquelas colocadas às margens do Mediterrâneo. O Império Romano era um Império de cidades e, ao mesmo tempo, o império de uma cidade.[105]

A criação do Império Romano foi o resultado da expansão de uma aliança de cidades da Itália, capitaneada pela mais forte, sobre um mundo urbano enfraquecido por seus conflitos internos e externos. A expansão imperialista teve, de acordo com esse autor, razões estruturais, derivadas dos conflitos internos das cidades e do fato de que as maiores podiam resolver seus próprios conflitos, expandindo-se sobre as menores. Porém, se seu fundamento foi político e militar, a expansão produziu efeitos drásticos sobre o próprio centro conquistador. Primeiramente econômicos: a Itália, e não apenas Roma, passou a concentrar recursos de uma vasta periferia dominada, o que alterou a relação de classes no centro expansionista e levou ao surgimento de uma elite escravista, rica em terras e escravos, que produzia produtos agrícolas e artesanais, vendidos em todo o Mediterrâneo. Segundo Guarinello, os efeitos políticos foram igualmente notáveis. O centro expansionista tornou-se, progressivamente, uma cidade "virtual", não mais Roma, mas o conjunto das cidades da Itália, das colônias romanas e de todos os locais onde houvesse cidadãos romanos. Nesse sentido, o processo de expansão não foi uniforme, mas um Estado articulado por uma relação entre um centro acumulador e uma periferia explorada. Porém, aos poucos, o Império Romano foi se transformando, de um império de conquista, mantido pela força de um exército expansionista, num amplo estado territorial.[106]

Voltando ao conceito de imperialismo como uma ação política ou econômica de dominação de um Estado sobre outros, era muito provável, segundo Hobsbawm[107], que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo em que os "avançados" dominariam os "atrasados"; ou seja, num mundo de "império". No entanto, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais

---

[105] Idem, p. 15.
[106] Idem, p.15-16.
[107] HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 87-88.

"antiquado". Foi provavelmente o período da História mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam "imperadores", ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título. Na Europa, os governantes da Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia e Grã-Bretanha reivindicavam esse título.

Nesse novo tipo de império, o colonial, a supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As vítimas desse processo foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal.[108]

Duas grandes regiões do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Já na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal. As Américas constituíam, é claro, a única região importante no globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados foi a maior expressão da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em "avançados" e "atrasados". A Grã-Bretanha, por exemplo, aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados.[109]

Enquanto esses acontecimentos alteravam o quadro político e econômico do ponto de vista externo, internamente, acontecimentos sociais e econômicos também alteravam a vida e o cotidiano do país e das populações. Ainda na Grã-Bretanha, a Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo. Segundo Raymond Williams[110], ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do

---

[108] Idem, p. 88.
[109] Idem, p. 89-91.
[110] WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura.* São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 12.

campesinato tradicional. Na fase imperialista da história da Inglaterra, a natureza da economia rural, na Grã-Bretanha e em suas colônias, foi transformada muito cedo. A importância da economia doméstica tornou-se quase nula. Como boa parte dos principais processos de desenvolvimento subsequentes e o próprio conceito generalizado de desenvolvimento, a experiência inglesa continua sendo importante para Williams. Não é apenas sintomática, como também, sob certos aspectos, reveladora. Para o autor, o fato fundamental é que todas essas experiências transformadoras e as atitudes inglesas em relação ao campo e às concepções da vida rural persistiram com um poder extraordinário, de modo que, mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural.

A explosão populacional alterou radicalmente as dimensões do mercado e introduziu uma guerra não prevista entre os empregadores e empregados; milhões emigraram do campo para a cidade ou cruzaram o oceano, inchando e transformando os povos em cidades médias, e as grandes cidades em imensas aglomerações inéditas desde a Roma Antiga.[111] Como consequência, houve o crescimento da classe de trabalhadores industriais, por si só extraordinário, o qual, embora basicamente decorrente das mudanças ocorridas nas taxas de natalidade e mortalidade como parte do processo geral de modernização da sociedade, também está ligado ao aumento da produção agrícola, tão acentuado no século XVIII. Segundo Raymond Williams, tais mudanças estão associadas aos cercamentos e à adoção de métodos de produção mais eficientes. A crise da pobreza, tão intensa nas cidades quanto nas aldeias no final do século XVIII e início do XIX, foi resultado desse processo socioeconômico como um todo e não pode ser explicada como a queda de uma ordem e a ascensão da outra. Nas palavras do autor:

> As ligações essenciais entre cidade e campo, evidentes durante todo esse tempo, chegaram a uma nova fase, mais explícita e, por fim, crítica. A Inglaterra rural, antes da Revolução Industrial e durante esta, estava caracteristicamente exposta à penetração crescente das relações sociais capitalistas e ao domínio do mercado, justamente porque aquelas e este vinham se desenvolvendo e tornando-se poderosos no contexto das estruturas do campo.[112]

[111] GAY, Op. Cit. p. 16.
[112] WILLIANS, op. Cit. p.140.

De acordo com Hobsbawm, as sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes. Na medida em que essas rotinas funcionam melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, elas necessitam ser imutáveis, o que pode afetar a outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais.[113]

É comum "tradições" que parecem ou são consideradas antigas serem bastante recentes, quando não são inventadas. O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido, de acordo com Hobsbawm[114]. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez. Nas palavras do autor:

> Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (...).[115]

Nesse caso, o passado histórico apropriado utilizado pelos Vitorianos seria uma descendência legítima dos romanos, no momento em que estes fundaram a colônia da Bretanha, tema do próximo capítulo.

Segundo Hobsbawm, até as revoluções e os "movimentos progressistas", que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições "inventadas" caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou

---

[113] HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A Invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.11.
[114] Idem, p. 9.
[115] Idem, ibidem.

estabelecem seu próprio passado por meio da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a "invenção da tradição" um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.[116]

Nesse sentido, a "tradição" deve ser nitidamente diferenciada do "costume", vigente nas sociedades ditas "tradicionais". O objetivo e a característica das "tradições", inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas – normalmente formalizadas – como a repetição. Já o "costume" nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora deva parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na História.[117]

Ao considerar que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição, os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Para Hobsbawm, provavelmente não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a "invenção" de tradições nesse sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as "velhas" tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais as tradições são incompatíveis, e também quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. A Inglaterra Vitoriana se torna um exemplo óbvio, devido a sua mudança abrupta decorrente da Revolução Industrial. Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes

[116] Idem, p. 10.
[117] Idem, ibidem.

em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado, linguagens e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tal adaptação.[118]

Do ponto de vista de Hobsbawm,

> Mais interessante (...) é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos por depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais – religião e pompa principesca (...).[119]

No entanto, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – como o nacionalismo – sem antecessores, tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, como por exemplo, a criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real pela lenda ou pela invenção. Ao visitar o *British Museum* em Londres, deparamo-nos com uma sala intitulada *Roman Britain* com imagens e artefatos do Império Romano, assim como no *Museum of London*, que possui também artefatos e imagens da região habitada pelos romanos, hoje chamada de *City*, que ao mesmo tempo é o centro histórico e financeiro da cidade. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional, ou a personificação da nação por meio de símbolos ou imagens oficiais.[120] Nesse sentido, o objetivo é entender como esses símbolos, bem como a habitação por parte dos romanos antigos, no que hoje é território britânico, foram utilizados para legitimar uma possível herança cultural.

Hobsbawm conclui sua análise classificando as tradições inventadas desde a Revolução Industrial em três categorias superpostas:

---

[118] Idem, p. 12-13.
[119] Idem, p. 14.
[120] Idem, p. 15.

A) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais;
B) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade e
C) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

De acordo com o autor, embora as tradições dos tipos B e C tenham sido certamente inventadas, como as que simbolizam a submissão à autoridade na Índia britânica, pode-se partir do pressuposto que o tipo A é que prevaleceu na Inglaterra, sendo as funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma "comunidade" e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a "nação".[121]

Nesse sentido, deve-se destacar um interesse específico que as tradições inventadas podem ter, de um modo ou de outro, para os estudiosos da História moderna e contemporânea. Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a "nação", e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Segundo o autor, todos esses elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, porque a originalidade histórica implica inovação. As linguagens-padrão nacionais, que devem ser aprendidas nas escolas e utilizadas na escrita, quanto mais na fala, por uma elite de dimensões irrisórias, são, em grande parte, construções relativamente recentes. No entanto, existe um paradoxo curioso, embora compreensível:

> (...) as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto construído, ou seja, ser comunidades humanas, "naturais" o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses.[122]

[121] Idem, p. 17.
[122] Idem, p. 22.

Independente das continuidades históricas envolvidas no conceito moderno da “Inglaterra” ou dos “ingleses”, esses conceitos devem incluir um componente “construído” ou “inventado”. E, segundo Hobsbawm, é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da nação moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da “história nacional”), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à “invenção das tradições”.[123] Nesse sentido, o tópico a seguir tratará de como se “inventou” ou se “construiu” a ideia da Inglaterra como herdeira dos romanos.

[123] Idem, p.22- 23.

ARQUEOLOGIA E ROMANIZAÇÃO A SERVIÇO DOS VITORIANOS

Em História, é comum lidarmos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Nas palavras de Hobsbawm,[124] *o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.* O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Obviamente, uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas. No entanto, o domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social. É compatível com visões cíclicas de mudança histórica, e certamente com a regressão e a catástrofe. É incompatível com a ideia de progresso contínuo. De acordo com Hobsbawm, quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade para além de certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do presente, e pode, no máximo, tornar-se modelo para o mesmo. Porém, que aspectos do passado serão selecionados para o esforço da restauração? Os historiadores tendem a observar a frequência de certos clamores por restauração em favor da velha lei, da velha moralidade. Entretanto, deve-se fazer uma distinção entre tentativas simbólicas e efetivas de restauração. Por exemplo, o clamor por uma restauração da velha moralidade ou religião visa a ser efetivo.[125]

Esse exemplo nos remete à Inglaterra Vitoriana, a qual retoma a Antiguidade Clássica com o objetivo de instaurar uma moralidade à sociedade que vive um momento de crescente tecnologia em contraste com a crescente desigualdade social, levando a questões contraditórias no que diz respeito à família, à saúde e ao gênero, como mencionado anteriormente. Além

[124] HOBSBAWM, Eric. "O Sentido do Passado" In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 22-35.
[125] Idem, p. 24-27.

do mais, ao retomar suas origens na Bretanha Romana, com o objetivo de conseguir legitimidade para suas ações imperialistas e imposições políticas e econômicas, esse clamor por restauração pôde contar com a arqueologia, a qual teve papel fundamental nesse processo de legitimação a partir das escavações dos sítios, bem como com a paleografia na leitura e interpretação das inscrições encontradas.

Partindo dessas informações, identificamos uma necessidade de rejeição do passado, bem como sua "construção". De acordo com Hobsbawm, o problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável, ou seja, quando representa "progresso". Nesse sentido, a inovação, quando constante, é aceita mais prontamente na medida em que se refira ao controle humano sobre a natureza não humana, por exemplo, à ciência e à tecnologia, já que grande parte desse controle é obviamente vantajoso mesmo para os mais tradicionalistas. Por outro lado, embora certas inovações sociopolíticas possam parecer atraentes a alguns grupos de seres humanos, pelo menos numa visão prospectiva, as implicações sociais e humanas da inovação – inclusive a inovação técnica – tendem a encontrar maior resistência por razões igualmente óbvias. A mudança rápida e constante na tecnologia material pode ser saudada pelas mesmas pessoas que se contrariam profundamente com a experiência de mudança rápida nas relações humanas – sexuais e familiares, por exemplo –, e que poderiam considerar difícil conceber mudança constante em tais relações. Nos casos em que até a inovação material de "utilidade" palpável é rejeitada, geralmente, a explicação está no medo da inovação social, ou seja, da ruptura que ela acarreta.[126]

A inovação, de acordo com Hobsbawm, tão obviamente útil e socialmente neutra que é aceita quase automaticamente por pessoas de algum modo familiarizadas com a mudança tecnológica, praticamente não suscita nenhum problema de legitimação. No entanto, certas inovações requerem legitimação, e, em períodos em que o passado deixa de fornecer precedentes às mesmas, surgem dificuldades muito sérias. Uma dose única de inovação, por maior que seja, não é tão problemática; pode ser apresentada como a vitória de algum princípio positivo permanente contra o seu oposto, ou como

[126] Idem, p. 29.

um processo de "correção" ou "retificação", o triunfo da razão sobre o absurdo, do conhecimento sobre a ignorância, da "natureza" sobre o "antinatural", do bem sobre o mal. Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história de um processo de mudança direcional de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um "sentido do passado" transformado. Dessa forma, uma espécie de historicismo, ou seja, a extrapolação mais ou menos sofisticada e complexa de tendências passadas para o futuro foi o método mais convincente e popular de previsão.[127]

Identificam-se essas mudanças na sociedade vitoriana, saída de uma Revolução Industrial que transformou toda a estrutura social e econômica por meio dos cercamentos, levando aos movimentos sociais organizados e aos de rejeição, como a formação de sindicatos e o movimento luddista, respectivamente. Nesse sentido, será analisado o processo de romanização presente na produção acadêmica e literária vitoriana, além de como esse processo é utilizado para dar legitimidade à política econômica do momento.

Segundo Martin Bernal, os estudos clássicos durante os séculos XIX e XX desempenharam um papel central no esforço de legitimação histórica da cultura europeia ocidental, tendo sido marcado por uma atitude *francamente política*. De acordo com o autor,

> eles teriam incorporado os padrões sociais e culturais dos contextos em que se desenvolveram, fornecendo, em troca, argumentos em favor da noção de uma incontestável superioridade européia sobre todos os outros continentes. Tal estratégia veio ao encontro de uma espécie de justificação das ações imperialistas ou neocolonialistas do período, como se fossem "missões civilizadoras".[128]

[127] Idem, pp 29-31.
[128] BERNAL, Martin. "A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia." IN: FUNARI, P. P. A. (org). *Textos didáticos: Repensando o Mundo Antigo.* Campinas: IFCH/Unicamp - nº49, 2005, p.14.

Nesse sentido, Richard Hingley[129] analisa como as imagens proporcionadas pela Roma Clássica foram utilizadas, ou, nas palavras dele, "redesenhadas" para ajudar a definir as ideias da origem inglesa, bem como a justificativa do império[130] (sic) de 1880 até por volta de 1930. Esse momento foi o auge do imperialismo britânico e a "ideologia imperial" tornou-se parte da linguagem do patriotismo. Além do mais, foi um período em que novas correntes intelectuais se desenvolveram para definir e sustentar o controle britânico por extensas partes do mundo. Trabalhos acadêmicos, escritos políticos e literatura popular refletem essa necessidade imperial, e o passado imperial romano foi retomado para ajudar a tornar conhecida a "missão" imperial britânica. É preciso deixar claro, no entanto, que a utilização da arqueologia se faz necessária como metodologia, nesse processo de romanização, evidenciando nesse contexto de estudo sua prática indispensável.

Nas palavras de alguns autores[131], a arqueologia seria filha do nacionalismo, do colonialismo e do imperialismo. Devido a sua subordinação à sociedade, ou aos grupos dominantes, torna-se clara sua dependência frente a esses, para a obtenção de verbas e do apoio institucional necessários ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica. Sob influência do nacionalismo do século XIX, a arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. De acordo com Funari[132], *esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território*

---

[129] HINGLEY, Richard. "Concepções de Roma: Uma perspectiva inglesa". In: FUNARI, P. P. A. (Org). *Repensando o Mundo Antigo.* Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, Nº 47, 2002, pp. 27-62.

[130] O autor utiliza o termo "império", no entanto, como já citado anteriormente, Norberto Guarinello faz uma distinção entre Império e Imperialismo. (MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (Orgs.) Introdução. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p.14.)

[131] Como: TRIGGER, B. *A History of archaeological thought.* Cambridge University Press, 1990; GRAVES-BROWN, P., JONES, S., GAMBLE, C. (edd.) *Cultural identity and Archaeology: the construction of European Communities.* Londres: (?), 1996.

[132] FUNARI, P. P. A. *Cultura material Histórica e Patrimônio.*Campinas, IFCH/Unicamp, Abril/2003, p. 13.

demarcado. O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração.

Nesse sentido, no final do século XIX, segundo Trigger, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. Os dois fatos estavam intimamente ligados, portanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como fator mais importante na história humana. Na Europa ocidental, o nacionalismo crescia à medida que a expansão industrial aumentava a competição por mercados e recursos. No final do século, "intelectuais desejosos de promover a solidariedade em seus países, em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais".[133]

A arqueologia esteve associada ao nacionalismo durante todo o século XIX, principalmente na Europa central e do norte. De acordo com Trigger, em 1871, ela desempenhou um papel importante na unificação alemã, promovendo um "senso de identidade étnica, e depois disso continuou a fazê-lo, ajudando a exprimir o orgulho do povo alemão por suas realizações". Acervos crescentes de material arqueológico foram recuperados como resultado da construção de estradas, ferrovias, canais e fábricas, da fundação de museus e institutos de pesquisa e da criação de cadeiras de arqueologia nas universidades. À medida que mais testemunhos eram coletados, a atenção dos arqueólogos passou aos megálitos[134], colinas fortificadas e túmulos para o estudo dos artefatos. Seu principal objetivo era determinar, muitas vezes utilizando critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais. O interesse por problemas étnicos e históricos levou os arqueólogos a prestar atenção crescente à distribuição geográfica de tipos distintos de artefatos e conjuntos destes, no esforço de relacioná-los com grupos históricos. Por conta do papel desempenhado pelos arqueólogos na promoção de um sentimento de

---

[133] TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico.* São Paulo: Odysseus Editora, 2004, 144.

[134] Blocos de pedras de proporções gigantescas presentes em monumentos neolíticos.

identidade étnica, os governos imperiais tentaram, por vezes, obliterar ou impedir a pesquisa arqueológica. Por essa razão, ela obteve o apoio de grupos nacionalistas como a classe média tcheca e a aristocracia da Polônia.[135]

Partindo dessas afirmações, a ligação entre arqueologia e política apresenta-se sempre mediatizada. Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que deem sustentação científica a essas pretensões. Nas palavras de Funari, "a criação e valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se muitas vezes com a arqueologia." Nesse caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado. Além do mais, a exploração e a valorização dos territórios nacionais implicam também um relacionamento particular entre a arqueologia, a sociedade e os grupos de poder. Trata-se da incorporação de monumentos e objetos numa prática de valorização e transformação econômica da paisagem. De maneira geral, a arqueologia, justamente pelo seu caráter elitista, tem privilegiado os artefatos dos segmentos dominantes das sociedades estudadas como objetos admiráveis.[136]

Outra questão a ser levantada no que diz respeito ao papel da arqueologia como parte da "engrenagem" da "exploração imperialista" está no diferencial de poder entre metrópoles e colônias – ou entre o centro e periferia – que sempre acarretou mecanismos de apropriação de bens das colônias para as metrópoles. Nesse processo, a arqueologia teve um papel relevante na transferência de monumentos e objetos arqueológicos dos países de origem para as metrópoles, formando-se, assim, os acervos dos principais museus europeus. De acordo com o autor, essa apropriação ocorria durante o período colonial, pela imposição de força de ocupação militar metropolitana, da qual, não raras vezes, faziam parte os arqueólogos. A partir da descolonização, a apropriação de vestígios arqueológicos passou a ocorrer por mecanismos econômicos. Destarte, com a expansão do mercado de peças arqueológicas, a saída muitas vezes ilegal de objetos de países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos efetua-se pela venda das peças no mercado

[135] Idem, p. 145-146.
[136] FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 101-105.

internacional. Isso significa que, à expropriação forçada do período colonial, seguiu-se uma nova fase na qual a transferência do patrimônio arqueológico adquiriu, via mercado, uma capa de legalidade.[137]

Partindo desse pressuposto, torna-se necessário analisar como se deu o processo de romanização e de anglicidade, bem como a necessidade de legitimação de uma história "construída", diria "reformulada", na Inglaterra Vitoriana.

O conceito de "romanização" aparece como problema central, no século XIX, em estudos realizados, a princípio, por Theodor Mommsen[138], sendo marcado pela ideia, de um lado, da superioridade cultural romana sobre culturas "indígenas" e, de outro, da existência de uma possível cultura romana homogênea imitada por povos autóctones.[139] A partir do século XIX, concomitante aos estudos de Mommsen, inicia-se a compilação do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL, desde 1868), o qual, além de prover fontes para o estudo do mundo romano e desse processo de romanização, colabora, em parte, com novas evidências para a nascente ciência da arqueologia preocupada com a emergência política da questão das identidades nacionais.[140] Aqui a cultura material ainda é confundida com as noções de "civilização"[141], não se separando de seu objeto de investigação; de seu projeto de busca/criação dessas identidades orgânicas, estabelecendo, no passado da antiguidade romana, as origens de uma determinada noção de "povo".[142]

Segundo Richard Hingley – autor utilizado entre outros para definir o conceito de romanização e entender como se deu esse processo –, o passado tem sido desdobrado por europeus e povos do mundo ocidental em geral para esculpir identidades que se opõem, para construir o Ocidente e o

---

[137] Idem, p. 104-105.
[138] FREEMAN, P. W. M. "Mommsen through to Haverfield: the origens of Romanization studies in late nineteenth-century Britain". In: MATTINGLY, D. J. (Ed.) Dialogues in Rome Imperialism:Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire. JRS. Supplementary Series, 1997, p. 23.
[139] HUSKINSON, J. "Looking for culture, identity and Power". In. Experiencing Rome. Culture, Identity and Power in the Roman Empire. London: Routledge, 2000, p. 20.
[140] OLIVIER, L. "A Arqueologia Francesa e o Regime de Vichy (1940-1944". In: BENOIT, H. e FUNARI, P. P. A. (org.) Ética e Política no Mundo Antigo. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 243.
[141] PESEZ, J-M. "História da Cultura Material". In: LE GOFF, J. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 180-215.
[142] GONÇALVES, C. R. "La Ficción como Verdad. La invención de la cultura de los Libertos en la historiografía y en la Cena Trimalchionis (Satyricon 29-78)". Limes. 12, 2000, p.77

"não Ocidente" e criar uma ascendência cultural. Nesse contexto, a construção do passado nunca foi uma atividade imparcial. Roma teve um lugar especial na definição da História e do pensamento europeu, sendo construída em vários momentos históricos para representar autoridade literária, unificação política, poder imperial e proeza militar entre outros. Uma dicotomia entre a imagem romana e aquelas munidas pelas ideias de uma identidade nativa pode ser extraída das concepções de Roma. A efígie do império romano proporcionou um mito de origem para muitos povos da Europa e, em particular, para a História do ocidente como um todo. De acordo com o autor, com relação à contrastante ideia de identidade nativa, as fontes escritas romanas serviram para prover a noção de alteridade, que foi usada para ajudar a definir e unir povos dentro de nações individuais na Europa Ocidental. Ao definir sua própria civilização em oposição aos "outros" bárbaros, autores clássicos proporcionaram um poderoso instrumento interpretativo, que ajudou a criar nações e impérios modernos.

Autores romanos que escreveram durante o período de expansão no final do primeiro milênio a.C. e início do primeiro milênio d.C. registraram nomes e feitos de vários grupos étnicos significativos no império ocidental ou em outros locais, incluindo gauleses, batavos, germanos, bretões, dácios, entre outros. Alguns textos romanos importantes se tornaram disponíveis a uma elite ilustrada na Europa Ocidental do século XVI em diante, devido ao fato de tais textos conterem informações sobre esses primeiros povos, histórias sobre seus hábitos cotidianos e seus atos de resistência ante o imperialismo romano. Ocasionalmente, os textos também indicavam uma localização geográfica aproximada na qual estes povos teriam vivido.[143]

Observa-se, com as análises apresentadas, que uma história fabricada é bastante comum, ainda que se deva distinguir entre suas utilizações meramente retóricas ou analíticas e as que implicam uma genuína "restauração" concreta. De acordo com Hobsbawm, o caso dos radicais ingleses do séc. XVII a XIX que dificilmente pretendiam voltar à sociedade da pré-conquista inserem-se nesse contexto; o "jugo normando" para eles era basicamente um dispositivo explicativo, os "anglo-saxões livres", no máximo, uma analogia ou a busca de uma "genealogia". Por outro lado, para o autor,

[143] HINGLEY, op. Cit. p. 28-30.

apesar dos movimentos nacionalistas modernos que quase podem ser definidos como movimentos que esquecem a História ou a entendem mal, porque seus objetivos não encontram precedentes históricos, eles insistem em defini-los, em maior ou menor grau, em termos históricos e tentam realizar partes dessa história fictícia. O autor aplica isso à definição do território nacional e às pretensões territoriais. Elas não são "restaurações" ou "renascimentos", mas, sim, inovações que usam ou pretendem usar elementos de um passado histórico real ou imaginário. Os movimentos nacionalistas são os mais óbvios no que diz respeito aos tipos de inovação que procedem da maneira citada, já que a história é a matéria-prima mais fácil de trabalhar no processo de fabricar as "nações" historicamente novas em que estão engajados.[144]

Historiadores romanos produziram relatos nos quais um suposto poder "civilizador" representado por Roma teria entrado em conflito com os "bárbaros", além de contos em que a resistência de vários povos nativos à expansão imperial romana foram desenvolvidos sob um forte estilo antirromano. Nacionalistas acharam isso útil em algumas circunstâncias, no entanto, o fato de conceber grupos nativos sendo incorporados ao império era também profundamente influenciado pela "civilização" dos romanos. Nesse contexto, é significativo que a Roma imperial fosse frequentemente vista executando um papel especial – a transferência da "civilização" mediterrânea a vários povos do ocidente europeu, que efetivamente permitiu que a distinção romana e as concepções nativas fossem combinadas. As fontes clássicas confirmam a classificação de povos pré-históricos na Gália, Germânia, Ibéria, Britânia e, até mesmo, Itália – povos que, de alguma maneira, pareciam mais semelhantes a populações nativas do Novo Mundo do que com as populações contemporâneas da Europa Ocidental. Argumentava-se que Roma teria civilizado todos esses povos. Os romanos teriam introduzido a cultura da civilização – estradas, cidades, banhos públicos, impostos e a língua latina – uma civilização que a Europa ocidental sentia ter herdado. A Europa cristã também se sentia herdeira dessa tradição religiosa da Roma Clássica. Autores romanos falaram em latim às aulas de uma elite ilustrada europeia dos séculos

[144] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 28.

XIX e XX – uma língua que ajudou a definir sua identidade. Nas palavras de Hingley:

> Como resultado, muitos membros destas classes sentiram uma associação com os romanos clássicos como uma herança de uma tradição, religião e civilização clássica em comum – uma associação que foi de todas a mais influente devido ao domínio da língua latina na educação da elite contemporânea.[145]

No entanto, os romanos e as imagens da origem dos nativos não foram sempre desenvolvidos em oposição de uma a outra, como foi argumentado em certas ocasiões. Nas palavras de Hingley, "elas poderiam ser combinadas para desenvolver uma concepção nacionalista da grandeza contemporânea. Isto tinha um significado particular no contexto da Inglaterra do final do século XIX e início do XX".[146]

A conquista e a ocupação romana do sudeste da Britânia iniciaram-se em 43 d.C. e duraram até o princípio do quinto século. Segundo o autor, a efígie de Roma formou um conjunto útil de referências históricas tanto para os ingleses como para outras nações, em parte, devido ao seu impacto direto na história doméstica dessa região. Os antigos relatos históricos que confirmaram o caráter devastador da invasão anglo-saxônica na Britânia pós-romana, no entanto, criaram um forte mito da origem racial teutônica para os ingleses durante o século XIX. A missão do Império Romano em alguns trabalhos de literatura passaram a retratar a transmissão da civilização clássica e cristandade para antigos bretões, que, então, formavam uma parte importante da origem racial mista da população inglesa moderna. Nesse sentido, a herança romana também serviu para retratar as classes inglesas educadas como sucessoras da elite imperial romana.[147]

Durante o final do século XIX e início do XX, foram produzidos vários trabalhos populares relacionados à origem do inglês. Cientistas naturais, geógrafos e antropólogos procuravam usar as necessidades do império para justificar a expansão do ensino e pesquisa em seus campos de investigação nesse período. De acordo com Hingley, assim como objetos que eram

[145] HINGLEY, op. Cit. p. 31.
[146] Idem, p. 32.
[147] Idem, p. 32-33.

dominados por amadores passaram a ter um caráter acadêmico crescente dado por estudiosos, estruturas para carreiras começaram a existir. Nesse sentido, a arqueologia romana, sob influência de Francis Haverfield, foi um dos objetos de estudos que conseguiram credibilidade acadêmica. Para o autor, a relevância imperial da arqueologia romana foi resultado, em parte, da visão de Haverfield sobre o valor da romanização para a definição do caráter inglês. Ela foi utilizada para ajudar a corrigir uma primeira imagem que sugeria que um pouco da civilização romana fora transmitida para os antigos bretões. Essa ideia foi alcançada a partir do desenvolvimento de um significado de civilização no qual ela era tida como algo que poderia ser transferido. Nas palavras do autor:

> (...) A Romanização estava baseada em uma definição de oposição binária entre nativos bárbaros e romanos civilizados – era o processo pelo qual o bretão (ou europeu) não civilizado alcançava a civilização.[148]

De acordo com Molina[149], o fenômeno da romanização é um processo histórico de longa duração que apresenta duas perspectivas opostas: enquanto para alguns é o resultado de um discurso teórico e retórico, para outro é uma realidade material e concreta. Segundo ele, o trabalho metodológico do historiador, entre outros aspectos, consiste em uma reflexão e recriação em "sua mente" de situações e processos passados a partir de problemáticas e perguntas determinadas por quem necessariamente deve encontrar a resposta na "matéria-prima". Nessa perspectiva, ao revisar os testemunhos antigos e os estudos historiográficos modernos, o autor encontra: por um lado, o império romano como uma totalidade materializada e teórica na mente e interpretação do historiador; e, por outro, uma realidade concreta manifestada por uma numerosa população (por volta de 60 a 80 milhões no século II d.C.), um amplo território tricontinental (Europa, África e Ásia) com fronteiras e com um sistema político-jurídico, econômico-social, cultural-religioso e uma rede articulada de cidades e estradas. Essa "realidade

[148] Idem, p.33-34. O trabalho de Haverfield proporcionou a base que irá ser chamada "interpretação 'progressiva' da romanização" (Hingley 1996, 2000).
[149] MOLINA, Op. Cit. p. 39.

concreta" com uma identidade foi possível devido aos diversos agentes e elementos do processo multidirecional e romanizador entre Roma e as províncias. É fato que essa realidade tem tido várias interpretações nos últimos séculos e existem diversas formas, teorias de poder, de encontros, modelos e abstrações generalizadas que tentam explicar o império e sua consequente romanização.[150] Destarte, surgem múltiplas afirmações e interpretações sobre seu conceito.

Na opinião de Renato Pinto[151], a preocupação maior está em explicar como a expansão do Império Romano teria levado a uma série de mudanças sócio-culturais nas províncias e, finalmente, à absorção da cultura e da identidade romana. Segundo as abordagens mais tradicionais, a assimilação cultural e de identidade passou também pela adoção de uma cultura material categorizada como "romana". É a partir dela que arqueólogos e historiadores têm tentado medir o quão romanizados estavam os habitantes das províncias. Entende-se que, quanto mais frequente é a presença de artefatos "romanos" e "romanizados", maior é a influência cultural. Esse cenário, no entanto, começa a ser combatido pela arqueologia no final dos anos 80 com a geração pós-colonialista e preocupações com o próprio papel da disciplina. Nesse sentido, a província da Bretanha Romana é considerada uma importante fonte de análise aos estudos que propõem uma revisão dos conceitos de "romanização".[152]

Segundo Molina, para determinados estudiosos, o conceito é uma "construção intelectual" de um grupo de especialistas do século XIX que mostra que o Império Romano foi "inventado" por alguns historiadores e arqueólogos contemporâneos. O autor, juntamente com David J. Mattingly[153], considera que a mensagem subjacente é clara, a romanização é uma "construção artificial", não uma realidade antiga, facilmente definível. Não se encontra uma definição comum e não existe, segundo ele, uma visão

---

[150] Idem, p. 40-41.
[151] PINTO, Renato. *Arqueologia e Romanização: Os discursos Arqueológicos e a cultura material da Bretanha Romana.*Universidade de São Paulo: 2003, p.38.
[152] FUNARI, P. P. A. "Bretanha Romana", *Revista de História da Arte e Arqueologia 1*. Campinas: Unicamp, 1994, PP: 249-252.
[153] MATTINGLY, D. J. (Ed.) "Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire." *Journal of Roman Archaeology,* Suppl. Series n. 23, Porthsmouth, Rhode Island, 1997.

consensual.[154] Não se deve duvidar nem desconhecer que a política exterior romana foi eminentemente ofensiva. Ao longo de sua história, o Império Romano se formou progressivamente pelas suas conquistas. Desde essa perspectiva, é possível encontrar três grandes etapas no processo expansionista que levou a uma dominação total exercida pelo povo romano: *Imperium Populi Romani.*

Primeiramente, desde o século V a.C. a consolidação da conquista da Itália no início do século III a.C. se propagou num imperialismo de proteção pelo qual Roma estabeleceu tratados com seus aliados devendo respeitá-los e salvaguardá-los. Outorgou-lhes autonomias ao mesmo tempo em que promovia um expansionismo relativamente cortês apegado à guerra justa (*bellum iuntum).* A cidade, ao conquistar e unificar a península itálica, transforma-se em uma potência nacional. Segundo: entre a guerra de Aníbal (218-202 a.C.) e o governo de Augusto, Roma desenvolveu e potencializou um imperialismo desenfreado, brutal e duro de conquistas. Terceiro: a partir de Otávio Augusto até 235 d.C., com o início das crises, o Império Romano exportou, com a ajuda central da *pax Romana*[155] e os mecanismos integradores, um imperialismo "romanizador", ou seja, igualitário, durável e estável. De acordo com Molina, essa fase de sustento, consentimento e aderência entre Roma e as províncias, dentro de uma diversidade, foi vital para a sua prosperidade e conservação. O êxito e a perpetuação do processo romanizador consistem na disponibilidade romana para converter os súditos em cidadãos, conferindo-lhes paulatinamente a possibilidade de participação no funcionamento da estrutura do mundo romano. A ideia de transformar inimigos vencidos em *cives Romani* foi um recurso praticamente desconhecido em outros grandes impérios.[156]

Essas informações citadas sobre *cives Romani,* leva ao questionamento do termo "romanização", como sendo polissêmico e controverso. Em certas ocasiões mal empregado e utilizado de forma

[154] MOLINA, Op. Cit. p. 41.
[155] Segundo Molina, um dos aspectos centrais na difusão e intensidade do processo romanizador foi uma relativa pacificação – interna e externa – que se desenvolveu na *orbis Romanus,* como um poderosíssimo meio para fomentar a adaptação e integração entre romanos e nativos. Essa *pax Augusta* se desenvolveu também como forma de propaganda ideológica, fazendo-se cada vez mais consciente e ativa, como fio condutor e força motriz de grande parte dos governantes da época. pp:51-53.
[156] Idem, pp. 42-50.

ambivalente pela historiografia moderna e contemporânea. No entanto, é indispensável e útil para compreender, de forma global, como a cultura romana se projeta nas áreas provinciais do império e como as culturas locais fornecem seus elementos e crenças a Roma. Molina acredita que não foi um processo unidirecional, mas sim, dinâmico, misto e também dialético. No mundo antigo, esse conceito, assim como muitos outros, não era conhecido. Os autores clássicos não o utilizavam[157], no entanto a expressão "*Romanitas*" foi adotada. Segundo Molina, foi Tertuliano, escritor de origem africana e cristã quem empregou o conceito, no início do século III d.C.: *Quid nunc, si est Romanitas omni salus, nec honestis tamen modis ad Graios estis?*[158] Na opinião do autor, essa passagem de Tertuliano (referindo-se aos cartagineses) é distante, complexa e contraditória; não deixa claro os diversos significados de um conceito amplo como de *Romanitas.* A intenção de Tertuliano é mostrar que "modos e estilos de vida" italianos e romanos deveriam ser adotados e compartilhados por todos os membros do império. A partir da definição e caracterização desse termo, produz-se certo desejo e crença de se sentir romano, de possuir um estilo de vida comum tanto material como psicológico, representando a civilização romana em oposição à barbárie. *Romanitas,* portanto, pode ser entendido como sinônimo de *civis Romanus* e como *communitas*[159], que é *orbis Romanus,* ou seja, um mundo relativamente homogêneo.[160]

Tanto a expressão de Tertuliano, *Romanitas* como sua derivada no século XIX, Romanização, têm sofrido críticas severas em que a utilidade dos conceitos é questionada. Um dos maiores problemas que enfrenta o estudioso da romanização são os critérios e parâmetros que se utilizam para alcançar a integração e a assimilação entre os romanos e comunidades locais, já que não são bem definidos. Do ponto de vista semântico, o conceito não tem o mesmo significado para todos os especialistas; segundo Molina[161], existem

---

[157] HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture.: Unity, Diversity and Empire.* London-New York: Routledge, 2005, p. 15.
[158] "Se a Romanidade é o meio de salvação para todos, por que então, vocês se comportam como os gregos com maneiras tão pouco honradas?"
[159] Comunidade, sociabilidade, conformidade comum.
[160] MOLINA, Op. Cit. p. 55-56.
[161] Idem, p. 65.

visões contrastantes, discrepantes, inclusive radicais[162], interpretações simplistas e obsoletas, que muitas vezes dependem das realidades específicas das províncias.[163] Alguns definem esse processo e o caracterizam como "espontâneo", "consciente" e "seletivo".[164] Muitos o valorizam a partir da visão dos conquistadores como expressão de dominação, ou, em contraposição, como resistência ao poder romano de fazer uma "mudança dialética" de uma cultura sobre a outra[165]. Outros interpretam tal conceito como um processo de civilização e transmissão cultural ou como a incorporação e assimilação de populações locais ao poder romano, além disso, também há uma posição "eclética" ou "intermediária" entre a imposição desse domínio e a autorromanização das elites nativas.[166] E enfim como processo bidirecional de integração e transculturação entre romanos e provinciais ou como a assimilação dos autóctones a cultura romana,[167] ou seja, interação cultural.

Partindo dessas informações, pode-se abordar o estudo da romanização, por um lado, como símbolo de uma obra civilizadora e difusora de Roma; e, de outro ponto de vista, com interpretações polarizadas, enfatizando o controle das populações autóctones e a exploração de seus recursos econômicos. Para Molina[168],

> (...) é prioritário e essencial entender que a romanização não é um processo uniforme nem rígido, mas apresenta um forte dinamismo e flexibilidade. Esse dinamismo se deve, fundamentalmente, à resistência dos habitantes; ao grau de educação, cultura e tradição dos habitantes originais; à situação interna de cada área de dominação.

---

[162] Na opinião do autor, Mattingly, (Op. Cit. p. 20.) considera que a partir das diversas perspectivas de análises, o Império Romano era mais "intervencionista" e menos "altruísta" do que às vezes se descreve.

[163] Autor se refere a REECE, R. "Romanization: a point of view", In: BLAGG & MILLET (eds.) *Early Roman Empire in the West.* Oxford, 1990, pp. 30-34.

[164] BÉNABOU, M. "Le Romains ont-il conquis l'Afrique"?, In: *Annales* (ESC), 33. 1978, pp: 83-88.

[165] MILLET, M. *The Romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation.* Cambridge: Cambridge University, 1990, pp: 1-3.

[166] WOOLF, G. "The Formation of Roman Provincial Cultures." In: METZLER, J.; MILLET, M.;ROYMANS, N.; & SLOFSTRA (eds.), *Integration in the Early Roman West. The role of culture and ideology*, Dossiers d'Archéologie du Musée National d'Histoire et d'art 4, Luxemburgo, 1995, p. 9-18.

[167] Sobre uma síntese da problemática semântica, consultar: SHELDON, R. "Romanizzazione, Acculturazione e Resistenza: problemi conceittuali nella storia del Nordafrica", In: *DArch,*4 (1982), pp. 102-106.; BLÁZQUEZ, J. M. *Nuevos estudios sobre la Romanización*, Madrid: Itsmo, 1989, pp. 99-145.

[168] MOLINA, Op. Cit. p. 66.

Com o objetivo de apresentar a pluralidade de enfoques e posturas, Alejandro Molina classifica algumas tendências no que diz respeito ao entendimento do processo de romanização. Dentre os vários modelos analisados por ele, está a "Interpretação Clássica", a qual foi consolidada por historiadores e geógrafos antigos na transição da república para o império, num contexto do qual visualizaram a missão civilizadora de Roma.

> (...) O destino e dever final da "Urbs" foi de conquistar o "orbis terrarum", difundir a civilização (humanitas) nas aldeias, projetando uma paz generalizada, ajustando a natureza dos Bárbaros e entregando-lhes, ao mesmo tempo, uma cultura superior e sedutora.[169]

Segundo Molina, a historiografia moderna teve, como adeptos dessa interpretação, Theodor Mommsen[170], Francis Haverfield[171] e, em menor medida, Henry Pelham e Camille Jullian[172]. Na opinião do autor, Theodor Mommsen tem sido qualificado como o *meister* da história romana, inigualável tanto em seus dias, como na atualidade, vinculado com a tese do imperialismo defensivo. Nesse sentido, a expansão e conquista romana não se idealizou como resultado de um plano preconcebido e dirigido para o domínio do mundo, mas, sim, de Roma ter-se visto obrigada a fazê-lo devido às circunstâncias. Mommsen concebia o alto Império como um mundo caracterizado por uma participação consolidada, uma prosperidade sustentada, um governo ordenado e uma eficiente interconexão e administração romana nas províncias. "A partir desses postulados, a romanização foi consequência direta e principal dessa ampla aceitação e visão positiva do *imperium Romanum*."[173] Com uma postura similar e fortemente influenciada por Mommsen, o historiador inglês Francis Haverfield concebe a romanização como sinônimo de civilização. Para ele, assim como para Mommsen, o principal para o estudo e compreensão do

---

[169] Idem, p. 68
[170] MOMMSEN, T. *História de Roma.* Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1973.
[171] HAVERFIELD, F. *The Romanization of Roman Britain.* Oxford: Claredon Press, 1923.
[172] Sobre o valor histórico dos quatro estudiosos mencionados, consultar: FREEMAN, "Mommsen, to Haverfield: the origins of studies of Romanization in late 19th-c. Britain", In: MATTINGLY (Ed.) *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Impire,* Journal of Roman Archaeology, Suppl. Series n. 23, Porthsmouth, Rhode Island, 1997.
[173] MOLINA, Op. Cit. p. 71.

mundo romano se concentra na forma e profundidade de como a *Urbs* foi capaz de romanizar os povos do império, especialmente os ocidentais. No entanto, uma das questões colocadas a Haverfield está no fato de ele nunca ter escrito uma crítica sobre a natureza do imperialismo romano.[174]

Os livros de Mommsen e Haverfield foram pioneiros e importantes para o estudo do fenômeno da romanização. Sem o mesmo impacto dos autores citados, tanto Henry Pelham[175] como Camile Jullian conceberam esse processo ressaltando os benefícios próprios e positivos da civilização romana. O legado desses quatro estudiosos, na opinião de Molina, está no fato de que, a partir deles, surgiram novas pesquisas com mais provas documentais e arqueológicas, com critérios atuais e novos modelos revisionistas[176] acerca da integração de Roma com suas províncias.

Alejandro Molina afirma que a romanização ou assimilação voluntária das populações submetidas foi baseada na riqueza e no poder aristocrático para manter e consolidar suas posições de privilégios na sociedade de origem. "Sem dúvida, no caso de Roma surge com maior força a aculturação voluntária e espontânea; com efeito, os romanos – muitas vezes – não obrigavam os povos originários a mudar seu sistema de vida."[177] Uma interpretação diferente de Molina, apresentada por ele mesmo como "mais radical", diz respeito à interpretação de Richard Hingley. Segundo Molina, Hingley

> "(...) considera o processo imperialista e romanizador como o responsável por uma imensa destruição dos povos originários. (...) critica e reprova, por sua vez, a postura de um imperialismo defensivo e de uma tolerância religiosa que leva consigo um modelo inventado

[174] Idem, pp: 68-72.
[175] (1846-1907), historiador britânico e professor de História Antiga em Oxford, preocupou-se preferencialmente pela história do Império Romano, influenciando seu discípulo Haverfield. FREEMAN, Op. Cit., p. 35-37.
[176] Molina considera Richard Hingley um desses revisionistas. Segundo ele, em *Globalizing Roman Culture,* (Op. Cit, pp. 14-48), Hingley sustenta como os conceitos de "civilização", "barbarismo" e "guerra justa" são populares e são definidos na atualidade, uma vez mais, com o objetivo de justificar "acciones internacionales" dos países ocidentais. MOLINA, p. 73, nota 149.
[177] Idem, p. 80. No entanto, o próprio autor assume que a romanização varia de região para região, e existem alguns setores em que havia uma resistência. Em muitas partes do Império, as relações entre Roma e os habitantes das províncias não foram nada amistosas, o que provocou uma brutal política imperialista, principalmente no final do período republicano. Mesmo na Britânia, existiu por parte dos habitantes locais uma certa rejeição a hegemonia romana. (p.75-76)

> de 'humanidad y civilizacíon', pretendendo demonstrar que existe uma aniquilação dos povos locais. (...)"[178]

Molina, baseando-se particularmente no exemplo da Britânia, cuja ocupação e domínio significou a devastação e crise de seus povos, coloca as seguintes questões: "Como as sociedades autóctones puderam responder a essas mudanças profundas?"; "Por que se mantém uma resistência dura e feroz contra os conquistadores?". Essas, segundo ele, são algumas das interrogações que se formulam pelos estudiosos dessa postura.[179]

Em sua obra recente[180], Hingley afirma que a administração provincial assumiu, onde foi possível, o controle da organização "tribal", preexistente e nativa, para formar as bases das novas províncias; utilizou-se da elite nativa para construir as novas *ciuitates,* recolher impostos e fazer funcionar o conselho tribal. Apoiando-se em Millet, o autor assegura que novas ideias percorreram de cima para baixo a hierarquia social por um processo de emulação: "A emulação progressiva desse simbolismo, atravessando de cima a baixo a hierarquia social, era autogerada, (...) encorajando outros grupos dessa sociedade a aspirar ao que fosse romano, e, por meio disso, expandindo a cultura".[181]

Na opinião de Richard Hingley[182], as influentes abordagens atuais aos temas da diversidade e da heterogeneidade desenvolveram-se como uma reação a uma escola de pensamento anterior, que modelava a cultura greco-romana como culturalmente dominante, delimitada e incorporativa em alto grau. Os escritos anteriores, desenvolvidos no contexto de interpretação da Roma clássica a partir da teoria da *romanização*, sugeriam que a civilização romana sobrepujou e submeteu populações nativas ao longo do império ocidental. Os escritos produzidos por homens de uma elite educada dentro do Império Romano definiram aquilo que se tem chamado de "discurso de dominação", o que forneceu um poderoso legado àqueles que procuraram herdá-lo no decorrer das épocas. Nas palavras de Hingley:

---

[178] Idem, p. 80-81.
[179] Idem, p. 81.
[180] HINGLEY, R. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha.* São Paulo: Annablume, 2010, pp. 34-35.
[181] MILLET, M. *The Romanization of Britain: as essay in archaeological interpretation.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
[182] HINGLEY, R. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha.* São Paulo: Annablume, 2010, pp. 68-70

> Uma idéia teleológica poderosa, que se originou com os autores clássicos, sugere que Roma exerceu um papel fundamental no desenvolvimento da "civilização" ocidental, apropriando-se de um legado da Grécia antiga e transformando-o por meio da criação de um vasto império com pretensões globais.[183]

De acordo com esse autor, um aspecto dessa perspectiva diz respeito ao conceito romano de *humanitas*[184], muitas vezes traduzido como "civilização". A definição de "barbárie" à sociedade colonizada pelos seus senhores romanos foi usada para dar uma justificativa direta para a dominação política, militar e territorial desses povos, por meio do argumento de que o controle imperial permitia a transmissão de uma civilização superior a povos culturalmente inferiores. Essa ideia foi recebida e transformada pelas potências ocidentais durante o século XIX, para justificar relações imperiais. Narrativas da cultura romana projetavam tais concepções ao focarem a suposta unidade da civilização imperial romana a partir do uso da teoria (ou teorias) de *romanização*, ideias que enfatizavam um processo de "progresso" desde uma cultura "bárbara" até uma "romana" na expansão do império. Ao operarem assim, os estudos clássicos adotaram e ajudaram a criar as polaridades e as hierarquias que deram forma às poderosas ferramentas da armaria conceitual das nações imperiais modernas. Nesse sentido, o saber clássico reinventou-se no mundo moderno para dar forma a um elemento vital de um crescente

---

[183] Idem, p. 69.

[184] Segundo Maria Helena R. P., *Humanitas* deriva de *humanus*, que por sua vez está relacionado com *homo* ("o homem") e *humus* ("a terra"). O verso de Terêncio é um dos mais citados para explicar o sentido de *Humanitas*: *Sou homem; nada do que é humano tenho por estranho.* Portanto, tem-se a noção de "ser terreno" ligada à de modos de comportamento que lhe são próprios, e esta ligada à de um conjunto mais vasto que transforma num conceito englobante – o de *humanitas*. (...) Mas *humanitas* não é para os antigos, senão tardiamente, o conjunto dos homens, como se pode ver nestes exemplos de Cícero: *Quem há aqui que ignore que a força principal da eloqüência reside em incitar o espírito dos homens à ira, ao ódio, ou à dor, ou em reconduzi-los, dessas mesmas paixões, à brandura e à misericórdia? Efeitos esses que, se não se estudar a fundo a natureza dos homens e todo o valor da humanitas e as causas que excitam ou acalmam os espíritos, nunca se alcançarão pelo discurso.* Já na *Defesa de Séstio*, peça fundamental para a história do pensamento político romano, *os homens, a princípio dispersos e violentos, tinham aprendido a viver em cidades, a obedecer à justiça e a usar a mansidão. (...) Ora, entre esta vida polida pela humanitas e a outra, cheia de crueldade, nada se opõe tão marcadamente como o direito e a força. Se não quisermos servir-nos de um, teremos de utilizar o outro.* Essa *humanitas* já é civilidade, que se opõe à crueldade primitiva, desconhecedora do direito. PEREIRA, M. H. DA Rocha. ***Estudos de História da Cultura Clássica***. Vol. II/Cultura Romana. Lisboa: Caloustre Gulbenkian, 1989, pp. 417-419.
Outro estudo sobre o conceito está presente em VEYNE, P. "*HUMANITAS:* Romanos e não romanos" In: GIARDINA, Andréa. *O Homem Romano*.Lisboa: Editora Presença, 1992, PP: 283-303.

discurso de modernidade pelo qual as relações imperiais foram criadas e transformadas.[185] Tem-se definido modernidade, de acordo com Hingley,

> (...) como um esquema conceitual que foi fundamental para os empreendimentos imperiais das potências ocidentais – um conjunto de noções a partir do qual se imaginou e se manipulou o mundo.[186]

Conquanto esse discurso de modernidade que se desenvolveu em circunstâncias particulares após o Iluminismo marcasse uma descontinuidade em relação ao passado, muitos dos conceitos a partir dos quais se delineou a modernidade eram tirados de textos greco-romanos. As imagens clássicas formavam uma fonte rica de inspiração para as classes dominantes das nações europeias durante as aventuras imperiais do fim do século XIX e início do XX, porque elas falavam, no interior desses contextos, de forma autoritária e poderosa. De acordo com Hingley, parte do poder dessas imagens, no entanto, derivavam da herança (ou re-formulação) de conceitos clássicos que eram sentidos como capazes de fornecer uma autoridade adicional às ideias que se desenvolviam. Como tal, a teoria da *romanização* tomou grande parte de seu poder explanatório a partir de conceitos que estão articulados em textos clássicos. Desse modo, a herança clássica constitui um elemento vital nos modos como se tem imaginado e manipulado o mundo. Segundo Hingley, numa reação contra a continuidade inerente a tal abordagem modernista, com sua ênfase sobre a unidade e a ideologia incorporativa da civilização imperial romana, o foco dos estudos, durante a década de 1960, começou aos poucos a mudar para a variabilidade das respostas locais a Roma. Uma variedade de novos tipos de sítios e de paisagens veio a ser reconhecida como capaz de ajudar a desafiar as percepções anteriores e a desenvolver novas abordagens de se interpretar a sociedade.[187]

A teoria da romanização se encaixa em um contexto no qual muitos escritores populares e políticos estavam buscando uma continuidade nas imagens da vida nacional inglesa. Por meio desse processo de civilização, passava-se a ideia de que Roma teria transmitido seu próprio espírito imperial para os ingleses. A civilização, religião e habilidade imperial inglesa foram

[185] HINGLEY (2010), Op. Cit. p. 70-71
[186] Idem, p. 71.
[187] Idem, p. 70-73.

traçadas indo ao encontro do passado romano, de maneira que os nativos da Britânia romana sempre foram vistos como tendo adotado a civilização romana e a melhorado, em um grande esforço para criar a moderna Inglaterra e o Império Britânico. O "valente" espírito dos antigos bretões que se opuseram a Roma estava incorporado nessa mistura étnica inglesa. Nesse contexto, algumas pinturas da Britânia romana deram uma visão nacionalista de uma província britânica distintamente civilizada – uma sustentação linear para a moderna Inglaterra.[188] Identifica-se assim a tradição inventada, citada por Hobsbawm, a qual estabelece ou simboliza a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais.

Essa mesma "tradição" pode ser percebida no século XIX, a partir de 1813, quando os estudos literários ingleses estruturam uma estratégia de *containment*[189] dos colonizados em uma parte do império, particularmente a Índia. Por meio deles se constrói e se propaga a representação de um tipo ideal de inglês, um exemplo moral, contraponto da imagem negativa que os autóctones podiam ter do ocupante pela observação direta de seus feitos e gestos. A política da *anglicidade* ou *anglitude*[190] (*Englishness*) toma a dianteira em relação à política do *orientalismo*[191]. A representação da *anglicidade* tem uma longa história de desenvolvimento, de acordo com Hingley, surgindo a partir das linhagens políticas emergentes dos anos de 1880 como resultado, em parte, de uma crise geral da sociedade urbana.

Em trabalhos de autores influentes da literatura britânica, essa representação focalizou o ideal de permanência de uma história nacional. Um grande número de autores no final do século XIX e início do XX começou a desenvolver uma imagem de *anglicidade* que trazia novas respostas às perguntas sobre a origem inglesa. Essa representação da *anglicidade* definiu o inglês como uma etnia misturada da ilha que teve sua herança étnica organizada a partir de diversos povos que viveram na Britânia no passado. A

---

[188] HINGLEY, Op. Cit. p. 34.

[189] *Containment* é uma espécie de tática, uma estratégia que pode ser entendida como efeito dominó, uma forma de "contaminação". Podemos entendê-la como contenção, antecipar-se para prevenir a expansão de um poder ou ideias hostis.

[190] São termos usados por tradutores diferentes, mas se referem ao termo "*englishness".*

[191] Estratégia de integração fundada sobre a consideração de elementos da "cultura índia" (sic) que a administração colonial inventara por volta do fim do século XVIII para facilitar a indigenização de seus quadros. MATTELART, A. NEVEU, E. Op. Cit. p. 31.

herança étnica derivava não só dos germânicos, mas também dos antigos bretões, romanos, dinamarqueses e normandos. Além do mais, essa herança incluía a inspiração dos valentes e antigos heróis bretões e também a transmissão da civilização dos romanos clássicos.[192]

Com a ascensão do antiquarismo e da arqueologia, evidências físicas derivadas do passado – artefatos e estruturas – puderam ser utilizadas para localizar esses povos na paisagem contemporânea europeia. Nesse contexto, a arqueologia desenvolveu-se como uma disciplina útil que traduzia uma imagem idealizada do passado étnico em realidades táteis usando cânones modernos de conhecimento. No final do século XIX e início do XX, arqueólogos usavam técnicas para localizar, datar, descrever e classificar vestígios materiais, mas eles também proporcionaram "histórias" sobre a origem dos monumentos e artefatos que auxiliaram no desenvolvimento de uma identidade nacional própria. Nessas histórias, os elementos físicos de uma cultura herdada – os artefatos, edifícios e paisagens – propiciaram uma conexão tangível e particular com um passado étnico imaginado. De acordo com Richard Hingley,

> (...) o sentido de pertencimento é vital para uma definição própria de identidade nacional e a ligação de identidades étnicas a certos tipos de evidências arqueológicas tornou-se um instrumento poderoso tanto na Inglaterra como em vários outros países europeus.[193]

Alguns debates surgiram em torno dessa política da *anglicidade*, dos quais três são pertinentes. O primeiro relaciona-se com a centralidade de uma reflexão gerada pelo impacto da Revolução Industrial sobre a cultura nacional, com as ameaças que esta faria pesar tanto sobre a coesão social como sobre a preservação de uma vida intelectual. O segundo tem a ver com a responsabilidade que, para além de suas contradições, os autores atribuem a alguns intelectuais, produtores ou difusores culturais como despertadores e educadores de uma cultura nacional. O terceiro diz respeito às contradições dessa referência ao cultural e a seus jogos de poder. Mesmo entre os mais conservadores, observa-se uma forma de sensibilidade moderna,

---

[192] HINGLEY, op. Cit. pp. 46- 47.
[193] Idem, p. 30-31.

antropológica, ao cultural, que integra os estilos de vida, a estética da cotidianidade. Simultaneamente, as humanidades e especificamente a literatura nacional aparecem como os instrumentos privilegiados de civilização e de compreensão do mundo, enquanto as ciências sociais, a economia, a sociologia nascente são vistas com suspeitas.[194] Entre as fontes utilizadas para ajudar a formar essa política da *anglicidade*, estão obras históricas clássicas que descrevem a invasão romana na Britânia no século primeiro d.C. e as descrições de vestígios arqueológicos recolhidas por antiquários e arqueólogos. Como resultado, a arqueologia teve uma grande participação na definição do propósito imperial da Inglaterra.[195]

Segundo Richard Hingley, a mistura étnica como fonte para a forte etnia inglesa evidentemente teve um papel distinto na ideologia do propósito imperial. A ideia de que a população da Inglaterra e Britânia era geneticamente misturada serviu para proporcionar um mito de origem mais aberto que a imagem teutônica, uma ideia que poderia servir para criar um maior sentido de unidade para o povo britânico. Fundamentalmente, a herança do espírito imperial dos romanos clássicos também proporcionou ao inglês um papel distinto na direção da política imperial em contraste com os galeses e escoceses.[196]

Richard Hingley afirma que o interesse por linhas de continuidade na vida nacional inglesa estruturou trabalhos acadêmicos e populares. Sendo assim, a arqueologia romana passou a ter um valor distinto como parte da representação da *anglicidade.* Os tipos de analogias que foram feitos entre Britânia e Roma durante os séculos XIX e XX influenciaram profundamente o caráter dos estudos de Haverfield, que, por sua vez, influenciaram aqueles que estavam por vir. Nesse sentido, acadêmicos selecionaram imagens de uma história mítica que projetariam a estabilidade da vida nacional e contribuiriam para a representação da *anglicidade.* Um dos resultados desse processo foi o desenvolvimento da arqueologia romana na Britânia sob um caráter nacional particular. Dessa forma, a teoria arqueológica

[194] MATTELART, A. NEVEU, E. Op. Cit. pp. 31-35.
[195] HINGLEY, Op. Cit. p. 28.
[196] Idem, p. 50.

durante os séculos XIX e XX serviu para projetar muitas visões populares que substituíram os limites do estado nacional inglês pelo passado romano.[197]

Um dos exemplos citados pelo autor diz respeito aos antigos celtas que foram vistos como indianos e os ingleses como os romanos clássicos. De acordo com Hingley, a presença dos romanos na Britânia é registrada pelo menos de duas maneiras: por meio de fontes históricas e monumentos arqueológicos. Os relatos de historiadores clássicos que escreveram sobre a invasão e ocupação da Britânia foram utilizados, com frequência, por vitorianos e eduardianos para ajudá-los a entender os primórdios da história da Britânia. Essas fontes proporcionaram um retrato de um povo bárbaro e não civilizado – os antigos bretões. Eles eram percebidos, por muitos, como mais semelhantes aos povos nativos das colônias do Império Britânico moderno do que a população da Inglaterra. No que diz respeito à presença dos romanos, ela foi confirmada por meio da evidência física dos edifícios e estruturas construídas durante o período de ocupação.[198]

Uma imagem claramente definida na Inglaterra do final do século XIX foi colocada sobre o caráter da Britânia romana como um paralelo para a Índia britânica, fato esse que produziu uma série de lições históricas. Romanos e bretões eram vistos nessa perspectiva como distintos, assim como os ingleses eram da população nativa da Índia britânica. De acordo com o autor, a população romana da Britânia era sempre vista como sendo constituída por funcionários e oficiais imperiais que viviam em cidades fortificadas, fortalezas e suntuosas *villae;* os antigos nativos bretões eram pensados como amontoados ao redor deles, mas afastados. Esses celtas eram vistos como uma população inferior, sujeita à hegemonia da classe dirigente de oficiais romanos.[199]

Ao considerar os oficiais romanos no contexto dos oficiais britânicos na Índia, uma conexão foi feita entre a Inglaterra contemporânea e os romanos clássicos. Segundo Hingley, apesar de os ingleses serem percebidos muitas vezes como descendentes de origem teutônica, eles teriam aprendido as lições de civilização e organização imperial proporcionadas pelos

[197] Idem, p. 35.
[198] Idem, p. 35-36.
[199] Idem, p. 36.

romanos clássicos; em contraste com essa herança étnica, a população céltica do norte e oeste[200] da Britânia teria derivado sua herança das populações pré-romanas das ilhas britânicas. Para alguns ingleses desse período, os antigos bretões eram percebidos como parentes dos irlandeses, galeses e escoceses. Muitos estudiosos vitorianos afirmaram que "a partida dos romanos" no século V deixou os bretões quase como os celtas quando foram encontrados pelos romanos, ou seja, como se os bretões tivessem recuperado sua antiga cultura e excluído a cultura dos romanos. Nesse sentido, os ingleses modernos teriam aprendido a lição dos romanos mais por meio de acúmulo de experiência que por uma forma direta de herança.[201]

De acordo com o autor, a arqueologia dos antigos bretões e dos bretões-romanos permaneceu relativamente sem desenvolvimento até o início do século XX. A relevância de ambos, romanos e antigos bretões, para as origens étnicas e o destino da nação parece limitada para muitos vitorianos. Ao que parece, os monumentos de populações pré-históricas sempre demonstram ter tido relevância limitada, enquanto que os fortes romanos, as *villae* e cidades, frequentemente, foram interpretados como as casas e postos de oficiais e outros colonos da própria Roma. Esses monumentos eram percebidos, talvez, para apresentar um paralelo histórico para o estilo de vida dos oficiais britânicos na Índia, porém não tinham uma ligação direta com a história nacional inglesa.[202]

Outro exemplo diz respeito à resistência dos nativos. Muitos autores eduardianos produziram versões dramáticas da tragédia de Boadicea[203]. Essa imagem de Boadicea faz parte de uma relação direta da ideia dos celtas como indianos; aquela que simbolizou o espírito dos nativos britânicos em resistência a Roma. Segundo Hingley, as ações dessas figuras

---

[200] O norte e oeste representam as duas áreas não inglesas da Grã-Bretanha, respectivamente a escócia e o país de Gales.
[201] Idem, p.38-41.
[202] Idem, p. 41.
[203] Boudicca ou Boadicea foi a rainha dos Icenos – povo celta – que liderou uma rebelião contra a dominação romana no ano 61. A morte de 70.000 romanos e bretões garantiu liberdade a seu povo por algum tempo, até os romanos se reorganizarem e abafarem a rebelião. Boudicca foi descrita como alta, de boa aparência e imponente, trajando uma saia larga, adereços de ouro e uma lança. A rainha não era a única mulher no campo de batalha, pois entre os celtas era razoavelmente comum a existência de guerreiras. Mais informações em: Hingley, Richard & Unwin,Christina. *Boudica: Iron Age Warrior Queen*. London: Continuum Internacional publishing Group, 2006.

heroicas vão do século XVI até o princípio do XIX, quando Boadicea, em particular, foi adotada como símbolo de inspiração para os ingleses em suas ações imperiais.[204]

O que o autor chama de *A herança da tocha imperial de "civilização"* é uma questão importante a ser levantada. De acordo com ele, a ideia da Grã-Bretanha como herdeira de Roma aparece em uma grande variedade de fontes, incluindo a história romana das ilhas britânicas, a natureza da educação clássica[205] e a interpretação do progresso derivada de uma teoria evolucionária darwiniana. Sob essa teoria evolucionária do progresso, a Grã-Bretanha poderia ser considerada não só representante da herança romana, mas também sua valorizadora. No fim do século XIX e início do século XX, escritores sempre expressaram visões semelhantes ao projetar a Europa moderna e, em particular, a Britânia como herdeira de Roma. De acordo com alguns autores[206], a história romana teve a função de ser "a maior força civilizadora em toda a história da Europa". Patriotas britânicos sempre argumentaram que estariam exportando a mais iluminada forma de herança da civilização ocidental para diversas partes do mundo. Era vista como aquela que trouxe paz e civilização depois da conquista de 43 d.C., trazendo boas casas, estradas, a escrita e o cristianismo. Dessa forma, a conquista romana de quase toda Britânia tem sido representada como a chave para a origem da história inglesa ou britânica. Segundo Hingley, para alguns autores, uma perspectiva teleológica foi desenvolvida segundo a qual os romanos teriam transferido sua própria civilização para a Britânia e a Inglaterra, que, por sua vez, civilizava os povos de seu próprio império.[207]

A dominação política e industrial que a Europa exerceu sobre o mundo no final do século XIX e a teoria do progresso foram tomadas como sustentação para a reivindicação dos europeus como portadores de um direito moral para liderar outros ramos da humanidade. Nesse sentido, muitos vitorianos tardios influentes reivindicaram que sua sociedade estava no auge do desenvolvimento social, com todos os estágios "anteriores" da humanidade

---

[204] Idem, p. 41-42.
[205] Tratada no terceiro capítulo.
[206] Um exemplo diz respeito ao livro de J. C. Stobart *A grandeza que era Roma*, publicado em 1912, p. 5. Nesse livro, o autor argumenta que Roma preencheu um "destino" ou "função" na história mundial que foi a "criação da Europa".
[207] HINGLEY, op. Cit. pp. 43-44.

colocados em uma progressão linear em direção a esse estado ideal. Além do mais, era frequentemente argumentado que esses povos iriam progredir para um estado moderno através da influência do Império Britânico. Para o autor, esta tradição redesenhou o passado romano e se tornou parte do que ficou conhecido como uma perspectiva "eurocêntrica" na qual Roma teria sustentado uma particularidade singular uma vez que permitiu que a cultura grega clássica fosse transmitida no Ocidente.[208]

Nesse sentido, a ideia de que o conceito romano de *humanitas* tornou-se uma justificativa ideológica para a elite romana foi utilizada no final do século XIX e início do XX,[209] com o objetivo de dar sustentação à conquista e dominação. Para alguns autores romanos, *humanitas* era originária da Grécia e foi difundida em um mundo maior por meio da expansão imperial romana. Segundo Hingley, representando a cultura romana como o primeiro estágio no processo universal, autores romanos puderam afirmar a superioridade romana de maneira que serviu para contradizer a ansiedade cultural. Esses conceitos romanos foram valiosos para a elite europeia nos séculos XIX e XX no que diz respeito à justificativa do imperialismo europeu. Roma era interpretada como aquela que trouxe a civilização clássica aos povos bárbaros ao longo do império, e o Ocidente moderno redesenhou esses conceitos clássicos imperiais ao definir seus próprios mitos de origem e propósito imperial. Nesse contexto, os imperialistas ocidentais durante o fim do século XIX e início do XX poderiam argumentar que a transmissão de uma civilização, importada de seu próprio país pelos romanos clássicos, ajudou a justificar seus próprios atos imperiais como missões civilizadoras.[210]

No entanto, essa concepção linear de civilização e progresso que relacionou a poderosa imagem de origem nacional existente na sociedade vitoriana britânica e que sobreviveu no século XX aos celtas como indianos e às raízes teutônicas teve um problema. A imagem céltica/indiana sugeria que muito pouco da civilização romana fora transferida para os antigos bretões durante a ocupação daqueles, enquanto que a imagem teutônica das origens raciais sugerem que o inglês era, de qualquer forma, descendente dos

[208] Idem, pp. 44-45.
[209] WOOLF, G. *Becoming Roman: the origins of provincial civilisation in Gaul.* Cambridge, 1998, 54-60.
[210] HINGLEY, op. Cit. p. 45.

teutônicos ou anglo-saxões, que teriam eliminado os antigos bretões. Qualquer tipo de herança da civilização romana fora, portanto, resultado da educação básica mais do que qualquer forma de herança genética.[211]

Nesse sentido, percebe-se que o paralelo traçado entre os impérios da Grã-Bretanha e de Roma reinventaram-se e redefiniram-se durante o século XIX e início do XX. Os modelos clássicos compreendiam um elemento importante no pensamento vitoriano e eduardiano.[212] Conceitos helenísticos continuaram a ser utilizados com o objetivo de ajudar a definir um âmbito de conceitos políticos, de atividades sociais e de estilo arquitetônico. A imagem de Roma era importante não só para os antigos estonianos que dominavam o parlamento, mas também para os administradores imperiais e para os professores escolares.[213]

Segundo Hingley,[214] é evidente que os britânicos não se supunham descendentes dos romanos num sentido genealógico. Contudo, alguns autores consideraram que a Grã-Bretanha compartilhava um projeto moral com Roma. Esta, por sua vez, foi fundamental na disseminação da civilização clássica por uma ampla área da Europa dos dias de hoje e partes do norte da África. Paralelamente, os britânicos assumiram que eles estavam levando a forma mais desenvolvida da civilização europeia para o seu império, em constante expansão.[215] Destarte, uma série de autores traçou uma associação particular entre Grã-Bretanha e Roma, no período entre 1899 e 1914. Alguns trabalhos publicados argumentavam que Roma fornecia "moralidade" aos britânicos numa época de particular pressão internacional. Entre as razões para o suposto paralelo traçado por alguns autores, está o fato de que a natureza clássica do sistema educacional teve um impacto profundo nas maneiras dos britânicos verem o mundo. Os homens da elite dominante e da classe média-alta eram educados num sistema político de ensino no qual a língua e a literatura clássicas formavam os elementos básicos do currículo, tema que será apresentado no próximo capítulo. Dessa forma, conceitos greco-

---

[211] Idem, p. 46.
[212] HARRIS, J. *Private Lives, Public Spirits: Britain 1870-1914.* Londres, 1993.
[213] Idem, p. 247-248.
[214] HINGLEY (2010), Op. Cit. p. 29.
[215] TURNER, F. "Why the Greeks and not the Romans?" In: CLARKE, G. W. *Rediscovering Hellenism: The Hellenic Inheritance and the English Imagination.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 61.

romanos – em particular a importante noção de *gravitas*[216] – desempenharam um papel fundamental na formação do caráter do *gentleman.*[217]

[216] *Gravitas* pode ser entendida como uma virtude nacional. Segundo Maria Helena da R. Pereira, (Op. Cit. p. 346-347): "(...) Há, no entanto, um ponto de vista que decididamente se deverá partilhar, a proveniência inicial do conceito de *gravitas* do domínio da atividade forense. No momento em que, juntamente com Cícero, acabava a velha *res publica*, em que discursos ao povo e eleições deixavam de ser a prova afirmativa de *gravitas* do político romano, também o conceito perdeu seu âmago. Tinha tido a sua vida no Forum e morreu com a *res publica*."
[217] HINGLEY (2010), Op. Cit. p. 30-31.

CAPÍTULO 3

Aspectos Culturais na Inglaterra Vitoriana: Entre o Clássico e o Contemporâneo

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CULTURA NO CONTEXTO VITORIANO

É fato que desde a política do "pão e circo", é mais fácil controlar uma população alienada no que diz respeito às questões econômicas e sociais, do que ter uma população politizada e instruída. Segundo Edward Thompson[218], o paternalismo antiquado do século XIX queria – dentro dos limites definidos da ordem social – que os pobres continuassem vivendo, trabalhando e se divertindo dos modos que eles mesmos escolhessem. Alguns seguidores evangélicos estavam mais ocupados com a disciplina social e a recuperação moral, classificando os diversos graus de pobres merecedores; justificando os gastos de capital com a caridade em termos de sua taxa de juros, evidenciados por maior empenho, sobriedade, frugalidade e obediência. Até mesmo os reformadores mais bem intencionados viam seus empreendimentos como uma forma de seguro social contra os distúrbios populares. De acordo com o autor, essas reações ficaram tão entranhadas na cultura das classes superiores que podemos vê-las revividas incessantemente em cada período de agitação popular no século XIX, durante os movimentos reformistas de 1819 e 1832, o cartismo e a década de 1880.

Ainda segundo Thompson, algumas consequências da "postura educacional manipulativa empobrecida, malévola e angustiada" foram discutidas por Harold Silver, David Owen, Brian Simon, entre outros, e no campo da educação de adultos do século XIX, por John Harrison. O autor chama a atenção para uma conseqüência posterior – as cerceadoras limitações de atitude que surgiram entre os homens de educação em relação à cultura e à experiência daqueles que se encontram fora da cultura letrada. Segundo ele, é possível perceber isso claramente se observarmos as reações das pessoas instruídas em relação aos divertimentos tradicionais do povo. Um exemplo citado pelo autor:

> "Como seria imensamente desejável", conclui o correspondente, que as diversões dos pobres "pudessem ser planejadas de maneira que fossem, ao mesmo tempo, inocentes! [219]

---

[218] THOMPSON, E. P. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.26.
[219] Idem, p. 31.

O que é frustrante acerca dessa passagem é o medo das espontaneidades populares, o medo da cultura popular autêntica, além da manipulação e controle dos seus superiores, como o receio de que uma peça teatral "possa ter uma tendência para lhes causar mal e preparar vocês para as posteriores cenas de agitação e desordem na cervejaria." [220]

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser ministradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção dos objetivos predeterminados e seguros permaneceu extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje. De acordo com o autor, a partir de 1790, foi possível ver o que ele chama de "marcha do intelecto", com suas sociedades de desenvolvimento mútuo, seus institutos de mecânica e suas palestras dominicais começando a se movimentar. Mas, ao mesmo tempo, ela vai deixando para trás a cultura comum, do povo, baseada na experiência.[221]

Nesse sentido, a tese de Edward Thompson era a de que:

> (...) a educação se apresentava não apenas (sic) uma baliza na direção de um universo mental novo e mais amplo, mas também como uma baliza para longe, para fora, do universo da experiência no qual se funda a sensibilidade. Além do mais, na maior parte das áreas durante o século XIX, o universo instruído estava tão saturado de reações de classe que exigia uma rejeição e um desprezo vigorosos da linguagem, costumes e tradições da cultura popular tradicional. (...) [222]

Na Inglaterra Vitoriana, o homem trabalhador, que dedicava seus horários de folga à busca do conhecimento, era também solicitado, a toda hora, a rejeitar todo o cabedal humano de sua infância e de seus companheiros trabalhadores como grosseiro, imoral e ignorante. É possível entender as pressões sofridas nessa situação. Segundo Thompson, a realização dos

---

[220] O autor relata um diálogo existente numa carta publicada no *Monthy Magazine de 1798*: "Um amigo dos inocentes divertimentos dos pobres esforçados", entre um minerador que desejava encenar uma peça de teatro num festival anual e uma dama. O conteúdo do diálogo mostra o paternalismo existente entre os patrões e empregados. A razão do operário não poder encenar a peça, é que ela poderia trazer conflitos, ou seja, "depravar tanto a mente dele quanto a dos outros."

[221] Idem, ibidem.

[222] Idem, p. 32.

objetivos do movimento da classe trabalhadora exigia novos atributos de autodisciplina, autorrespeito e treinamento educacional.[223]

Enquanto isso, no setor acadêmico, poucos tópicos da história intelectual do século XIX têm sido tão negligenciados, como a história do idealismo, após a morte de Hegel. De acordo com Frank Turner[224], porta-vozes do idealismo detinham "cadeiras" de filosofia em praticamente todas as grandes universidades de todo o mundo ocidental; influenciaram a filosofia política e social, contiveram o impacto do utilitarismo e do naturalismo científico, e exerceram influência sobre todas as escolas no início e final do século. Segundo o autor, não houve filosofia idealista única, mas no fim do século o idealismo representou uma visão de mundo que enfatizava as questões metafísicas da filosofia, a análise historicista do passado, o caráter espiritual do mundo, as potências ativas da mente humana, entre outros temas. Por outro lado, nenhuma área da vida intelectual vitoriana recebeu tão extensa análise acadêmica como o da "ciência da emergência de modos de pensamento racionalista associados". Essa circunstância, em grande medida, reflete a expansividade da atividade científica vitoriana, os esforços de profissionalização de seus protagonistas e o impacto da ciência e da tecnologia na vida cotidiana.[225]

Os defensores da ciência e do racionalismo, seguindo o modelo dos homens contemporâneos de letras, divulgaram suas ideias acessíveis a um público maior nos ensaios de prosa. Poetas, novelistas, críticos literários, filósofos, teólogos, economistas, historiadores, assim como os comentadores políticos e sociais, passaram a olhar para a ciência e o racionalismo ou para análises positivistas dos modelos de pensamento progressista e de método. No entanto, uma das arenas talvez inesperada, em que os defensores das perspectivas racionalista e idealista lutaram entre si, foi o da investigação do mundo antigo, mais em particular a Grécia antiga. Até o final do século XIX, o estudo da história da Grécia antiga, a literatura e a filosofia tiveram mais amplamente associadas com a perspectiva idealista.

---

[223] Idem, ibidem.
[224] TURNER, Frank M. "The Triumph of idealism in Victorian classical studies" In: *Contesting Cultural Authority: Essays in Victorian Intellectual Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, PP: 322-361.
[225] Idem, p. 322-323.

Essa imagem vitoriana tardia da Grécia enfatizou a comunidade sobre o individualismo, o idealismo ético sobre o utilitarismo, uma reverência da religião no sentido bastante liberal, sobre qualquer ortodoxia ou incredulidade, e uma aceitação muitas vezes relutante da democracia temperada pela crença na necessidade de uma liderança bem-educada. Os gregos tinham demonstrado que, sem a revelação cristã ou a tradição da Igreja, um povo poderia permanecer moral e alcançar um impacto duradouro sobre a civilização, sem recorrer ao utilitarismo, o naturalismo científico, o positivismo ou racionalismo crítico.[226]

Em 1911, segundo Thompson[227], um ex-inspetor chefe das escolas, Edmond Holmes, lançou em *What is and What Might Be* (p.48), um ataque ao processo educacional. As atitudes determinadas pelo Código Revisto (pagamento por resultados) funcionaram formalmente até 1897 e visavam a dominar a criança:

> O objetivo do professor é não deixar nada por conta da natureza da criança, por conta de sua vida espontânea, por conta de sua atividade livre; reprimir todos os seus impulsos naturais; domar suas energias até uma completa imobilidade; manter todo o seu ser num estado de tensão constante e dolorosa. [228]

No momento em que a vontade da criança estivesse anulada e "ela tivesse sido reduzida a um estado de servidão mental e moral, chegava a hora de o sistema de educação, através da obediência mecânica, ser-lhe aplicado com todo o rigor". O sistema era visto por Holmes como "um engenhoso instrumento para frear o desenvolvimento mental da criança e sufocar suas mais altas faculdades."[229]

De acordo com Thompson, as atitudes em relação à classe social, cultura popular e educação tornaram-se "estabelecidas" no período que se seguiu à Revolução Francesa. Durante um século, aproximadamente, a maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão à validade da experiência da vida dos alunos ou sua

---

[226] Idem, 323-325.
[227] THOMPSON, Op. Cit, p. 35.
[228] Idem, ibidem.
[229] Idem, ibidem.

própria negação, tal como a que se expressava em dialetos incultos ou nas formas culturais tradicionais. O resultado foi que a educação e a experiência herdadas se opunham uma à outra. E os trabalhadores que, por seus próprios esforços, conseguiam penetrar na cultura letrada viam-se imediatamente no mesmo lugar de tensão, onde a educação trazia consigo o perigo da rejeição por parte de seus camaradas e a autodesconfiança. Nesse sentido, o impulso oriundo da mesma época chamado de *égalité*, com o qual Wordsworth se identificava, permaneceu. Porém, para o autor, sua fraqueza residia na tendência a considerar o conflito entre educação e experiência como sendo entre o intelecto e o sentimento. Além do mais, a oposição entre cultura letrada, intelectual, e a cultura provinda da experiência e da sensibilidade estava sempre presente em Lawrence. Sua questão é exposta da seguinte forma: educação = ideias = classe média; experiência = sentimento = gente do povo. Para ele a classe média só produzia ideias, enquanto do povo provinha a própria vida, calor, seus ódios e amores. Segundo Thompson, o esquema pode ser satisfatório, como uma afirmação em face da fraca cultura literária de Londres, mas dificilmente pode ser considerado uma resolução filosófica válida.[230]

Nesse sentido, a reação cultural óbvia a uma cultura letrada manipulativa, de dominação de classe, é a do anti-intelectualismo: seja ela militante (como no marxismo) ou intolerante (como no movimento Know--Nothing do populismo americano) ou ingênua, presunçosa e sentimental (como aparece com demasiada frequência, na tradição não conformista inglesa). Para o autor, isso deve ser encarado como um vício peculiarmente inglês, o qual pode ter influência em parte, na tradição metodista, que ao mesmo tempo em que dava apoio ao igualitarismo espiritual, se afastava das tradições intelectuais mais rigorosas das primeiras igrejas dissidentes.[231]

Ao oferecer algumas sugestões a respeito da alienação das culturas, o autor afirma que a antiga cultura popular paroquial há muito desapareceu e a cultura do trabalhador, mais articulada politicamente do que a que sucedeu nos centros industriais, perdeu sua vitalidade gradativamente. Os educadores resistiram e repeliram com sucesso – especialmente na educação

[230] Idem, p. 36-38.
[231] Idem, p. 38.

elementar – as manifestações de pior qualidade para a dominação cultural e o controle social. No entanto, o impulso na direção do igualitarismo cultural associado a Wordsworth foi ameaçado gradativamente, devido às necessidades de uma sociedade industrial adiantada, juntamente com as pressões pertinazes do movimento político trabalhista, levando a uma ampliação das oportunidades educacionais do povo, a qual passou a ser vista em grande escala, simplesmente como um instrumento de mobilidade social seletiva. Além do mais, seja qual for o método de seleção, todo o sistema trabalha de modo a confundir certos tipos de capacidade ou facilidade intelectual com realização humana.[232]

A aprovação social do sucesso educacional é assinalada de uma centena de modos: o sucesso traz recompensa financeira, um estilo de vida profissional, e prestígio social, se apoiando numa apologia completa da modernização, necessidade tecnológica, bem como igualdade de oportunidades. Esses avanços acarretam uma "traição" fundamental ao tipo de igualdade de mérito que Wordsworth imaginava. A cultura letrada não está isolada em relação à cultura do povo à maneira antiga de diferença de classes, mas está isolada dentro de suas próprias paredes de autoestima intelectual e de orgulho espiritual.[233]

Um debate também é travado na imprensa pelos educadores que atuam na formação de adultos dos meios populares, sobre as visões contraditórias da pedagogia a ser adotada. A primeira opção tem a simpatia dos partidários de uma modernização da educação popular preferencialmente vinculada ao estilo universitário e centrada nas artes e nas letras. A outra linha, mais apoiada em realidades regionais, valoriza as tradições puritanas do movimento operário e milita em favor de uma abordagem sociológica em sentido amplo, apoiando-se na economia, na filosofia e na política e buscando mobilizar as pessoas mais avançadas da classe operária para formar quadros. Segundo Mattelart e Neveu, o tema de uma democracia de trabalhadores contra uma aristocracia de letrados é recorrente no debate. Os partidários das letras censuram na visão sociológica o fato de ela permanecer cega às formas das mensagens e da cultura. Para além de suas contradições, Thomas Carlyle

[232] Idem, p. 41-42.
[233] Idem, p. 42-43.

e Matthew Arnold, entre outros, dividem um questionamento sobre o papel da cultura como instrumento de reconstituição de uma comunidade, de uma nação, em face das forças dissolventes do desenvolvimento capitalista. Os estudos culturais participam desse questionamento, optando de modo decisivo por uma abordagem via classes populares.[234]

Tendo em vista esse contexto citado e tratado até então, é evidente a contradição presente na sociedade vitoriana, tendo em vista o desenvolvimento de teorias econômicas, políticas e tecnológicas que entraram em conflito com a necessidade de um avanço social e educacional. Nesse sentido, foram tratados, num primeiro momento, alguns aspectos culturais e educacionais relacionados à classe trabalhadora, para que nos próximos tópicos sejam apresentadas algumas características da educação vitoriana no que se refere à influência dos clássicos, bem como o legado da cultura helenística.

[234] MATTELART, A. NEVEU, E. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 40.

OS ESTUDOS CLÁSSICOS NA INGLATERRA

Duas tradições opostas podem ser encontradas na história do ensino ocidental, ao retomarmos o passado. A primeira diz respeito à criança grega, que aprende de cor os poemas homéricos e se prepara, em seguida, para a formação retórica, para a eloquência e para a tribuna; a segunda dedica-se aos poetas da cidade, denuncia os artifícios da sofística, que ensina provar tanto algo como seu contrário; além disso, coloca em primeiro plano o ensino e a prática da filosofia. Esse debate presente na Grécia antiga conhece numerosos prolongamentos no curso da História, sob diversas formas. Não foi apenas a noção de filosofia que se ampliou para novas concepções de mundo – ou ligadas ao cristianismo, como a escolástica, ou relacionadas a características do mundo moderno, como o pensamento científico – mas também o patrimônio literário escolar enriqueceu-se e diversificou-se, adotando como suporte de duas a três línguas clássicas. De acordo com Chervel e Compère, essa dupla tendência aparece ao longo da história da Pedagogia, embora com deslocamentos.[235]

Segundo esses autores, em épocas diferentes e até em mesma época, dois tipos de formação são oferecidos à juventude de classes dirigentes ou classes abastadas:

> uma fundada sobre a natureza, sobre as coisas e sobre o universo, permitindo ao homem se situar no mundo, nele multiplicar suas marcas, índices, inscrever sua ação. A outra apoiada em textos de longa duração e sobre a língua necessária à comunicação, à persuasão, suporte indispensável, até mesmo consubstancial do pensamento. A língua integra o indivíduo em uma elite, em uma nação, em uma cultura, que ele partilha ao mesmo tempo com seus ancestrais e com seus contemporâneos. [236]

---

[235] CHERVEL, André & COMPÈRE, Marie-Madeleine. "As humanidades no ensino" In: *Educação e pesquisa.* São Paulo, jul/dez.1999. V. 25, n2, p149-170.
[236] Idem, p. 149.

Na educação inglesa, predominou a segunda tradição, que pertence às chamadas humanidades. Segundo Clarke[237], a história da educação clássica na Inglaterra teve seu início em "78 d.C. quando o governador romano Agrícola, após os sucessos militares com os quais seu governo começou, tomou medidas para vincular seus súditos mais perto de Roma". Sob o Império Romano, estabeleceu-se um sistema de educação baseado no estudo da imitação dos melhores modelos da literatura, além de língua e literatura gregas. A gramática grega começa com Homero e Menandro entre outros, e a romana se concentrou em Virgílio, Menandro Romano e Terêncio. De acordo com o autor, Salústio foi lido nas escolas no império tardio, porém, por outro lado, a escrita em prosa foi geralmente ignorada. A tradição da escola romana, embora sobrevivesse levemente, estava muito enfraquecida na Idade Média; no entanto, não houve falta de escolas secundárias e, apesar de evidências sobre o currículo serem escassas, ao que parece, nessas escolas o aluno poderia ler algumas obras de Ovídio e Virgílio, além de poder compor versos latinos.

Na opinião de Chervel e Compère[238], do "homem honesto" da Antiguidade Clássica ao "homem cultivado" da época contemporânea, o indivíduo que essa tradição forma é aquele que, devido à prática dos textos e dos autores, ao contato com as civilizações fundadoras, por meio do exercício da tradução, da imitação e da composição, adquiriu o gosto, o senso crítico, a capacidade de julgamento pessoal e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, conforme as normas recebidas. Esse ideal visado provavelmente conheceu, no decorrer dos séculos, diversas definições. O homem que se enquadra nesse horizonte das humanidades foi o cristão do colégio jesuíta, o cidadão das luzes, o republicano dos liceus modernos, ou o *gentleman* vitoriano. Nesse sentido, no ensino tradicional inglês, as humanidades clássicas se definiam por uma educação estética, retórica, mas também moral e cívica.

---

[237] CLARKE, M. L. *Classical Education in Britain: 1500-1900.*Cambridge: Cambridge University Press, 1959, pp. 1-3.
[238] CHERVEL & COMPÈRE, Op. Cit. p. 149.

As humanidades remontam, sem interrupção, às *artes liberais* antigas. O modelo de formação proposto foi fixado por Isócrates[239] na Atenas do século IV a.C e posteriormente herdado pelos romanos. Segundo Chervel e Compère[240], no conteúdo escolar, elas constituem a quase totalidade do ensino de 5ª a 8ª séries até meados do século XIX, ao menos nos cursos tradicionais. A literatura latina, ou seja, os autores romanos e os exercícios de composição em latim constituíram seu eixo.

No que diz respeito à palavra *humanidades*, a etimologia do termo combina diversas filiações ou contaminações lexicológicas. A primeira remete-nos ao neologismo *humanitas,* termo trabalhado no segundo capítulo. A educação, assim oferecida, tem por objetivo uma preparação do indivíduo ao seu papel de homem, no sentido pleno do termo. A segunda vem da tradição cristã, que distingue as *litterae humaniores*[241] das *litterae divinae* ou *sacrae,* do mesmo modo como a literatura profana distingue-se da Escritura. A tradição cristã, segundo Chervel e Compère, evidencia o caráter eminentemente laico das humanidades. O terceiro componente semântico do termo faz referência aos *humanistas.* Nascido no berço da Renascença, não é por acaso que *humanistas* designa ao mesmo tempo, os escritores da Antiguidade Clássica e os alunos das novas classes, que abordam os temas relativos às humanidades. Segundo os autores, na origem, o nome de *humanidades* foi dado pelos jesuítas aos estudos intermediários entre os de gramática e retórica.[242]

As escolas de gramática permanecem como uma herança na Inglaterra do século XIX. De acordo com Clarke, essas escolas estavam distribuídas de forma desigual em todo o país, apoiadas por doações e regidas

---

[239] Segundo Moses Finley, Isócrates "tem arcado, por mais de dois mil anos, com a culpa de ter sido o homem que implantou o ponto de vista retórico... na política, na educação e na historiografia". Daí em diante a retórica ocupou lugar de honra na instrução superior, num esquema que logo foi canonizado no que os romanos chamaram as sete "artes liberais". Os quatro estudos preliminares compreendiam o que Isócrates denominava de "ginástica da *psique*", matemática subdividida em aritmética, geometria, música (ou harmonia) e astronomia. As três disciplinas avançadas destinavam-se ao ensino do bem falar e da persuasão: gramática, que era uma combinação do estudo da linguística e da história da literatura, retórica e dialética. Esse princípio passou dos gregos antigos para o mundo bizantino e dos romanos para o oeste latino. FINLEY, M. "A Herança de Isócrates". *Uso e Abuso da História.* São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 215.

[240] CHERVEL & COMPÈRE, Op. Cit.p.150.

[241] Os autores CHERVEL & COMPÈRE, citam como exemplo a *Ratio Studiorum* jesuítica.

[242] Idem, ibidem.

pelos estatutos datados em muitos casos, desde a época dos Tudor. No início do século, o sistema de ensino público que iria dominar a educação na era vitoriana já estava começando a se desenvolver. Algumas escolas, como Eton e Winchester, por exemplo, sempre foram internatos, outras, devido às doações valiosas e bons diretores entre outros motivos, obtiveram um bom desenvolvimento, o que levou à procura de alunos de todo o país e não só da região. Porém, tanto no currículo quanto nos métodos de ensino houve pouca diferença entre uma escola e outra.[243]

É fato que as escolas tradicionais costumavam exercitar os filhos dos ricos em gramática latina. De acordo com Beard e Henderson, cem anos antes, ou seja, no final do século XIX, a maioria das escolas públicas britânicas ensinava pouco mais que grego e latim. A justificação para isso não era primordialmente a excitação que a literatura antiga oferecia a um aluno capaz de ler fluentemente essas línguas, mas os hábitos lógicos e racionais que supostamente lhe seriam inculcados pelo cuidadoso aprendizado das regras gramaticais. Constituiu uma pequena indústria vitoriana a produção de livros-texto (alguns ainda em uso) para elucidar os pontos mais sutis dessas regras, classificando e descrevendo as partes gramaticais:

> o gerúndio e o gerundivo, *amo-amas-amat,* o ablativo absoluto, o discurso indireto, a forma condicional em *oratio obliqua*, os verbos em –mi, a terceira pessoa do singular do mais-que-perfeito passivo do subjuntivo da quarta conjugação.[244]

A gramática teve indubitavelmente importante significado no que diz respeito ao latim e ao grego no momento em que a maioria dessas escolas foram fundadas e, apesar das mudanças que tiveram lugar no ensino do latim[245], desde então, a lei ainda exigia que eles realizassem a intenção de seus fundadores. Além da demanda por uma educação utilitária para aqueles que não tinham a intenção de serem admitidos para uma formação em sua profissão, havia dúvidas sobre o valor de uma dedicação exclusiva ao estudo e à imitação dos antigos poetas. Dessa alteração, o mais importante foi a mudança de interesse do latim para os autores gregos. A literatura latina foi

[243] CLARKE, Op. Cit. p. 74.
[244] BEARD, M. & HENDERSON, J. *Antiguidade clássica: uma brevíssima introdução.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 133.
[245] Houve certo abandono da língua latina em detrimento da grega.

pouco considerada na Inglaterra do XIX, principalmente na primeira metade. Uma importante influência no ensino clássico no século XIX foi Samuel Butler, que fundou Shrewsbury School (provavelmente em 1798) e se tornou a principal liderança da escola clássica no país. Ele inclui Tácito e Cícero no currículo, e B. H. Kennedy recorda Demóstenes, Tucídides e Platão. Butler ensina também história antiga e geografia, o que era negligenciado antes desse período.[246]

Enquanto as escolas públicas dotadas de gramática foram os principais redutos dos clássicos, havia, no início do séc. XIX, uma série de escolas privadas que preparavam para a universidade e deram uma educação clássica em linhas de liceu. Mais tarde, esses estabelecimentos tendiam a desaparecer e, no meio do século, uma escola privada em geral foi uma escola não clássica ou semiclássica.[247]

Esses acontecimentos estão envolvidos em um contexto de surgimento das *humanidades modernas,* cuja temática está no centro do debate pedagógico do século XIX e reivindicam o estatuto de produtoras de cultura geral, o qual se assemelhava ao das línguas antigas. Partindo da argumentação das línguas clássicas, enfatiza-se a importância do ensino das línguas e das literaturas, assim como o papel decisivo dos exercícios de versão, tradução e composição para a formação tanto linguística quanto intelectual do aluno. As línguas antigas são aos poucos substituídas pelas línguas modernas e, no lugar de Homero, Demóstenes, Virgílio e Cícero, utilizam-se Shakespeare, Goëthe, Dante e Cervantes.[248]

Nesse sentido, em 1860, pela primeira vez, o governo começou a se interessar pela educação secundária na Inglaterra e País de Gales. Em 1861, a Royal Commission, sob o comando de Lord Clarendon, apontou um inquérito sobre o estado das escolas públicas. Os relatórios dessas comissões, publicados em 1864 e 1868, respectivamente, deram um retrato valioso do estado da educação clássica no meio do período vitoriano. A característica mais marcante no "quadro" é a diminuição das velhas escolas de gramática (liceus). De acordo com o Schools Inquiry Commission, 27% das escolas de

[246] CLARKE, Op. Cit. p. 74-76.
[247] Idem, p.82.
[248] CHERVEL & COMPÈRE, Op. Cit. p. 166.

gramática tiveram as escolas clássicas completamente; 23% foram semiclássicas, mais latim e pouco grego, e 43% nem latim, nem grego.[249]

Outro estudo descobriu que não havia meninos que, com qualquer quantidade de tempo e uso ilimitado do dicionário, pudessem traduzir, com exatidão digna, uma passagem normal de Cícero e Virgílio. Nesse sentido, observa-se que a demanda da educação clássica variava em diferentes partes do país. Em Devon, os fazendeiros e homens de negócios preferiam o latim ao grego, pois o latim era citado muitas vezes nos jornais. Já em Westmorland e Cumberland, eles eram normalmente bem abastecidos com as escolas de gramática e, no início do século XIX, havia um conhecimento amplamente difundido dos clássicos nesses municípios. Em outra parte do país, as "classes mercantis e comerciais", e, em geral, aqueles cujos filhos não eram suscetíveis de aprender uma profissão ou continuar os estudos após a idade de dezesseis anos não tiveram nenhum uso para o grego nem talvez um uso tolerado do latim, mas, em qualquer caso, opuseram-se à educação exclusivamente clássica oferecida pelas escolas de gramática. Como consequência, inúmeras escolas particulares tinham surgido para atender às demandas dos pais que consideravam os clássicos inúteis.[250] Nas palavras do autor:

> O espírito da época era utilitarista, as vastas populações das novas cidades industriais julgavam a educação exclusivamente pela sua utilidade e tiveram como seus porta-vozes, homens como Cobden, que declarou que um exemplar do *The Times* continha informações mais úteis do que o conjunto de Tucídides. [251]

Com o passar do tempo, as escolas de gramática perderam terreno, não só para as escolas privadas, como também para as escolas públicas, pois uma clara distinção entre estas e as escolas de gramática foram perceptíveis. A educação clássica, a cada dia e em maior grau, sofreu com a evasão da pequena escola de gramática para as grandes escolas públicas.

A própria centralidade da Grécia e Roma no ensino secundário e superior provocou um processo natural de reação. De acordo com Norman

---

[249] CLARKE, Op. Cit.p. 85.
[250] Idem, p.86-87.
[251] Idem, ibidem.

Vance[252], o lento mas inevitável eclipse dos clássicos pode ser datado a partir da década de 1860 com o relatório reformista da comissão de inquérito das escolas. Afinal, a "reforma" foi um dos lemas do século XIX. No entanto, onde as questões relativas a Roma haviam sido abordadas “sem imaginação”, ou onde haviam sido selecionados determinados aspectos com o objetivo de reforçar tendenciosamente (e geralmente de forma machista) noções como, por exemplo, de justiça implacável do imperialismo desenfreado, era inevitável que essas versões de Roma fossem desvanecer-se. Destarte, progressivamente homens e mulheres vitorianos descobriram que eles ainda poderiam derivar de estímulo de outros aspectos da experiência romana.

Segundo Vance, num momento em que os vitorianos de créditos próprios, os tecnocratas e cientistas viam a modernidade em apuros no sentido de avanços científicos e tecnológicos, estabeleciam as suas credenciais de troça dos clássicos, principalmente no que dizia respeito à educação e literatura clássicas. Nesse sentido, revisores progressistas de Edimburgo, incluindo o matemático John Playfair, desprezaram o currículo predominantemente clássico de Oxford como um instrumento educativo de utilidade duvidosa. No entanto, segundo Vance, os clássicos revidaram, e o debate permaneceu em curso por mais de quarenta anos. Mas a sobrevivência dos romanos, pelo menos, não era apenas uma questão “de poucas orelhas em textos de graduação”. Os romanos eram um povo prático, como os vitorianos, com sucesso de soldados, engenheiros e administradores. Foi difícil para os matemáticos ou engenheiros repudiá-los completamente, mesmo em nome do progresso ou da tecnologia, quando os edifícios elaboradamente construídos, muralhas e estradas evidenciavam que o avanço tecnológico romano ainda era visível após tantos séculos.[253]

O velho fascínio com a antiga Roma continuou a florescer dentro e fora do século XIX, não apenas sobrevivendo ao lado, mas, em alguns casos, colaborando poderosamente com uma política e cultura que colocaram um prêmio elevado na modernidade, progresso e reforma. A enorme popularidade de Macaulay (autor de *Lays of Ancient Rome* - 1842) ajuda a

[252] VANCE, Norman. *The Victorians and Ancient Rome.* Oxford: Blackwell Publishers, 1997, p. 3.
[253] Idem, p. 4.

demonstrar que a antiga Roma, diversamente construída ou reconstruída, poderia não ser apenas parte do passado morto, mas uma visão e uma ideia que transcende seu contexto original: na política e na esfera privada, na vida e na literatura, Roma apresentou paradigmas desafiadores e pontos de referências, formas de tornar a sensação de um presente caótico e volátil em modelos possíveis para o futuro não revelado.[254]

Nesse contexto de mudança, na visão dos vitorianos a respeito dos clássicos e da necessidade de afirmação de outras disciplinas, muitas universidades mantêm o classismo, mas com ênfase em outras áreas. Segundo Vance, Mandell Creighton (mais tarde bispo de Londres e historiador do papado) escreveu uma carta a seu filho, em 1888: "a razão pela qual os meninos são ensinados latim e grego é porque o aprendizado dessas línguas é o melhor exercício de cuidado, atenção, precisão, rapidez de percepção, e tais qualidades como estas." Essa passagem demonstra o porquê da permanência dos clássicos em algumas universidades. No entanto, percebemos que os clássicos não haviam sido mantidos da mesma forma. De acordo com Clarke:

> (...) em outro lugar o que tinha sido no dia anterior a delícia dos meninos mais talentosos se tornou um fardo. A influência das universidades deve ter ajudado a "matar" a composição original para que houvesse medalhas e prêmios para tal composição, e, embora ainda fossem necessárias as bolsas de estudo nas universidades, isto não tinha lugar no Tripos[255] ou no Oxford Honour Schools. [256]

Nesse sentido, as universidades de Cambridge e Oxford mantiveram a preocupação com os clássicos. A Cambridge Classical Tripos foi criada em 1879. A estrutura de seus cursos, suas fronteiras disciplinares e seus princípios gerais de progressão do estudante foram originalmente definidos em uma série de propostas aprovadas pela Universidade naquele ano. O sistema dividiu o Tripos em duas partes. Parte I: enfatizou as

---

[254] Idem p. 4-5.

[255] O Tripos Clássico da Universidade de Cambridge é equivalente ao curso de graduação Alíneas Humaniores da Universidade de Oxford. É tradicionalmente um curso de três anos, no entanto para aqueles que não têm estudado latim e grego na escola foi introduzido um curso de quatro anos. Não era essencial ter um grego de nível A para fazer o curso de três anos, pois o ensino intensivo grego estava disponível, mas a maioria dos estudantes teriam um nível A em latim. O ensino dos clássicos em Cambridge consistia de linguagem (grego e latim), literatura clássica, história antiga, arte e arqueologia clássica, filosofia clássica e linguística.

[256] CLARK, op. Cit. p. 92.

competências linguísticas e de tradução; Parte II (que se manteve até 1918 como opcional): ofereceu aos alunos a oportunidade de trabalhar em uma ou mais das sub-disciplinas especializadas que compõem os estudos clássicos. Segundo Mary Beard:

> (...) a impressionante série (...), do que foi usado para identificar os diferentes ramos do assunto na Parte II são aqueles que ainda são usados no Tripos hoje: A para a literatura, B para a filosofia, C para a história, D para a arqueologia e E para filologia e lingüística. E essas, são as especialidades que hoje geralmente são consideradas como componentes-chave da aprendizagem clássica como um todo, tanto em Cambridge quanto em outros lugares. [257]

Em seu artigo sobre o novo Tripos Clássico de 1879, a autora traça a mudança da História Antiga dentro do Tripos que demonstra passar por uma lenta e complexa revolução, como uma resposta mudando o mapa intelectual de Cambridge do final do século XIX. Além do mais, a autora analisa o posicionamento da disciplina diante de um desafio, ou ameaça de uma série de Tripos com temas de estudo totalmente novos.

> Muitos deles foram, inevitavelmente, a *brainchildren* (idea original) dos principais clássicos eruditos. Dentro das ciências humanas, era quase impossível chegar ao poder e ao destaque em Cambridge em meados da era vitoriana, sem que fosse através dos clássicos. [258]

Apesar dessa necessidade do conhecimento clássico e do esforço de algumas instituições para mantê-lo, a atitude dos homens do século XIX continuou mudando, e novos argumentos foram usados para justificar uma educação clássica. Algumas dessas justificativas tinham uma validade temporária, tal como o argumento de que os clássicos foram o único tema que se sabia como ensinar e para o qual os professores estavam disponíveis. Ao mesmo tempo, outras justificativas eram triviais, como o argumento que encontra expressão em algumas palestras ministradas por Andrew Amos em 1846 na Advanteges School, voltada aos meninos da cidade de Londres que deveriam ter uma educação clássica como um auxiliar para uma aprendizagem comercial. Nessas palestras, ele destacou a utilidade dos clássicos como uma

---

[257] BEARD, Mary. "Learning to pick the Easy Plums: The Invention of Ancient History in Nineteenth-Century Classics". In: SMITH, J. & STRAY, C. *Teaching and Learning in Nineteenth-Century Cambridge.* The Boydell Press: 2001, p.89.
[258] Idem, p. 90.

habilitação "para manter o conforto e respeitabilidade da situação de um cavalheiro". No século XIX, os clássicos eram, sem dúvida, considerados como a marca de um cavalheiro, mas esse foi um fenômeno acidental resultante da decadência da escola secundária local e o surgimento das escolas públicas. Os criadores da *Victorian Public School*, inconscientemente, conceberam uma educação para a classe governante, eles continuaram e adaptaram o que tinha sido originalmente o tipo universal de educação.[259]

Considerava-se que o mundo antigo tinha um valor especial para o mundo moderno, porque ele era diferente, sem ser demasiado remoto. Desde a Antiguidade Clássica, exemplos de grandeza individual foram utilizados para neutralizar a mediocridade da sociedade moderna e os exemplos de patriotismo e de serviço ao Estado para reprimir seu egoísmo, enquanto que a dialética rigorosa dos diálogos platônicos era um corretivo valioso à frouxidão do pensamento moderno.[260]

Esse sentido da diferença entre o antigo e o mundo moderno era algo novo, o produto do sentido histórico do século XIX e da passagem do tempo que soltou o “laço” que “amarrava” os homens à Antiguidade Clássica. Foi também o resultado de um maior conhecimento da Grécia, pois os gregos são mais distantes de nós do que os romanos, no entanto, foram os gregos que os vitorianos tinham principalmente em mente quando se falou do valor dos clássicos. A importância das civilizações grega e romana na história da Europa Ocidental era inegável, seja um pensamento como o de Gladstone, do ponto de vista cristão, como proporcionando uma *Evangelica Praeparatio*, ou como Mill, a partir do ponto de vista secular como tendo dado à luz as ideias de liberdade política e intelectual, ou ainda como Matthew Arnold, um pensamento do helenismo e hebraísmo, a cultura intelectual e moral, como dois elementos que devem ser combinados em uma humanidade completa e harmoniosa.[261]

Finalmente, o século XIX viu o desaparecimento da antiga tradição retórica. O ideal que inspirou as escolas antigas de gramática e retórica era o do orador perfeito, bem como a ideia que inspirou seu ensino era a da eloquência. Os métodos antigos, se não os ideais antigos, passaram para

---

[259] CLARKE, Op. Cit. p. 170.
[260] Idem, p. 171.
[261] Idem, PP 172-173.

as escolas humanistas. Os homens foram ensinados a escrever segundo as regras, para desenvolver um tema de forma reconhecida e para enfeitá-lo com elegantes figuras de linguagem, exemplos e símiles competentes.

Os clássicos sobreviveram apesar de todas as influências negativas do século XIX. E, nas palavras de Clark,

> (...) não é difícil imaginar a educação Inglesa tendo um tapinha diferente se, digamos, Dr. Arnold tivesse dedicado suas energias à evolução de um novo tipo de educação ao invés de ressuscitar o velho. Mas ele não fez, e o fato de que nem ele e nem outros vitorianos de alta capacidade que se dedicaram à educação não o fizeram e perderam a fé nos clássicos é um testemunho da sua vitalidade. [262]

[262] Idem, p. 179.

O LEGADO ROMANO

> (…) Era no interesse de muita gente, claro, que grande parte dessa cultura pagã deveria ser reivindicada em segurança para a 'civilização'. O custo deveria ser a reinterpretação, o expurgo ou, em último caso, a censura daqueles aspectos da literatura clássica que não combinassem com a imagem vitoriana de uma cultura civilizada. (...) [263]

Essa passagem de Mary Beard e John Henderson resume grande parte da intenção, bem como da exposição argumentativa desse trabalho. A Antiguidade Clássica tem sido retomada em determinados momentos históricos buscando sempre precedentes para afirmar ou legitimar atitudes políticas, religiosas e militares entre outras. Uma prova é uma educação voltada à cultura clássica com o fim de trazer valores cultivados pelas sociedades em seus momentos. Nesse sentido, na opinião de Norman Vance, a grandiosidade que foi Roma tem sido muitas vezes ofuscada pela glória que foi a Grécia. Goëthe e Shelley, Matthew Arnold e Walter Pater têm seduzido os comentaristas a concentrar-se na influência dos gregos e não dos romanos. Desde 1980, Richard Jenkyns, Frank Turner e Hugh Lloyd-Jones representaram a herança grega na Inglaterra Vitoriana, mas a herança romana é ainda largamente inexplorada. No entanto, o legado de Roma não importava apenas para o clássico educado, mas para a multidão: na política, na guerra e na engenharia civil, bem como na literatura, houve sentimento generalizado de conexão fundamental com Roma e não com a Grécia.[264]

Tornou-se habitual que a mitologia greco-romana estivesse onipresente na poesia inglesa. Durante o Renascimento, foi principalmente o legado de Ovídio, seus herdeiros e comentaristas que foi retomado. No entanto, no século XIX, prevaleceu a obsessão por tudo que fosse de origem grega, o que não só desprezou Ovídio, como o substituiu por versões menos bem sucedidas do ponto de vista artístico. Nesse sentido, a historiografia se refere muitas vezes aos romanos como o primeiro povo a converter a herança

[263] BEARD & HENDERSON, Op. Cit. p. 87.
[264] VANCE, Op. Cit. p.VI.

de sua cultura na base de sua própria civilização. Porém, mais do que imitação, deve-se falar de assimilação criadora. É curioso notar que o processo se verifica também no campo religioso. Efetivamente, se há organizações sacerdotais como os flâmines e os pontífices e divindades como Jano, os Penates e os Lares, que são estritamente romanos, desde cedo os deuses itálicos se identificam, na maioria, aos gregos, e muitas teses recentes sobre a helenização encontram cada vez mais apoio nas descobertas arqueológicas.[265]

Toda a arte e a literatura de Roma se desenvolveram à sombra da Grécia. Seus próprios poetas proclamaram esse fato: *a Grécia cativa capturou seu conquistador rude e trouxe a arte para o rústico Lácio, (...)* disse Horácio (Epístolas, 2, 1, 156 y ss). Por esse motivo se diz que os romanos foram um povo imitador e seu papel principal na história da civilização europeia foi a de conduzir por meio da cultura grega o legado cristão. De acordo com Richard Jenkyns[266], ironicamente, esse ponto de vista é uma herança dos romanos, os quais possuem uma mistura sutil de orgulho e modéstia. Todo o mundo lhes concede grandeza militar; poucos negam a grande qualidade de sua poesia e em geral se reconhece que se sobressaiu em engenharia, jurisprudência e no sistema sanitário. Alguns lhes concederam um pouco mais. Em pleno auge da "grecomania", em 1821, Shelley escreveu no prefácio a *Hellas*[267]*:*

> Todos somos gregos. Nossas leis, nossa literatura, nossa religião, nossas artes têm suas raízes na Grécia. Sim, Grécia; Roma, a mestre, a conquistadora, a metrópole de nossos antepassados não haveria difundido com suas armas o conhecimento e seríamos ainda selvagens e idólatras. O que é pior, poderíamos ter herdado um estado de instituição social tão estagnado e miserável como a China e o Japão.

Essa declaração dá certo valor às armas e as instituições romanas, mas apenas como um meio de estender o conhecimento grego. Arnold Toynbee considerou a civilização romana como uma simples

---

[265] PEREIRA, M. H. R. *Estudos de História da Cultura Clássica II. Cultura Romana.* Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989, p. 39.
[266] JENKINS, Richard. "El legado de Roma" in: *El legado de Roma: Una nueva valoración.* Barcelona: Crítica, 1995.
[267] SHELLEY, P. B. Shelley: *Poetical Works*. Ed. Thomas Hutchinson. London: Penguin Books, 1991.

subespécie do helenismo, a continuação da cultura grega sob a égide de um Estado universal. Jenkyns pergunta sobre a variedade e amplitude da contribuição romana. Segundo ele, é preciso haver uma resposta se se pretende estudar o alcance da influência de Roma nos séculos posteriores. Porém, antes, deve-se considerar o que se entende por influência. Richard Jenkyns[268] distingue três tipos:

A Influência básica: a fonte de informação (fonte histórica/documento) é base e condição necessária para a influência. A arquitetura renascentista é inconcebível sem os modelos clássicos, ou o "Paraíso Perdido" sem a tradição épica clássica.

A *Influência auxiliar*: a fonte não é propriamente a base, mas proporciona apoio e coerência. Provavelmente as tragédias de sangue inglesas não haveriam sido muito diferentes sem Sêneca, *mas transforma-se no senequismo*[269] *como um possível modelo.* Na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, encontramos atitudes sociais e políticas baseadas sem nenhuma dúvida na história e sociedade inglesas, porém podem ter sido formadas e estabilizadas pelo estoicismo e por um conhecimento da filosofia ciceroniana.

Influência decorativa: a fonte proporciona uma elegância superficial ou o pretexto ou ponto de partida. No século XVIII, as citações clássicas na Câmara dos Comuns eram as provas que o orador tinha desfrutado da educação de um cavaleiro, porém não eram mais que uma forma combinada de alarde cultural.

Nas palavras do Jenkyns, "estas distinções são algo toscas e rápidas e os limites entre elas incertos, porém podem ser úteis como guias". Os romanos foram o único povo que realizou a unificação da totalidade do litoral mediterrâneo sob uma só autoridade e manteve seu império durante séculos, o que constitui um dos feitos mais notáveis da História. O renascimento italiano havia desenvolvido uma teoria de humanismo cívico baseada em Cícero, Sêneca e Tito Lívio. Os "Discursos sobre Tito Lívio" de Maquiavel inspiraram a *Commonwealth of Oceana* de James Harrington, escrita durante o protetorado

[268] JENKYNS, R. op. Cit. P. 12
[269] Influência da estética literária e temática moralista de Sêneca.

de Cromwell, e passaram dessas fontes ao pensamento político do século XVIII, reguladas por uma constituição mista. E deve-se pensar não só na teoria política, mas também em um conceito formado em uma educação clássica. Os oradores, poetas e historiadores latinos estavam na mente dos políticos do séc. XVIII; sua forma de pensar era inconscientemente senatorial. De acordo com Jenkyns, é difícil rastrear uma influência quando foi tão absorvida como essa, porém parece razoável afirmar que a constituição mista da república romana tem sido uma influência básica na teoria política e ao menos uma influência auxiliar na prática política.[270]

Outro modelo político proporcionado por Roma é o cesarismo. A palavra César, originalmente um apelativo familiar, converte-se num talismã. A importância do legado de Roma radica nesse caso não na criação de uma monarquia, já que naturalmente houve muitos impérios monárquicos antes, mas sim na combinação do absolutismo com um sistema legal altamente evoluído. Nesse sentido, a combinação de autocracia, direito e a ideia de uma cidadania universal influenciou profundamente a experiência europeia. O sentimento que muito depois da queda do Império Romano ocidental a Europa ocidental conservava, em certo sentido, compartilhava da cidadania de uma cultura comum. Isso se dava a algo mais que uma herança da cultura e língua latinas; derivava também em parte da natureza do próprio Império Romano.[271]

Mas o legado de Roma, embora importante nas artes visuais, reside principalmente na palavra. Uma grande parte dessa herança tem sido o próprio latim, base das línguas românicas modernas com uma completa influência sobre o inglês. Os anglo-saxões haviam recebido uma boa quantidade de palavras do latim antes da emigração à Bretanha. Após a emigração, adotaram outros termos e, após a conquista normanda, adotaram muitas palavras procedentes do francês, a maioria durante os séculos XIV e XV, quando o inglês se converteu em uma língua oficial e literária. Além do mais, a língua francesa havia adquirido muitas palavras latinas em duas etapas, a primeira, diretamente do latim vulgar e, posteriormente, a partir da

[270] Idem, p 14-15.
[271] Idem, p. 16.

língua escrita. Identifica-se, dessa forma, que a maior parte do vocabulário abstrato inglês deriva dos clássicos.[272]

Nesse legado romano, Finley[273] acredita no valor de um ensino fundamentalmente literário para a vida pública ou para o cidadão, incluindo história, filosofia, línguas e literatura. É uma consequência natural que esse ensino deva concentrar-se no que se considera a melhor literatura, que, em muitos casos, trata-se de uma literatura do passado. No entanto, para ele: poetas e romancistas não são pensadores sistemáticos, disciplinados, quer de psicologia, de sociologia, quer de ética ou de comportamento institucional. Eles produzem ressonâncias, convidam à reflexão, mas não ministram um ensino suficiente e não são fontes autorizadas para tal fim. Se o fossem, restaurar-se--íam as antigas funções do mito, pois na Antiguidade o mito era tão educativo quanto a poesia e a literatura o são hoje em dia.

Ao citar essas funções atribuídas ao mito, não tem como não relembrarmos que, por meio desses mitos gregos, os clássicos chegaram ao nosso conhecimento, aguçando a curisodade dos leitores. Essas histórias são contadas e recontadas pela literatura antiga, não apenas na tragédia grega ou na poesia épica de Homero, mas também nas versões desses mitos dadas pelos autores romanos. O próprio Ovídio, por exemplo, teceu, em sua obra *Metamorphosis*, imensa coletânea de todos os mitos da transformação.

Segundo Beard e Henderson, nos últimos cem anos, muita teoria tem sido gasta para explicar os mitos. Sigmund Freud, por exemplo, explorou ao mesmo tempo as raízes da mitologia grega e o funcionamento da psique humana ao meditar sobre histórias como a do incesto de Édipo com a mãe após matar o pai, ou a da vaidade de Narciso apaixonado pela própria imagem, este um episódio inesquecível do poema de Ovídio. Segundo os autores,

> (...) os significados encontrados nessas histórias, diferentes versões e interpretações, proliferam, o espúrio lado a lado com o elevado. Esse fenômeno de 'bola de neve' instigou aqueles que estudam a Grécia e Roma clássicas a repensar, vez após outra, não apenas o que os mitos significaram outrora mas também como isso difere de suas interpretações posteriores. Que diferença, por exemplo, faz o Édipo

[272] Idem, p. 19.
[273] FINLEY, Op. Cit. p. 219.

> freudiano na nossa leitura de Édipo Rei, a peça de Sófocles? Temos agora que ler Sófocles inevitavelmente à luz de Freud? [274]

No entanto, havia outras questões na agenda de estudos da mitologia e cultura gregas, em especial a questão religiosa. No final do século XIX, os clássicos eram estudados no âmbito de instituições que eram mais ou menos cristãs. As universidades eram pequenas e em grande parte reservadas aos nobres e ordinandos; e a maioria dos fundadores pertencia ao clero. A glória da Grécia e a grandeza de Roma, porém, foram quase inteiramente realizações pagãs. Apesar de todo o domínio da Igreja no ensino, os clássicos podiam fornecer um caminho para se compreender o mundo cristão. Mais do que isso, segundo os autores, a autoridade dos clássicos pagãos podia ser usada para legitimar toda uma série de abordagens radicais em discordância com o *establishment* cristão oficial.[275]

A experiência religiosa da Antiguidade era avidamente estudada, dos mitos dos deuses e deusas aos rituais públicos de sacrifício de animais, além de uma vasta série de ritos e folclore locais. Os mundos utópicos sonhados no século IV a.C. por Platão e descritos particularmente em *A República* e *As Leis* encorajaram os pensadores radicais a instituir e encorajar uma filosofia educacional puramente secular. Valores e opções de vida proibidos pelo cristianismo encontraram apoio e suporte político nas práticas e discussões dos gregos e romanos. Assim, por exemplo, a discussão de Platão sobre a natureza do amor e do desejo no *Banquete* foi usada para justificar certas formas de homossexualidade masculina: não apenas Platão admitia relações sexuais entre homens e meninos, como outros aristocratas contemporâneos consideravam-nas a forma mais nobre e elevada de desejo sexual. Nesse sentido,

> as noções de 'amor platônico' e 'relações platônicas' derivam de leituras das obras de Platão que ninguém toleraria hoje; o adjetivo é o precipitado de uma história de interpretação da filosofia platônica. E os crimes e sofrimentos terríveis exibidos na tragédia grega foram decididamente tomados como rígidas parábolas morais, enquanto textos das comédias do ateniense Aristófanes preparados para uso nos colégios e universidades normalmente omitiam as piadas e obscenidades sexuais mais explícitas que eram a marca registrada

[274] BEARD & HENDERSON, op. Cit. p. 85.
[275] Idem, p. 86.

> desse dramaturgo. Pagãos chegavam a ser transformados em cristãos antes de Cristo. [276]

A história pode ter concluído pelo triunfo da *razão* europeia, moderna e cristã, mas para os autores a atração mesma era a emoção de usar essa *razão* para "saquear" a civilização clássica. Seja qual for o espírito da pesquisa, investigar uma única frase de um texto clássico envolve contato com uma enormidade de estudos anteriores. A mais grandiosa e abarcante teoria sobre a totalidade da existência e o mais pedante dispêndio de energia na análise rigorosa de palavras erradas em manuscritos pouco confiáveis encontram-se em algum ponto na história dos clássicos. [277]

Nesse sentido, este capítulo buscou demonstrar como a sociedade industrial influenciou na formação de uma nação que buscava crescimento tecnológico e científico que fossem utilizados em benefício desse Império Britânico durante o período vitoriano. Por meio da educação fundamentada nos clássicos, construiu-se uma ideia de herança imperial do romanos como importantes difusores da cultura helenística, os quais proporcionaram um legado no que diz respeito à educação, língua, literatura, valores morais, arte e principalmente ideais políticos.

---

[276] Idem, p. 87.
[277] Idem, ibidem.

CAPÍTULO 4

Ovídio em Dois Momentos: Entre os Clássicos e os Vitorianos

OVÍDIO: UMA APRESENTAÇÃO

Publius Ovídius Naso nasceu em Sulmona[278], cidade do Brútio (Abruzzo), região ao norte de Roma, a 13 das calendas de Abril, ou seja em 20 de março de 43 a.C., quase um ano após a tragédia dos idos de março, o assassinato de César, a qual precipitou a crise republicana que há anos já dominava a política romana e a qual, após as lutas fratricidas, resultou, com Augusto, na implantação do regime imperial e o advento da chamada Pax Romana.

De família equestre[279], Ovídio teve por certo tempo o percurso normal e privilegiado que os pais de certa condição financeira traçavam para fazer ilustres os seus filhos. Foi com o irmão, encaminhado a Roma para os estudos de gramática e da eloquência, e estaria destinado a atuar nos tribunais ou na política, ou em ambos. Entregou-se com paixão aos estudos retóricos; o apuro e o refinamento da linguagem, se não lhe serviram para a carreira política (*cursus honorum*), foram-lhe úteis em outro setor, quando se rendeu integralmente à poesia, para a qual sentia irresistível atração.

Terminados os estudos de retórica, realizou uma viagem de instrução a Atenas, com visitas ao Egito e à Ásia Menor, e com quase um ano de permanência na Sicília. De regresso a Roma, exerceu algumas magistraturas menores e contraiu o primeiro casamento com uma mulher, o qual foi rapidamente dissolvido; casou-se novamente, e depressa se divorciou. Apenas o terceiro casamento do poeta foi longo.[280] Dessa união teve uma filha, Perilla, poetisa, que, quando Ovídio foi exilado, já era casada e se achava na África, e por isso não podia ser informada sobre o pai: *Nata procul libycis aberat diversa sub oris: Nec poterat fati certior esse mei* (*Tristium,* Elegia III; livro I).

---

[278] *Sulmo mihi pátria est gelidis uberrimus undis.* (*Tristium*, Elegia X do livro IV)
[279] A divisão social da sociedade romana do momento se dava por estamento.
[280] PARATORE, Ettore. *História da literatura Latina*. Lisboa: Calouste, 1983, pp.501-516.

Entrando no círculo de Messala[281], Ovídio esboçou um poema sobre a gigantomaquia, tema adaptado à sua imaginação, e escrevera uma tragédia, *Medea*, agora perdida, mas muito apreciada no século I d.C.

Aos vinte anos, Ovídio se dedicou ao tema que mais o atraía: o amor, e iniciou a composição do seu cancioneiro amoroso em dísticos, publicado sob o mesmo título de *Amores* que Cornélio Galo adaptara. Começou assim o grande ciclo erótico que compreende toda a poesia da primeira fase ovidiana, e a enorme produção ovidiana em dísticos: só a *Medea*, as *Metamorphosis* e os *Halieutica*, entre todas as obras de Ovídio, não foram escritas em dísticos.

Com Tibulo, Propércio e Ovídio, a literatura latina inaugura, na poesia, um gênero literário. Os poemas metrificados em dístico elegíaco, isto é, compostos de hexâmetro que se alterna com pentâmetro, registram as vozes de um amante-poeta tomado de amor ardente por uma mulher, numa relação tensa, marcada por ciúmes, brigas, infidelidades, reconciliações calorosas, que fazem do amante um ser insatisfeito e infeliz, com o agravante de não poder romper esse círculo.[282] Parece correto afirmar que, na obra *Os Amores* de Ovídio, podem-se encontrar e identificar os elementos fundamentais da ideologia e do código elegíaco. Porém, segundo Leoni, essa obra pretende ser uma imitação das de Tibulo e Propércio.[283]

O poeta deu a sua amada, na obra *Os Amores*, o pseudônimo literário de Corina. Na sua coletânea, nenhuma das tantas situações da elegia erótica é esquecida, e o todo é "açucarado" por uma adesão mais intensa e voluptuosa à vida brilhante da capital, com suas festas, os seus espetáculos, as suas modas, que nos carmes do poeta fazem fundo às aventuras

---

[281] Círculo de Messala foi um círculo de muitos poetas de talento que se reuniam em torno do orador Messala Corvino (64 a.C. – 13 d.C.). Um membro importante desse círculo foi Tibulo, e mais tarde Ovídio. GUDEMAN, Alfred. *História de La Literatura Latina*. Tradução de Carlos Riba. Barcelona: Editorial Labor, 1952, p. 127. Sobre este mesmo círculo, consultar também: PEREIRA, Maria H. R. *Estudos de História da Cultura Clássic. II.* Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989, p.226-235.

[282] OVÍDIO, "Os Remédios do Amor. Os Cosméticos para o Rosto da Mulher". São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 12.

[283] LEONI, G. D. *A Literatura de Roma*. São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1958, p.84.

verdadeiras ou fictícias; será necessário aguardar Marcial para reencontrar uma versão tão rica da vida "mundana" de Roma.[284]

A *Heroides* e a *Ars Amatoria* são as duas principais obras da primeira fase ovidiana. A primeira trata-se de 21 cartas em dísticos, 18 delas escritas por mulheres e três escritas por homens; estas últimas (Paris a Helena, Leandro a Hero, Acônico a Cidipe) têm na coletânea uma carta feminina correspondente.[285] As *Heroides* foram iniciadas ao mesmo tempo em que *Os Amores*, se não antes: a elegia II, 18 d'*Os Amores* já fala delas como de obra iniciada há tempos e alegremente levada por diante. Depois de ter concluído n'*Os Amores* o ciclo da elegia erótica latina de caráter subjetivo, Ovídio voltava às origens, isto é, à elegia como narração de casos célebres de amor. Regressava, por outras palavras, à tradição de Antímaco, Hermesíanax, Filitas e Parténio, e isso apesar de, sob os nomes das heroínas do mito, palpitar, sobretudo a vida amorosa da Urbe, em toda a sua perversão refinada. As *Heroides*, de acordo com Paratore, é a obra ovidiana mais digna de atenção, talvez também a mais instrutiva para o gosto moderno,

> (...) porque o poeta conseguiu muitas vezes fazer cintilar para nós, no meio da retórica fastidiosa do conjunto, um lívido clarão que ilumina abismos de perversão erótica ou dramas de atormentada sensibilidade feminina: nas suas heroínas, manifesta-se algo das Júlias, das Lívias, das Messalinas, das Agripinas, que ficarão célebres na história dos costumes de Roma com maior ou menor mérito.[286]

Mais tarde, Ovídio compôs o seu tratado poético, sobre os modos de conquistar a mulher, a *Ars Amatoria*, em que a *inventio* (a recolha do material), com que se iniciam os tratados retóricos, corresponde à caça às mulheres belas e o assédio à sua virtude. Foi a obra que levou ao auge a fortuna de Ovídio como "autor mundano" e que fez dele o benjamim dos círculos mais requintados da capital; mortos Virgílio, Tibulo, Propércio e Horácio, passa a atuar ele como gigante sem rivais, numa atmosfera completamente transformada relativamente àquela em que tinham poetado

---

[284] PARATORE, op. cit.
[285] Idem, p. 505.
[286] Idem, p. 507.

aqueles grandes extintos; mas ao mesmo tempo, representando a contraposição mais audaciosa aos ideais moralistas de Augusto, "a *Ars Amatoria* expô-lo ao ressentimento do *princeps,* que viria a explodir mais tarde."[287]

Segundo Paratore, Ovídio soubera variar e adornar a matéria com todos os artifícios e com longas digressões de caráter narrativo: o mundo da elegia erótica continuava a cantar a sua eterna canção, debaixo daquela roupagem paradoxal. Primeiramente, pelo ano I d.C., Ovídio publicou os primeiros dois livros dedicados aos homens; mais tarde quando já tinha publicado os *Remedia Amoris*, pequeno poema em 407 dísticos, redigiu e publicou o terceiro livro da *Ars Amatoria*, dedicado às mulheres, a fim de lhes ensinar a conquistar os corações masculinos. Com outra homenagem às mulheres, o *Medicamen faciei* (carme em dísticos sobre os cosméticos, de que nos resta um fragmento de seis versos), termina o primeiro ciclo da poesia ovidiana.

A Arte de Amar e *Os Remédios e os Cosméticos para o Rosto da Mulher* tem como traço comum, a função didática, além, evidentemente, da métrica em dístico elegíaco, característica de toda a produção de Ovídio, com exceção das *Metamorphosis*, em hexâmetro. Entre os poemas de Ovídio, *A Arte de Amar* pode ser considerada, por alguns, a obra mais significativa do poeta e a que mais repercussão e influência tiveram na literatura posterior. *A Arte de Amar* ligada a'*Os Remédios...* podem ser consideradas um manual de galanteio, um trabalho sobre a sedução, onde se misturam observações psicológicas finas e picantes com dados preciosos sobre a vida de Roma.

Por volta do ano 3 d.C., voltou-se para temas de alcance mais amplo, desenvolvidos nas suas duas obras de maior empenho: as *Metamorphosis* e os *Fastos*. A primeira obra é um poema em quinze livros, para o qual Ovídio abandonou, apenas uma vez, o dístico elegíaco pelo hexâmetro. Nas palavras de Ettore Paratore:

> Em conjunto, o longo e complicado poema faz-nos perceber que a fantasia do poeta se esgotou na idade juvenil, que ele empola as gotas e tenta novos temas estranhos e mais ponderosos, para não

[287] Idem, p. 510.

> ficar atrás, a fim de continuar a ser o poeta do dia e maravilhar cada vez mais os leitores com a vistosidade dos seus achados.[288]

E a outra obra de sua maturidade vem confirmar essa opinião: os *Fastos*, poema elegíaco incompleto sobre as festas do calendário romano. Mas no poema (em que o poeta escreveu seis livros, metade do proposto, isto é, chegando até o mês de junho), na opinião de Paratore, possui:

> (...) a erudição mal dirigida, de segunda mão, (as suas fontes foram principalmente Varrão e os contemporâneos Vérreo Flaco e Lívio), o assunto pouco adaptado em seu temperamento, a frieza com que o encarou, o estado de inacabamento, ou melhor, de esboço em que deixou a obra, concorrem para fazer dela o produto mais opaco de sua veia abundantíssima. Admira-se uma ou outra passagem feliz de descrição realística desta ou daquela festa (...) e um ou dois episódios em que a nota erótica volta a somar, como a de Ana Perena[289]. Mas até a expressão é inusitadamente descuidada.[290]

De acordo com Augusto Velloso[291], Ovídio estava no auge de seus triunfos literários, gozava da simpatia de César, quando no ano 9 da era cristã[292], já quinquagenário, foi desterrado para Tomos. Segundo o autor, Tomos estava no Ponto Euxino, país dos getas e sármatas, nos confins do Império Romano.[293]

Não há certeza da verdadeira causa da condenação de Ovídio ao exílio, e o próprio poeta não a esclarece, fazendo vagas alusões, atribuindo-a ora à publicação d'*A Arte de Amar* ora a um erro, a uma imprudência ou indiscrição, ora a um outro motivo que julgou dever silenciar:

> *Perdiderint cum me duo crimina, Carmen et error.*
> *Alterius facti culpa silenda mihi. (Elegia I do livro II)*

---

[288] PARATORE, op. Cit, p. 510.
[289] OVÍDIO, *Fastos,* III.
[290] Idem, p. 512.
[291] Tradutor de *Tristium.* Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952, p. 11.
[292] Autores como Paratore indicam o ano 8 da Era Cristã.
[293] *Jam mihi canities, pulsis melioribus annis*
Venerat; antiquas miscueratque comas:
Cum maris Euxini positos ad laeva Tomitas
Quaerere me laesi Princips ira jubet. (Elegia X do livro IV)

Não é verossímil que a publicação de sua obra *Ars Amatoria* tenha sido a causa de sua condenação ao desterro, pois fora publicada 12 anos antes e durante todo esse tempo não foi julgada por Augusto como obra criminosa, declarando na elegia I do livro II que a punição de um livro antigo apareceu muito tarde e que o castigo estava muito distante do tempo da falta:

> *Sera redundavit veteris vindicta libelli;*
> *Distat et a Meriti tempore poena sui. (Elegia I, livro II)*

Presume-se que Ovídio surpreendera cenas do que se considerava "uma devassidão" de Augusto ou de membros da família imperial e indiscretamente as revelara a muitas pessoas. É mais plausível ter sido essa a causa do desagrado a Augusto, pois lamenta ter visto qualquer coisa e ter conhecido uma culpa grave de alguém:

> *Cur aliquid vidi? Cur noxia lumina feci?*
> *Cur imprudenti cognita culpa mihi est?* (Elegia I, livro II)
> *Inscia quod crimen viderunt lumina, plector*. (Elegia V, livro III)

No entanto, alguns de seus biógrafos atribuem o banimento de Ovídio para Tomos a seus amores com Julia, filha do imperador a qual também foi exilada logo após a partida do poeta. Porém, a versão oficial[294] menciona razões de moralidade pública – isto é, as obras do poeta, que na verdade não seguiam já como Virgílio e Horácio o programa de restauração moral desejado e em grande parte executado por Augusto. Segundo Paratore, na primeira reação ao golpe, Ovídio queimou o manuscrito das *Metamorphosis;* o maior poema épico da época de Augusto depois da *Eneida*. Mas Ovídio sabia que circulavam numerosas cópias da obra, e, por isso, ela chegou até nós.

Durante a longa viagem ao seu exílio, Ovídio compôs o *Íbis*, pequeno poema em 322 dísticos (que plagia nome e forma de Calímaco)[295] contra um detrator que destruía a sua fama servindo-se da sua desgraça. O poeta não menciona seu nome, mas compara-o a um pássaro egípcio de hábitos fétidos, que dá o nome à obra. Da mesma forma, durante a viagem, foram compostos os dois primeiros livros dos *Tristia*, em dísticos, que constitui

[294] LEONI, op. Cit, p. 85.
[295] PARATORE, op. Cit, p. 512.

quase toda a terceira e última parte da produção ovidiana. Essa obra é inteiramente dedicada a suplicar piedade e a solicitar permissão para regressar a Roma.

Ao chegar a Tomos, Ovídio continuou a composição dos *Tristia*, publicando três livros deles em 12 d.C. No mesmo ano terminava a composição de três livros das *Epistulae ex Ponto*; tanto os *Tristia* como as *Epistulae* são escritos em dísticos. O quarto livro das *Epistulae ex Ponto* foi publicado depois da morte do autor. Entretanto, no ano 14, morrera Augusto: Ovídio, concentrado na sua esperança ilusória de regresso, esperava obter o perdão de Tibério. Depois de ter composto um carme, agora perdido, para a morte de Augusto, procurou pôr a sua veia poética ao serviço dos familiares do *princeps*. Ovídio tinha aprendido também a língua gética, falada no território da sua relegação; nela compôs um carme que celebrava a divindade de Augusto e as pessoas de Lívia e Tibério; recomeçou a trabalhar nos Fastos com a intenção de os dedicar a Germânico, o grande general filho de Druso e filho adotivo de Tibério, mas só pôde fazer a revisão do primeiro livro. Foi tudo em vão. Entretanto, enquanto visitava as margens do Mar Negro, aprendera a observar os costumes dos peixes e dos pescadores daquela zona, e começara a escrever um pequeno poema em hexâmetros sobre o assunto, *Halieutica* – descoberto por Sannazaro na França, no códice que agora se chama Vindobonensis, um fragmento de 134 versos, que não sabemos se constitui a única parte composta pelo poeta. São Jerônimo atesta-nos que Ovídio morreu em Tomos, no ano 17 d.C., mas alguns[296], baseados em indicações do livro I dos Fastos, como o poeta o reviu, e na própria dedicatória da obra, propunham a necessidade de assinalar a data da morte no ano seguinte. De acordo com Paratore, as obras compostas ou revistas durante a relegação chegaram até nós, exceto o primeiro poema em língua gética, porque Ovídio providenciava que fosse enviado a Roma, esperando ser um estímulo para o seu regresso. Nem morto o poeta teve a consolação de voltar a Roma como nos *Tristia* havia sonhado. São Jerônimo comunica-nos que foi sepultado em Tomos, onde tradições medievais asseguram que os getas lhe erigiram um túmulo. [297]

[296] Paratore não indica quem são as pessoas.
[297] Idem, p. 514.

OVÍDIO E OS VALORES MORAIS CLÁSSICOS

O século XIX foi um período marcado por poemas, romances e biografias moralizantes. E como foi demonstrado no decorrer da pesquisa, enquanto a Grécia antiga era vista como ideal de civilização e de democracia a ser imitado, buscou-se ressaltar o passado romano em sua expansão territorial, seu imperialismo, sua força bélica, sua literatura, suas construções e sua arte: cada um desses temas foi mais ou menos privilegiado, em virtude do momento histórico em que esse passado era reclamado. Cada época baseada em valores de seu momento presente tentou recuperar um determinado tipo de passado de acordo com suas necessidades identitárias, buscando estabelecer as ideias de herança cultural e continuidade histórica. Destarte, quando na Modernidade e Contemporaneidade, buscou-se em Roma a ideia de identidade, ao mesmo tempo em que a sexualidade era vista com preconceitos e tabus, construiu-se um passado assexuado: durante muito tempo, arqueólogos e historiadores da arte silenciaram sobre esse tema em suas pesquisas. Ao excluírem fontes documentais representantes da sexualidade, se fazia uma opção por um determinado tipo de passado a ser reconstruído, lembrando que o discurso histórico começa na seleção e transformação de objetos distribuídos de outras formas em documentos.[298]

Nas palavras de Rago e Funari,

> Portanto, no mesmo movimento em que se valorizava os antigos como referências fundamentais a serem copiadas e mantidas, uma narrativa histórica norteada pelas noções de objetividade e continuidade recriava os antigos à sua própria imagem, operação que permitia legitimar representações sociais de hierarquia social e superioridade racial, já que situava o presente como resultado de uma longa evolução histórica. Grandes nomes do evolucionismo, ao longo do século XIX e XX entendiam que tendo-se iniciado a civilização na Antiguidade Clássica, havia-se chegado, no presente, ao mais alto grau de desenvolvimento que a humanidade poderia atingir.[299]

[298] RAGO, M. FUNARI, P. P. A. (ORGS) *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.
[299] Idem, p. 10.

Esse imaginário preservou-se por muitas décadas e esteve na base de ideologias políticas e de políticas públicas responsáveis por efeitos nocivos e catastróficos, como a exclusão dos despossuídos em geral da esfera pública e da vida social, fato esse justificado com base em argumentos históricos e biológicos, pretensamente científicos, neutros e objetivos, como demonstrado nos outros capítulos. Nesse sentido, indaga-se pelas múltiplas formas de apropriação do passado, pelos vários modos de hierarquização, inclusão e exclusão que atravessam as narrativas históricas, pelas relações que cada sociedade estabelece consigo mesma e com o passado. Do mesmo modo, pode-se afirmar, numa perspectiva feminista, que as mulheres foram excluídas da esfera pública moderna, recorrendo-se aos tradicionais discursos cristãos de inferiorização feminina, que naturalizavam a identidade, o corpo e as relações de gênero. Portanto, a História Antiga foi utilizada em grande parte para dar legitimidade aos discursos modernos e contemporâneos, instituidores de formas sociais e culturais hierárquicas e excludentes.[300]

Partindo dessas informações, entende-se a repercussão tida por Ovídio na Inglaterra Vitoriana, ao passo que os próprios clássicos transmitiram sua imagem como imoral. No entanto, como essa imagem foi transmitida? Para isso torna-se necessário retomarmos à antiguidade.

Desde o início do período republicano romano, desenvolveu-se uma cultura política com base nas relações de tipo patriarcal, as quais se consolidaram com o desenvolvimento do poder pessoal militar em torno da figura do *princeps*. A partir de Otávio Augusto, a posição retora deste *princeps* na sociedade romana estava baseada nos antigos princípios que regulavam as relações sociais republicanas. Seu poder era ilimitado e não havia brechas para o desenvolvimento de uma ideologia de poder alternativa. De posse da *tribunicia potestas*, podia em qualquer momento fazer uso da iniciativa legislativa ou em amparo do povo romano adotar qualquer resolução que lhe agradasse. Esse poder foi complementado em 18 a.C., quando Augusto recebeu do Senado a atribuição de velar pelos costumes e pela lei, a *cura morum et legum*, quer dizer, o poder de censor. Isto possibilitou controlar os ingressos na ordem senatorial e equestre, assim como expulsar e banir aqueles julgados inimigos do Estado romano. Como portador do título de

[300] Idem, p. 10-11.

imperium proconsulare maius, governava e exercia a liderança militar sobre toda a extensão do mundo romano, seja por meio da sua influência sobre o Senado, seja por meio de seu *legatus.* Na qualidade de *pontifex maximus,* garantia a *pax deorum,* exercendo a posição de mediador entre os homens e os deuses. Dessa forma, era possuidor da maior fortuna do império e, consequentemente, podia atuar como o seu supremo benfeitor.[301]

No entanto, a expansão do império, o aumento do fluxo de dinheiro e do luxo, a influência da cultura helenística e a liberação feminina estariam entre as causas da desmoralização dos costumes romanos do final da república e início do império. Roma transformara-se na capital da festa e do prazer, ocasionando o aumento dos divórcios e dos adultérios. Nesse processo, a mulher aristocrática tornara-se mais liberada e desejosa de sua satisfação sexual, o que, em conjunto com os demais acontecimentos, provocara reflexos "negativos" sobre o matrimônio. De acordo com Lourdes Feitosa, nos aspectos gerais, essas teses apoiam-se em uma concepção weberiana da sociedade romana, na qual os comportamentos são definidos e avaliados a partir de uma norma considerada válida para todos os indivíduos da sociedade. São utilizadas noções gerais de "homem" e "mulher", e a aceitação de um modelo homogêneo de cultura baseado em textos aristocráticos romanos e/ou em conceitos morais atuais. Tais nortes teóricos justificam o uso de expressões como ato sexual "normal", "decadência moral", "permissividade", "imoralidade". Segundo a autora, fundamentados em tais princípios, esses autores reputam que o fim dessa "degradação" e a correção e moralização dos costumes sexuais romanos teria ocorrido com a influência do estoicismo e, posteriormente, com o cristianismo.[302]

Seguindo a mesma linha de análise, Manuel Rolph Cabeceiras[303] identifica que, nesse período, reconhecido como possuidor de uma conjuntura específica denominada de "conjuntura cícero-augustana", os comportamentos, atitudes e valores, ou seja, os padrões morais dos romanos

---

[301] MENDES, N. M. "Política e Identidade em Roma Republicana." In: FUNARI, P. P. A. & SILVA, M. A. O. *Política e identidades no mundo antigo.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009, p. 103.

[302] FEITOSA, L. C. *Amor e Sexualidade: o masculino e feminino em grafites de Pompéia.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005, p. 47-48.

[303] CABECEIRAS, M. R. V. "Representações culturais e publicização da vida social na literatura latina: A Mulher e o amor no *Corpus Ovidianum".* In: *Phoînix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, PP: 287-298.

passaram a ser trazidos a público. Uma outra característica, seria o aceleramento daquilo que o autor designa como uma profunda mutação mental. Segundo ele, o termo é tomado de empréstimo a Vernant em decorrência da Nova História Cultural não dispor de uma palavra para cobrir o conjunto de fenômenos os quais pretende indicar, e que teriam tido início com a expansão do domínio romano para além-Itália e a partir dos contatos de Roma com o oriente helenístico. Essa mutação mental seria claramente percebida "em nível dos comportamentos e das concepções morais, a exemplo do matrimônio". A expressão *matrimonium* vem de *mater*, *matri,* e este era o nome dado a mulher ao se casar. Tendo sua identidade definida a partir do gênero masculino, a mulher era vista unicamente como procriadora para garantir a transmissão do patrimônio de seu esposo. O objetivo da união era concluir alianças, estabelecer e consolidar amizades entre as famílias e garantir apoio dentro da cidade. Destarte, o *pater famílias* era quem decidia sobre as questões jurídicas que diziam respeito ao casamento. A matrona, dessa forma, era orientada a ter uma vida tradicional e mais retirada.

Nesse sentido, Cabeceiras se utiliza de uma passagem[304] de Sêneca em *Consolação à minha Mãe Hélvia,* em que mostra a visão tradicional da mulher tida por autores estoicos, para contrapor à ideia que Ovídio tinha da mulher romana. Nas palavras do autor:

[304] Idem, p. 290. *De ti, ao contrário, pela energia que tua vida exigiu desde o começo, temos o direito de esperar mais: não pode assumir como desculpa o ser mulher quem sempre foi imune aos defeitos das mulheres. Não te arrastou no número das demais o pior vício de nosso tempo, a falta de pudor, não te dobraram nem as jóias nem as pérolas; a riqueza nunca conseguiu brilhar a teus olhos como o máximo bem do gênero humano; a imitação dos piores, que é perigosa mesmo para os honestos, não afastou do caminho certo a ti, que foste criada numa casa antiga e austera; nunca te envergonhaste de tua fecundidade como se fosse coisa repreensível no seu tempo; nunca escondeste, como se fosse um peso vulgar, teu ventre prenhe, como fazem as outras, que se dedicam somente à beleza; nunca suprimiste nos seios os filhos concebidos; não manchaste teu rosto de cosméticos; nunca te agradaram os vestidos com os quais, quem os veste, está mais nua do que se estivesse nua: único enfeite, beleza superior a qualquer outra e não vinculada a idade alguma, máximo orgulho foi para ti a pudicícia.*
Não podemos, pois, para legitimar tua dor, servirmo-nos do pretexto de teu sexo, do qual tuas virtudes te afastam: deves manter tão longe dos prantos femininos quanto te mantiveste dos defeitos. (***Ad Helviam matrem de consolatione***, XVI)

> Para pessoas como Sêneca[305], Ovídio é o representante máximo de tudo o que repugnam: "um poeta a serviço dos tempos, acolhendo no braço de seus versos as novas práticas e modas. (...) no julgamento de um Sêneca, muito pouco nobre era visto um poema dedicado à vaidade feminina como o é o **Medicamina faciei** (...) de Ovídio, onde a beleza é apresentada como algo a ser cultivado, a envolver um trabalho duro e dedicado, enquadrado, suprema ironia!, em uma virtude agrária. De fato, para pessoas como Sêneca e, antes dele, Augusto, (...) um tal poeta era no mínimo perturbador.[306]

Com relação ao matrimônio, ele sofreu importantes mudanças promovidas pela *Lex Iulia Maritandis Ordinibus* (18 a.C), cujo objetivo era combater o celibato e facilitar a união matrimonial entre rapazes e moças de família. [307] Analisando a divisão dos sexos no direito romano, percebemos que a mulher não constituía uma espécie jurídica à parte: o direito romano teve de resolver inúmeros conflitos em que estavam implicadas mulheres, mas nunca tentou avançar a mínima definição do que era a mulher em si – apesar de que, para numerosos juristas da Antiguidade Clássica, segundo Yan Thomas, "o lugar-comum da sua fraqueza de espírito (*imbecillitas mentis*), da sua leviandade mental ou da enfermidade relativa do seu sexo em relação aos homens (*infirmitas sexus*) servir de sistema de explicação natural para as suas incapacidades estatutárias".[308]

O que é primordial para o direito é a divisão dos sexos enquanto tal. Poderia pensar-se que ela é evidente, e que a reprodução sexuada é um fato natural que o direito toma tacitamente em conta no seu sistema. Porém, na tradição jurídica romana, não se trata apenas de um fato, mas de uma norma, que exige que todos os cidadãos romanos se dividam e se unam como homens e como mulheres, como *maris* e como *feminae*. O direito romano fez, portanto,

---

[305] No entanto, o Velho Sêneca, pai de Lúcio Aneu Sêneca, tem outra opinião a respeito de Ovídio. Ele fala em sua obra de maneira favorável que as declamações do jovem Ovídio impressionaram seus colegas. (*Controversia ethica,* II, 2, 8). *Seu talento*, diz Sêneca, *era de natureza polido, agradável e simpático. Mesmo assim, sua oratória poderia ter sido tomada tanto como a poesia em prosa. Na época, porém, as pessoas só pensavam nele como um declamatório bom*. Em outras palavras, um público mais exigente teria sido capaz de ver que a eloquência de Ovídio, embora ainda licenciado em prosa, foi de variedade poética. FRÄNKEL, Hermann. *Ovid: A Poet between Two Words.* Cambridge: Cambridge University Press, 1945, p. 6.

[306] Idem, p. 291.

[307] BARBOSA, R. C. *Sedução e Conquista: A Amante na Poesia de Ovídio.* Dissertação: UFPR/Curitiba, 2002, p. 52. Uma discussão acerca da incapacidade natural das mulheres na Antiguidade foi feita na introdução deste trabalho.

[308] THOMAS, Yan. "A divisão dos sexos no direito romano" In DUBY, G. & PERROT. M. História das Mulheres. A Antigüidade., op. Cit. p. 129.

da divisão dos sexos uma questão jurídica; trata-a não como um pressuposto natural, mas como uma norma obrigatória. Esse é um dado indispensável para compreendermos que as particularidades do estatuto jurídico das mulheres não encontram a sua razão de ser apenas no quadro geral da sociedade romana, e não podem ser relacionadas apenas com a evolução econômica e social, mas se articulam também com uma norma organizadora da diferença e da complementaridade do masculino e do feminino. Não é tanto da condição das mulheres que se trata então, mas da função legal atribuída a cada sexo. De acordo com Yan Thomas,

> (...) estamos perante uma estrutura indefinidamente reproduzível, dado que sua recondução, organizada pelo direito de filiação, assegura a reprodução da própria sociedade, instituindo homens e mulheres como pais e mães, e reitera em cada nova geração não a vida, mas a organização jurídica da vida.[309]

O ato pelo qual a sociedade se instituía só podia ser representado pelo modelo em que ela se perpetuava legalmente: tudo tinha começado e tudo recomeçava pela união do homem e da mulher, *coniunctio* ou (*coniungium*, ou, *congressio*) *maris et feminae*. A divisão e o encontro dos sexos na sua legitimidade pertencia à ordem do fundamento. Segundo Thomas:

> Este é, de resto, o cerne do equívoco que separa os juristas dos historiadores ou dos sociólogos: é que para estes últimos, a idéia de fundamento do vínculo social, relegada para a esfera ideológica ou mitológica, só tem um alcance simbólico – enquanto se considerarmos o funcionamento real dos aparelhos jurídicos vemos que a revocação da norma fundadora assegura a renovação de uma entidade social indefinidamente reprodutível.[310]

Desse modo, identifica-se que a conjunção dos sexos entra em jogo com as duas ordens complementares, a da origem e a da evolução natural das instituições. Observam-se frequentemente os romanos da época clássica começarem por remontar até o advento do vínculo social, como os seus

---

[309] Idem, p. 129-130.
[310] Idem, p. 130.

antepassados o haviam feito com os mitos, para solenizar, para tornar jurídica, para dar valor de instituição humana fundamental à união do homem e da mulher. Cícero associava todo o desenvolvimento social a esse momento primordial da conjunção dos sexos. Era essa união que produzia, em primeiro lugar, a descendência prolongada por várias gerações, até a primeira cisão das unidades constituídas em torno do casal originário; era ela, em seguida, que multiplicava as relações da sociedade por meio da aliança e da cidadania.[311]

Para os juristas do império, o encontro dos sexos comandava todo o encadeamento institucional; nele o direito civil reuniu-se ao direito natural, dado que da existência das espécies vivas derivava "a união do macho e da fêmea a que nós os juristas, chamamos casamento".[312] Segundo Thomas, quando o jurista Modestino, pela mesma época, tentava formular uma definição do casamento, começava por remeter para a *coniunctio maris et feminae* que subordinava todas as uniões particulares à universalidade do encontro dos dois gêneros e fundamentava a legalidade do seu próprio acontecimento na instituição original que elas reproduziam no tempo.[313]

No entanto, tendo em vista a visão do casamento por parte dos teóricos citados, encontramos uma visão diametralmente oposta nos versos de Ovídio. A *Ars Amatoria,* que a princípio parece apenas um manual do perfeito sedutor destinado a fornecer armas ao caçador de prazer, transforma-se pouco a pouco e se enriquece à medida que os sentimentos que descreve ganham profundidade. Além das coqueteiras e dos jogos galantes, nasce o amor. Já não se procura o prazer em si, mas a partilha:

> Nasce o prazer naturalmente e não
> duma artificial provocação.
> Para que jorre a fonte do prazer
> É necessário que o homem e a mulher
> Igualmente o partilhem.
> Odeio o coito quando não é mútua
> A desvairada entrega dos amantes
> (eis por que encontro menos atrativos
> no amor praticado com rapazes).
> Abomino a mulher que se entregou apenas porque tem que se entregar

[311] BARBOSA, Op. Cit. 54.
[312] ULPIANO, *Instituta*. Apud: THOMAS, op. Cit. p. 130.
[313] Idem, ibidem.

> E que nenhum prazer experimentando
> Frigidamente faz amor pensando
> No novelo de lã.
> Aborrece-me os frutos recolher
> Das volúpias que me oferecem por dever.
> O dever não me agrada na mulher.
> Quero ouvir as palavras que traduzem
> A alegria que sente a minha amante
> Quando me pede para ir mais devagar
> E o ímpeto suster. (II, 683-692)

A poesia de Ovídio pode ser considerada erótica para alguns e indecente para outros. No entanto, aos poucos Ovídio descobre e revela a seus leitores que quando combina ternura e gratidão, o amor basta para preencher uma vida e criar entre duas pessoas um laço duradouro, ou seja, um casal deveria aliar uma compreensão mútua à atenção constante, e confiar mais no prazer para garantir a estabilidade do casamento. Dessa forma, seriam amantes e consequentemente mais felizes. As convenções da moral romana impediam Ovídio de proclamar isso, que para ele parece uma verdade da experiência, mas é a lição que se destaca de toda a sua obra.[314] Nas palavras de Pierre Grimal:

> (...) nisso consistia a imoralidade de Ovídio, e não na intensidade ou na indecência de suas descrições. Ele revelava a seu século o que este confusamente já havia percebido: que não há um amor 'permitido' e amores 'tolerados', mas que o amor, como Virgílio escrevera depois de Lucrécio, é o 'mesmo para tudo o que vive', que a paixão tem raízes em seu próprio ser e não é uma doença ou uma vergonhosa aberração.[315]

Segundo Alison Sharrock, Ovídio tem sido chamado de simpático com as mulheres. Nesse sentido, não há dúvida de que o *corpus* ovidiano proporciona um local particularmente rico para o estudo de gênero, mais do que qualquer outra poesia não dramática antiga de autoria masculina, uma vez que é o trabalho de Ovídio que esmagadoramente dá espaço para a voz feminina. No entanto, de maneira mais problemática, às vozes masculinas e femininas, as quais refletem explicitamente a sua própria identidade de gênero, soma-se o fato de

[314] BARBOSA, Op. Cit. p. 123.
[315] GRIMAL, P. *O Amor em Roma.* São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 163-164.

ser dirigido por um relacionamento conturbado com os fornecedores da masculinidade romana: o exército, a política, Augusto, o épico, e assim por diante. Além disso, "o poeta da fluidez da identidade por excelência provoca claramente uma leitura de gênero".[316]

De acordo com o autor[317], embora a identidade sexual em sua forma moderna, que propõe uma escolha entre a homossexualidade, não seja a força motriz das construções antigas da personalidade, o desenvolvimento e a manutenção do sexo foi uma das principais preocupações. Dentre suas histórias, a mais organizada no desenvolvimento da identidade de gênero é a de *Iphis*.[318] (Met. 9.666-797). O problema é que ela e sua noiva são duas mulheres. Isis chega para o resgate transformando-a em um homem. A história mostra as ansiedades em torno da aquisição da identidade de gênero, e especialmente do sexo masculino. Precisamente porque a sua solução de fantasia é tão limpa e agradável, as dificuldades na interação de natureza e criação da identidade sexual são expostas, assim como falsificadas.

Um dos mais estranhos aspectos da sexualidade romana aos olhos modernos é que o amor do sexo masculino, mesmo em suas manifestações mais convencionais, não deixa de ser um problema masculino para os romanos. Masculinidade se baseia não só no desempenho sexual, mas também na autossuficiência, o controle de si tanto em nível interno (emoções) quanto externo (liberdade política). Se a mesma coisa que faz um homem em termos de potência sexual também o desfaz, por minar sua autossuficiência, então as categorias de gênero nunca serão estáveis. É muito difícil chegar a um senso de construções romanas de feminilidade que não nos dizem mais sobre as atitudes masculinas para o outro (escravo, mulheres, estrangeiros) do que as mulheres sobre a realidade romana, mas desde que a vida de mulheres

---

316 SHARROCK, Alison. "Gender and Sexuality." In: HARDIE, Philip. *The Cambridge Companion to Ovid.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp: 95-107.

317 Idem, p. 95.

318 "Filha de Ligdo e de Telêtusa, cretenses de Festo. Antes do nascimento do filho do casal, Ligdo deu ordens a Telêtusa para enjeitar a criança se fosse menina. Na hora do parto, Ísis apareceu a Telêtusa e lhe disse para criar o nascituro, fosse ele menino ou menina. Telêtusa teve uma menina e obedecendo à deusa resolveu disfarçá-la em menino para não ter de enjeitá-la, dando-lhe o nome ambíguo de Ífis (*Íphis*) vestindo-a com roupas masculinas. Quando Ífis cresceu, uma moça chamada Iante apaixonou-se pelo falso rapaz. Acertado o noivado, (...) Telêtusa pediu ajuda a Ísis, que transformou Ífis em um rapaz. Graças à Deusa os noivos se casaram." (KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 212.)

reais romanas foi parcialmente moldada por essas atitudes masculinas, tal sentimento (como o de autossuficiência) ainda é útil. A categoria "mulher" é extremamente importante e talvez simples à primeira vista, uma vez que para encontrá-la basta olhar para o lado oposto do homem ideal ("suave, passiva e silenciosa") – mas, na prática, essa simplicidade é enganadora ("como uma mulher"?). O desempenho sexual é claro, faz parte da definição de virilidade, mas mesmo a virilidade não fica sem seus anseios.[319]

Um homem, para ser um homem, deve ser *durus*, mas o amor (para o que ele tem de ser *durus*) o fará *mollis.* Ele também deve ser impenetrável. Os historiadores da sexualidade expressam a característica definidora da sexualidade romana por meio da distinção entre o penetrador ativo e o passivo penetrado. Os homens reais não são penetrados, "mulheres" são, como diz a notória frase *muliebria pati* ("coisas de mulher"). O ponto é que, embora a sexualidade romana seja constituída com base na penetração ou não, mesmo o penetrador pode ser caracterizado pelo sofrimento *uulnus* (infligir a ferida) por ser um amante, e assim as categorias de gênero não vão ficar perfeitamente separadas.[320]

Outra questão a ser levantada está no fato de que o ato de escrever é tanto uma atividade masculina (o discurso, a autoridade), quanto é também insegura na sua posição masculina em comparação com a atividade política e militar. Para ser um poeta do amor em particular, é necessário ser tanto viril como afeminado[321]. Com esse paradoxo se desenvolve uma pungência particular para Ovídio durante seu banimento: por um lado, temos o elegíaco limpo e a falta de poder poético, mas, por outro lado, a sensualidade da sua poesia que causou sua queda é também o que torna sua "poesia do exílio" tão atraente.

Segundo Sharrock, os poemas eróticos didáticos, à primeira vista, têm uma linha muito clara sobre as construções de gênero, gerando o destinatário de uma forma muito mais explícita do que a maioria da poesia antiga. Esse engendramento não acontece apenas na divisão entre *Ars Amatoria I, II* e *III,* mas também nas regras explícitas e regulamentos sobre

---

[319] SHARROCK, op. Cit. p. 96.
[320] Idem, p.97-98.
[321] WYKE (1995), SHARROCK (1995), WHEELER (1999).

o vestuário adequado e comportamento de ambos os sexos. Mas todas estas distinções são claras e sutis, se não inferiores, pela intromissão de um terceiro – o autor – e pela problematização das imagens de gênero. O jovem amante, aprendendo a ser um macho adulto, é ele próprio seduzido pelo poeta-professor, e é ensinado a ganhar perdendo. Apesar disso, ou por causa de um vocabulário militar e de gladiadores, parece que, muitas vezes, aprender a ser um amante pode não ser a melhor e mais viril maneira de aprender a ser um homem romano.[322]

Escrever poesia, para Ovídio, não se trata apenas da "sexualidade" como tema, o que já é em si uma experiência erótica na qual dificilmente se estabelece uma clara distinção entre sexo e poesia. Mas, apesar de todas as instabilidades e subversões do gênero na voz do poeta e na sexualidade romana, a verdade é que os poetas são quase todos homens, e Ovídio é um homem. Isso torna ainda mais notável que tanto espaço no *corpus* ovidiano seja dado às mulheres. A *Heroides* é de particular interesse aqui por uma questão crucial. Até que ponto pode-se ser capaz de ler "A voz de mulher"? Que tipo de voz de gênero é produzida por um autor masculino falando através de uma máscara feminina, mas incluindo completamente sua autoridade masculina na escrita feminina? Os poemas não têm estrutura, nenhum sinal explícito pelo autor de que o texto lido é realmente um texto masculino. Além disso, os poemas partilham várias características femininas. Em certo ponto de vista, é apenas um efeito da realidade. Uma leitura mais recuperativa encontraria esses poemas como expressão do feminino.[323]

As mulheres destinavam-se a "ser silenciadas". A supressão de vozes femininas, corpos e sexualidade é uma história muito comum na cultura da antiguidade e no *corpus* ovidiano, o que é sentido em *Metamorphosis*. Pode-se ver como a perda da humanidade, da autonomia e do discurso está vinculada com a sexualidade das mulheres em três histórias de estupro e metamorfose: Daphne, amada por Apolo e transformada num loureiro; Ió, amada por Júpiter e transformada em uma vaca; Syrinx, amada por Pan e transformada em uma flauta. Em cada caso, a mulher mudou-se

[322] SHARROCK, op. Cit. p.98-99.
[323] Idem, p. 99.

para reconhecer a sua dominação. "Por ato do discurso acentua a sua perda de voz. Esta perda é identificada pelo pai como a perda de humanidade." [324]

Todo o *corpus* ovidiano está em diálogo com os mais poderosos significados constemporâneos da ordem masculina: Augustus, arma (guerra épico) e vida política. É um diálogo cheio de tensões, mas seria errado considerá-lo como uma simples oposição entre a masculinidade romana e a diferença/desigualdade ovidiana. As imagens de amor que ajudam a construir o mundo elegíaco da *Ars Amatoria* e *Os Amores* se opõem e participam nas normas de masculinidade romana.

Sharrock levanta e sucumbe a um problema fundamental no estado atual dos estudos de gênero: é muito comum se referir a "sexo" e "sexualidade" juntos e agregar "mulheres" na mesma "pilha" conceitual, mas para isso elide algumas diferenças importantes. Por que as questões das mulheres, mais do que qualquer outra coisa sobre mulheres, homens, vida, e tudo mais, estão ligadas à sexualidade e segregadas à tendência predominante da História? Essas tendências surgem porque as pessoas ainda veem a masculinidade como normativa, e assim "gênero" significa "gêneros diferentes", que significa "mulher", que para completar o círculo significa "sexo" (ambos sexo-diferença e experiência erótica).[325]

Nessa mesma linha de abordagem, Feitosa cita outra conhecida inadequação. A transposição simplista dos conceitos de homossexual e heterossexual para a análise da experiência sexual no mundo antigo. Nesse universo, o fato de um homem fazer sexo com outro homem ou com mulher não era suficiente para identificar a sua categoria sexual. Nas palavras da autora,

> (...) longe de fundar uma espécie – o "homossexual" – a relação sexual entre dois homens era considerada uma prática erótica compatível com o casamento com o sexo oposto, não excludente, pois, da relação com as mulheres. A passividade sexual masculina é considerada por Sêneca "indecência e crime para os livres, fatalidade para o servo e obrigação para o liberto".[326]

---

[324] Idem, p. 100.
[325] Idem, p. 104-105.
[326] FEITOSA, L. "Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: A Antiguidade em nossos dias." IN: *História: Questões e debates*. Curitiba, n. 48/49, 119-135, 2008. Editora: UFPR, p. 132.

Nessas palavras, Sêneca estabelece aquilo que lhe parece como a "ordem natural": a função sexual ativa do homem aristocrático e cidadão, compatível com o seu autodomínio, integridade física, controle e domínio sobre os demais membros da sociedade e povos: mulheres, libertos e escravos. De acordo com a autora, como já tratado anteriormente, a sua virilidade estaria representada em seu ativo papel sexual e social. Feitosa aceita o fato de que é notória a semelhança dessa ideia de Sêneca em obras historiográficas contemporâneas. *Isso acontece porque esses autores acatam a visão aristocrática do desempenho sexual definido para cada grupo e a reproduzem como legítima e padronizada.* No entanto, é importante ponderar sobre a rigidez apresentada em relação ao comportamento sexual dos aristocráticos – função ativa – e da subserviência de seus "comandados".[327]

Muitas vezes, no *corpus* ovidiano, a sexualidade oferece uma visão alternativa do mundo, mais explicitamente na *Ars Amatoria*, onde o sexo é configurado como uma alternativa para a cidadania de Augusto. Embora o poema se apresente negando qualquer ensinamento contra as leis de adultério de Augusto, em partes de sua apresentação desmente sua reclamação. O poema didático enfraquece o casamento, não tanto porque Ovídio pensa que o adultério é uma coisa boa, mas com o objetivo de oferecer uma alternativa ao controle social de Augusto. Esse pensamento insere-se num contexto de produção elegíaca. Para Ronald Syme,

> Os poetas elegíacos no tempo de Augusto eram estranhos a "res-publica", indiferentes ao matrimônio, a família, a procriação. Eles declaram a primazia do amor e do indivíduo. [328]

A elegia erótica, segundo Paul Veyne[329], é uma das formas de arte mais sofisticadas de toda a história da literatura. Dois ou três decênios antes do começo da nossa era, jovens poetas romanos, Propércio, Tibulo e, na geração seguinte, Ovídio, decidiram-se a cantar na primeira pessoa, com seu verdadeiro nome, episódios amorosos e a relacionar esses diversos episódios

---

[327] Idem, ibidem.
[328] SYME, R. *History in Ovid.* Oxford: Clarendon Press, 1978, p. 200.
[329] VEYNE, Paul. "A Elegia Erótica Romana. O amor, a poesia e o Ocidente". São Paulo: Brasiliense, 1985.

a uma só e mesma heroína, designada por um nome mitológico; a partir de então os leitores passaram a imaginar os poetas e suas amantes; Propércio e sua Cíntia, Tibulo e sua Delia, Ovídio e sua Corina.

Na Grécia e em Roma, os gêneros poéticos eram facilmente classificados segundo a métrica na qual eram escritos, do mesmo modo que o são as danças conforme o ritmo; esses versos de amor eram feitos em ritmo elegíaco. Segundo Paul Veyne, a elegia romana é uma poesia que só requer o real para abrir uma fenda imperceptível entre ele e ela, no caso o autor e a heroína, à qual poetas como Ovídio, Propércio e Tibulo mendigavam noites de amor. No princípio, estava estabelecido que ela, a heroína, distribuiria seus favores como quisesse e a quem quisesse. Adorada por poetas nobres, ela não é uma dama nobre e sim uma mulher de vida considerada irregular, a quem os poetas estariam prontos para tudo, menos desposá-la. Percebemos que a heroína é "uma impura"; portanto, a elegia erótica se tornou um quadro do *demi-monde*, como diria Paul Veyne, ou seja, um mundo das mulheres de reputação e costumes equívocos e duvidosos.[330]

Ainda referente a esse contexto, num âmbito de visão mais restrito, é preciso perguntar até que ponto a legislação social e moral modificou o comportamento de homens e mulheres. Libertas da casa imperial e atrizes sedutoras havia em abundância na alta sociedade, as quais eram presença marcante nos passatempos literários. No que diz respeito às outras senhoras comemoradas na elegia romana, estudiosos criaram uma dicotomia: as mulheres são ou imaginárias (como a luz dos amores antigos ou recentes de Horácio) ou libertinas por *status*: *hetaerae*, "cultivadas", na linha de atrizes e musicistas. Num contexto anterior à chamada *Pax Romana*, um momento de guerras e conflitos proporciona uma série de problemas familiares que provocam divórcios intimados por razões que o autor denomina de "alta política". Como já foi dito, buscavam-se uniões pertinentes às causas políticas.[331]

Esses acontecimentos levaram mulheres a uma existência marginal por meio da calamidade, ou o amor ao prazer: mulheres de casas em

---

[330] Idem, p. 10.
[331] Exemplos em SYME, Op. Cit. p. 200-201.

ruínas que tinham perdido os maridos por morte ou divórcio; meninas de famílias em dificuldades poderiam estar em exposição em jogos, no teatro e sob os cuidados de cortesãs. Elas possuíam educação, talentos e graciosidade para iludir os jovens poetas ou altos funcionários do governo.[332] Para essas mulheres, a princípio, é que a *Ars Amatoria* de Ovídio foi escrita.

No entanto, se a *Ars Amatoria* aparece como uma alternativa ao casamento, isso não serve para todo o *corpus* ovidiano. Na opinião de Sharrock, alguns mitos permitem abrir espaço também para o exame de assuntos familiares que raramente são percebidos em outro lugar na literatura antiga. Histórias como de Alcmena (Met. 9,275-323), por exemplo, constituem um contraste para a masculinidade épica dos maiores heróis e oferecem uma visão alternativa do mundo. No entanto, a força motriz do épico, por natureza, tende a obstruir um ponto de vista "feminilizado". No final das *Metamorphosis,* percebe-se uma elisão gradual do feminino o pessoal, o sexual, que culmina no grande final da deificação de César e a planejada deificação de Augusto. Em todo o estresse irônico sobre a importância hereditária da adoção de Augusto por César, não há – ou pode haver – qualquer indício do papel da mulher na procriação. A ideologia imperial suprimiu a mulher. A construção da feminilidade que não ganha lugar no sistema é a celebração tradicional da mulher como o canal de castas para a progressão patriarcal.[333]

Essa ideologia imperial apoiava-se na antiga moral e costumes retomados do período republicano por Augusto. Autores considerados tradicionais no que diz respeito à tendência filosófica e moral, a exemplos de Cícero, anterior a Ovídio e Sêneca, este posterior a Ovídio, fazem observações sobre a dissolução de costumes gregos e romanos. Como exemplo, tem-se esta passagem de Cícero em *Da República*:

> Nossos antigos costumes proibiam que os púberes se despissem no banho. Desse modo procuravam afirmar as raízes do pudor. Em compensação, entre os gregos, que exercícios tão absurdos os de seus ginásios, que ridícula preparação para os trabalhos da guerra, que lutas e que amores tão livres e dissolutos! Passo por alto Eléia e Tebas, onde era autorizada a mais libidinosa e absoluta licença. Os próprios lacedemônios, concedendo tudo nos amores da juventude,

[332] Idem, p. 202.
[333] SHARROCK, Op. Cit. p. 105.

> exceto o estupro, levantaram apenas uma débil muralha entre o que toleravam e o que proibiam; permitir reuniões noturnas e todo gênero de excessos era querer deter um rebanho com um lenço. (Livro IV: III)

Cícero reprova claramente o que ele chama de "comportamento libidinoso" e "todo o tipo de excesso"; comportamento esperado de um autor com influências estoicas e fortes valores morais. No livro V, Cícero argumenta a respeito das antigas instituições, bem como da República Romana:

> (...) sem nossas instituições antigas, sem nossas tradições veneradas, sem nossos singulares heróis, teria sido impossível aos mais ilustres cidadãos fundar e manter, durante tão longo tempo, o império de nossa República. Assim antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insignes, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insigne, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, (...) como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e os últimos contornos. Que resta daqueles costumes antigos, dos quais se disse terem, sido a glória romana?(...) Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo. (Da República. Livro V: I)

Esses valores e princípios citados por Cícero possuem forte influência estoica. O estoicismo, fundado em Atenas por Zenão de Cítio, entrou em Roma na passagem do século III para o século II a. C., por meio de Panécio e Possidônio.[334] Teorizado por Crisipo, tinha uma visão panteísta do mundo, segundo a qual ele era governado pela providência ou divina razão.[335] Para essa visão, a alma do homem tem uma centelha que lhe permite conhecer e compreender as leis que governam o mundo, e, seguindo-as, torna-se feliz. Porém, o saber é uma condição necessária para alcançar a felicidade,

---

[334] OMENA, L. M. *Pequenos poderes na Roma Imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca.*Vitória: Flor&Cultura, 2009, p.40. Segundo a autora o Estoicismo dividi-se tradicionalmente em três períodos: estoicismo antigo (séculos III e II a. C), no qual essa filosofia se constitui pelas contribuições de Zenão de Cítio (332-262 a. C), Cleantes de Assos (312-232 a. C.) e Crisipo de Sólis (272-204 a. C.); estoicismo médio (séculos II e I a. C.), representado por Panécio (185-180 – 100 a. C.) e Possidônio (140-130 – 59-40 a. C.), os quais introduziram o estoicismo em Roma; e o estoicismo romano ou imperial (até o séc. II d. C.), ligado a quatro nomes: Sêneca, Musônio Rufo (30 até o final do século Id. C.), Epiteto (50-125/130) e Marco Aurélio (121-180).

[335] Mais informações em CHÂTELET, François (org). *História da Filosofia: idéias, doutrinas*. Vol. 1 – "A Filosofia Pagã." Rio de janeiro: Zahar, 1981
PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica II.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p.96.

e ser sábio é ser feliz e virtuoso. O homem sábio está livre de afetos e paixões e é temente a Deus.

O estoicismo faz parte de um sistema filosófico que teve acolhimento entre os romanos por meio do "círculo dos Cipiões". De acordo com Pereira, Cipião Emiliano se beneficiou da biblioteca de Perseu, trazida da Macedônia por Paulo Emílio e do magistério de Políbio, prisioneiro de Guerra que se tornou um dos maiores historiadores da Antiguidade. Ligado a Cipião Emiliano e sofrendo sua influência, esteve todo um grupo de intelectuais, entre os quais estão personalidades como Lucílio, o criador da sátira, o comediógrafo Terêncio, além do filósofo Panécio, membro da escola estoica. Segundo a autora, é por essa via que o sistema filosófico, que teve acolhimento tal entre os romanos que se pode falar de assimilação, entrou na urbe. No entanto, outro modo de influência, não menos importante, e que vai repercutir-se em toda a cultura europeia é exercido pela obra *Dos Deveres* de Cícero. Juntamente com o epicurismo, o estoicismo esteve entre os sistemas de maior evidência no período helenístico, ambos fundados no final do século IV a. C., logo após o ceticismo. Sêneca e Marco Aurélio foram seus maiores cultores na época imperial.[336]

Segundo Luciane Omena[337], a filosofia defendida por Sêneca pretendia ultrapassar os limites da eloquência, para alcançar a prática da *virtus.*[338] Em suas palavras:

> Aos olhos de Sêneca a filosofia era o amor, o impulso pela sabedoria que se definia pelo bem supremo do espírito humano. Embora existissem várias maneiras de definir filosofia, o pensador a interpretava como sendo o estudo da virtude. Filosofia e virtude eram, portanto, inseparáveis. (Epist. Mor. 89,8).[339]

---

[336] Idem, pp. 93-98.
[337] OMENA, Op. Cit. p. 39.
[338] De acordo com Maria Helena, (Op. Cit.) a *Virtus* era sentida como um valor fundamentalmente romano, não obstante o paralelismo que acusa com o conceito grego correspondente. As interpretações podem reduzir-se a três orientações principais: a que vê aqui a antiga *virtus* aristocrática, a que lhe opõe a etiqueta estoica, e a que a situa na convergência da *virtus* romana com a *Aretê* grega. A interpretação estoica a designa com as noções de "reto", "útil" e "honesto". Em *Tusculanas* II. 13.30, Cícero se aproxima da definição dada como estoica: "(...) aquilo que chamamos honesto, reto, conveniente, dando--lhe por vezes o nome de *virtus* (...)". PP: 399, 401, 402, 403.
[339] OMENA, Op. Cit. p. 42.

A piedade, a inveja, o ódio, a rivalidade, a cólera, o amor e o ressentimento eram contradições irracionais da alma. Sêneca propunha o combate desses vícios pelo exercício da virtude, o domínio dos sentimentos e o enfrentamento das vicissitudes com tranquilidade. Felicidade, portanto, era o homem "dotado de reto juízo, feliz; que se contente com seu estado e condição, qualquer que seja, e aprecie o que é de sua posse; feliz quem confia à razão a gerência de toda a vida". Porém, segundo Omena, dentre as obras de Sêneca, nove tragédias sem datação segura têm por base o modelo das tragédias gregas, além da influência latina, sobretudo Ovídio e Rufos.[340] Dentre as obras citadas está *Medea*, possivelmente influenciada, além de sua versão grega, pela *Medea* de Ovídio.

Partindo das informações expostas no decorrer deste capítulo, no que diz respeito à opinião de alguns autores clássicos sobre Ovídio e suas obras, norteados por valores filosóficos com tendências estoicas, torna-se compreensível a interpretação de Ovídio no século XIX, tendo em vista o fato de os vitorianos e grande parte da cultura ocidental ter se instruído com base na antiguidade clássica. A educação se torna o caminho para essa percepção. Os dados apresentados até este momento demonstram como a educação clássica e os estudos da língua latina estiveram presentes durante toda a formação do pensamento europeu ocidental. Autores clássicos, ideais republicanos, democráticos, imperialistas e morais foram tratados convenientemente em cada país de acordo com os interesses do momento, assim como a importância dos valores clássicos foram assimilados conforme o ideal almejado; ideal de cavalheiro, de civilidade e assim por diante. Destarte, Ovídio foi desprezado e colocado em segundo plano pelos vitorianos, no entanto nunca deixou de estar presente como será demonstrado a seguir.

[340] Idem, p. 49.

OVÍDIO E OS VITORIANOS

"Excluído" dos círculos formais, em que deveria vigorar a figura da matrona, representativa dos valores tradicionais da mãe, e não da mulher, é na elegia erótica romana, e também na sátira, que o desejo feminino tem lugar. É nesse lugar que a imagem da mãe cede espaço à da mulher, visto que esta não tem os mesmos comprometimentos que aquela, considerando-se que o casamento não é o lugar normal do desejo sexual.[341] Talvez seja exatamente esse o ponto crítico que levou Ovídio a ser considerado como um degenerado, o frívolo autor do poema mais imoral jamais escrito, sendo usado no séc. XIX como exemplo de uma moral que não deveria ser seguida.

No entanto, no que diz respeito ao estudo da construção de uma moral sexual vitoriana, deve-se levar em conta o contexto literário do momento, haja vista o fato de política, cultura e arte se basearem na literatura para a construção dessa moral. Nesse sentido, propõe-se analisar os autores que leram e se utilizaram de Ovídio e que, conforme os valores do momento influenciaram na construção de uma moral sexual que se adequasse à necessidade de expansão de um império moderno, que, para manter-se, impunha uma rígida moral aos costumes.

Durante o século XIX, uma tradição de pensamento conhecida pelo nome de *culture and society* emerge na Grã-Bretanha, impulsionada pelas figuras intelectuais do humanismo romântico. Para além de suas divisões ideológicas, essas figuras têm em comum o fato de denunciarem os estragos da "vida mecanizada" como efeito da civilização moderna. A identidade nacional é então confrontada com o triunfo de uma *middle class* que desqualificou a arte como ornamento não rentável, com a perda de influência da aristocracia hereditária e com a irrupção das classes populares. O conceito de cultura se torna a pedra de toque de uma filosofia política e moral. A literatura se torna seu símbolo vetor. A frequentação das obras é tida como

[341] SILVA, Glaydson J. *Aspectos de Cultura e Gênero na 'Arte de Amar' de Ovídio e no 'Satyricon' de Petrônio:* Representações e Relações. (Dissertação de Mestrado) P. 367.

capaz de modificar o horizonte de sensibilidade de uma sociedade presa à ideologia do "feito".[342]

Uma característica da literatura vitoriana é seu objetivo altamente moral, aliado a uma técnica romântica: a linguagem é rica e bastante ornamental.[343] Nesse sentido, surge o homem de letras como herói, visto como "um produto das novas eras", conforme Thomas Carlyle (1795-1881). Ele era convicto de que a história universal consiste essencialmente na compilação das biografias dos heróis, de que ela é o resultado material dos pensamentos dos grandes homens providenciais, aptos a recriar uma "nova alma do mundo", a fim de deter a crise de civilização precipitada pela marcha forçada rumo a uma industrialização precoce.[344] Tendo em vista esse contexto literário, torna-se compreensível a recepção tida por Ovídio no círculo literário vitoriano.

De acordo com Norman Vance[345], no século XIX, o prestígio de Ovídio caiu a níveis muito baixos. Segundo ele, essa generalização quanto ao prestígio de Ovídio é plausível principalmente se considerarmos a sombra que Homero e os Eruditos gregos revitalizados lançaram sobre quase toda a poesia latina nesse período, no entanto, isso não é inteiramente verdadeiro e se aplica muito ao século XIX. A aprovação da crítica com relação a Ovídio nunca foi universal e, mesmo na Antiguidade e nos meados do séc. XVIII, o entusiasmo por ele parece que foi esmorecendo. Por outro lado, Ovídio continuou a ser conhecido pelos alunos, o ponto de partida do aprendizado do início da poesia latina e parte do pensamento da época e sentimentos expressos por escritores e pintores.

Parte da dificuldade de se acessar o significado de Ovídio no séc. XIX é que não se consegue vê-lo por si só. Sua influência quase sempre é mediada, às vezes por antigas pinturas com elementos ovidianos, como as de Polidoro da Andrômeda de Caravagio, que assombrava o jovem Browning, ou a morte de Piero de Cosimo de Pocris, que inspirou um poema de Austin Dobson. Mesmo sem os pintores, outros poetas, tradutores, comentaristas e

---

[342] MATTELART, A.; NEVEU, E. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 19.
[343] BURGESS, Anthony. *A Literatura Inglesa*. São Paulo: Ática, 1996, p. 215.
[344] MATTELART, Op. Cit. p.20.
[345] VANCE, Norman . "Ovid and the nineteenth century." In: MARTINDALE. Ovid Renewed : Ovidian influences on literature and art from the Middle Ages to the Twentieth Century. Cambridge, 1988, p. 215.

compiladores sempre se interpunham entre Ovídio e o leitor do sec. XIX. Chaucer, Shakespeare e Milton, Natalie Comes, George Sandys e John Leprière, todos agruparam desconcertantes fileiras de lentes coloridas e espelhos mais ou menos distorcidos em torno de Ovídio[346], que estava longe de ser a única fonte disponível de informações sobre questões mitológicas, mesmo sendo por longo tempo a mais importante e mais conveniente. Havia mais autoridades nesse assunto tanto gregas quanto latinas. Os hinos homéricos, Hesíodo e Apolodoro, além dos autores das tragédias gregas, poderiam suprir os detalhes que não são encontrados em Ovídio.

Outro problema é a desintegração de Ovídio no século XIX. Sua poesia e o poeta se afastaram muito do conhecimento popular; o Ovídio visto como "o libertino", "o sofisticado", "o diplomata do cerco do amor" tinha a tendência de se distinguir do Ovídio das quase desconhecidas fontes mitológicas. Isso também produziu um infeliz e curioso efeito de tornar Ovídio simultaneamente detestável como personalidade e quase invisível como poeta, muitas vezes identificado como um Byron romano. No entanto, devido a essa comparação, mais biográfica que textual, é que Byron atraiu os leitores do séc.XIX.

Até mesmo o próprio Lord Byron incentivava essa identificação. Exatamente como a *Ars Amatoria* foi considerada, entre outras coisas, como um "burlesco" poema didático latino, assim *Don Juan* irreverentemente encarna um zeloso e sombrio, moralmente impecável, e longo poema do início do séc. XIX: *Agora, se meu Pégasus não manquitolar, esse poema tornar-se-á um modelo moral (...)*, promete ele.[347]

Nas palavras de Sybil Rose, em sua tese de doutorado de 1922, Byron é interessante pelo fato de que ele traz de volta para nós Ovídio como o poeta do amor, especialmente em *Don Juan*.[348] Mais uma vez, tais alusões mostram que Byron foi bem familiarizado com a vida de Ovídio e

---

[346] VANCE, (1997), Op. Cit. p. 154.
[347] VANCE, (1998), Op. Cit. p. 217.
[348] *"Oh Love! Of whom great Caesar was the suitor,*
Titus the master, Antony the slave,
Horace, Catullus, scholars, Ovid tutor..." and again...
"When amatory poets sing their loves, (...)
They little think what mischief is in hand,
The greater their success, the worse it proves,
As Ovid's verse may give to understand."
ROSE, Sybil. *Ovid in English Literature*. (Tese) London, 1922, p. 171.

poemas de amor.

Para Sara Mack[349], de todos os poetas que escreveram em inglês, Byron é talvez o mais próximo em perspectiva e estilo. Muito do humor em seu *Don Juan* tem um anel ovidiano. O poeta que resumiu buscas da humanidade, afirmando que nada pode[350] tem uma alma ovidiana, de fato, quando Byron pensou sobre a poesia de amor, pensou em Ovídio:

> When amatory poets sing their lover
> In liquid lines mellifluously bland,
> And pair their rhymes as Venus yokes her doves,
> They little think what mischief is at hand;
> The greater their success the worse it proves,
> As Ovid's verse may give to understand. (5.1)

Com a "língua afiada", Byron denuncia os perigos morais associados com a atratividade exercida pelos versos de amor sensual escritos por Ovídio (*D.Juan* V i 2). *Ovídio é um libertino, como metade de seus versos demonstram (...)*,informa-nos ele, fingindo simpatizar com o dilema da mãe de D. Juan enquanto ela busca fornecer a seu filho uma educação que seja tanto estritamente moral quanto estritamente clássica. O problema dos "perigos morais" se resolve quando se usam edições expurgadas de todas as passagens consideradas indecentes que são convenientemente coletadas no final. Mas, conforme alguns historiadores da literatura, a história das aventuras de D. Juan de Byron pode ser chamada de uma exploração d'*A Arte de Amar.*

Assumindo o papel de alguém mundialmente experimentado nos assuntos do coração, um papel que Ovídio há muito já desempenhava até a perfeição, Byron aconselha moderação no amor: *Em resumo, a máxima para a tribo do amor é Horaciana, "medio tu tutissimos ibis".* (*D. Juan* VI, XVIII, 7.)

De acordo com Vance[351], é possível que Byron tenha cometido um deslize acidental, pois moderação é um tema horaciano e a expressão "meio dourado" vem de uma frase de Horácio, mas é muito mais provável que ele espere que notemos que isso é uma etiqueta de Ovídio atribuída a Horácio para vestir a perspicácia "cínica" de Ovídio como sabedoria de Horácio.

---

[349] MACK, S. *Ovid*. New York: Yale University Press, 1988, p. 162.
[350] *After long travel, ennui, Love or slaughter*
Vie with that draught of hock and soda water, (2.180)
[351] VANCE, (1998), Op. Cit. p. 217.

Pode ser uma coincidência que Júlia, a primeira amante de D. Juan tenha o mesmo nome que a filha, considerada adúltera do Imperador Augusto, tradicionalmente, bem como erroneamente identificada como a amada de Ovídio e a Corina de Amores. Por outro lado, a Júlia de Byron inspira paixões um pouco confusas num jovem "em sentimentos rápidos como os da Senhora Medeia de Ovídio" (D. Juan II, XXXVI, 4). Byron deve ter sabido que, na Renascença, a Júlia, essa personagem histórica, aproveitou-se da proeminência literária tão merecida como a *femme fatale* de Ovídio.[352]

Genericamente, nas palavras de Norman Vance, Ovídio era considerado como um degenerado e numa idade de degeneração, o frívolo autor do "poema mais imoral jamais escrito". Pode-se ser tentado a culpar, pela lenda persistente de Ovídio como libertino, o entusiasmo do séc. XIX por biografias moralizantes como sendo a melhor maneira de entender tudo. Carlyle, como afirmado anteriormente, havia ensinado que a história do mundo nada mais era do que a biografia de grandes homens. Nesse clima, era quase inevitável que Ovídio devesse aparecer como poeta romântico ou banido[353] com justiça por causa de um livro "iníquo" e provavelmente pela vida "iníqua" que o capacitou a escrevê-lo.

A novela em verso de Robert Browning, *The Ring and the Book,* além de utilizar a lenda de Ovídio, possui também alguns elementos ovidianos, no que diz respeito à conspiração do poder político e sexo ilícito[354], como supõe alguns escritores moralistas a respeito do banimento de Ovídio, em que é possível perceber que o autor a utiliza de forma mais clara, sem a tentativa de ocultá-lo.[355] Browning incorporou Ovídio na estrutura dramática e poética da obra *The Ring and the Book* certo de que todo mundo sabia quem

---

[278] O poema neoplatônico de George Chapman "O banquete dos sentidos de Ovídio" (1595) apresentou Ovídio como observador oculto saturando seus sentidos no espetáculo de Júlia banhando-se e brincando com seu alaúde, e o Poeta Ster de Ben Jonson (1602) usou o perigoso amor de Júlia e Ovídio como evento secundário.

[353] Os Atenienses utilizavam o termo "ostracismo". A palavra "exílio" é utilizada no período moderno. Neste caso, optei pelo termo "banido" para me dirigir à sociedade romana; no entanto, o termo "exílio" aparecerá por ser utilizado pelos poetas ingleses.

[354] O conde Guido, um nobre empobrecido, casa-se com uma rica donzela por seu dinheiro que, afinal, revela não ter. Então ele a perturba até que um jovem cônego a salva de seu marido, somente para ser exilado por adultério. Guido então contrata uns capangas e assassina sua esposa. BROWNING, Robert. "XI. Guido". The Ring and the Book. Kessinger Publishing, pp.525-593.

[355] BROWNING, Robert. "XI. Guido". *The Ring and the Book*. Kessinger Publishing, pp.525-593.

era Ovídio, mas que somente um rebelde se atreveria a uma íntima identificação com ele.

George Meredith descobriu essa dificuldade quando tentou recontar a história de Dafne da obra *Metamorphosis* em um poema sensualmente keatsiano[356] três vezes maior que o original. Não foi seu melhor nem mais vívido trabalho, mas dificilmente mereceu a crítica: "Ovídio já é bem ruim, mas Dafne e o 'estupro de Aurora' nesse volume são bem piores, com sua voluptuosidade estudada e ampliada muito mais que em Metamorphoses."[357] Meredith amava as florestas, os riachos e o cultivo da terra assim como Ovídio, mas depois disso, evitou demonstrar muito interesse nele. Em *The Egoist*, tal como em muitas novelas vitorianas de seu tempo, as citações em latim proliferavam na narrativa e engordavam o discurso daquelas pessoas de boa família e educação, mas enquanto Catulo, Horácio e Virgílio eram frequentemente invocados, ficava bem clara a ausência de Ovídio. Outros poetas romanos devem ter vivido e amado irregularmente, mas não sofreram o banimento por causa da licenciosidade.[358]

Segundo Wilkinson[359], Macaulay leu todos os poemas de Ovídio pelo menos uma vez durante sua permanência em Calcutá. De acordo com seu biógrafo, ao relatar a opinião de Macaulay sobre Ovídio, discorre:

> Ele era evidentemente abençoado pela Heroides, mas satisfeito com Amores. Da Ars disse ele: "O melhor de Ovídio". O Fasti foi quase demais para ele, no Tristia ele encontrou um conjunto de poemas muito melancólico. Com Metamorfoses, apesar de tudo ser muito bem incluído, ele ficou decepcionado com a primeira leitura, embora tenha gostado mais de uma segunda leitura compenetrada.[360]

Outros críticos do séc. XIX, mesmo aqueles que gostavam dos poemas mais do que Macaulay gostava, encontram desaprovação moral do poeta que, "apesar de muito ligado às mulheres", estava completamente sem apoio no exílio abrandando qualquer entusiasmo que eles possam ter tido. O

---

[356] Diz respeito ao modelo literário de John Keats, o último poeta romântico da Inglaterra. A poesia de Keats é caracterizada por um imaginário sensual, mais visível na sua série de odes.
[357] BARRETT, P. M. *Poems of George Meredith*. London: New Haven and London, 1970, II. 1172.
[358] Idem, ibidem.
[359] WILKINSON, L. P. *Ovid Recalled.* Cambridge: Cambridge University Press, 1955.
[360] TREVELYAN, G. O. *Life and Letters of Lord Macaulay.* London, 1908, p. 725.

conservador anglo-irlandês William Preston, homem de letras, tentou associar a deficiência moral e estética reclamando que Ovídio

> (...) foi um dos primeiros a estragar (...) o puro gosto dos romanos. Ele é profuso com as flores e ornamentos em passeios da imaginação, em conceitos e espirituosidade, em sua moralidade ele é relaxado e depravado (...). Muitos de seus assuntos são licenciosos, muitos imorais no mais alto índice e não somente em passagens aleatórias, mas em inteiras composições o são, altamente ofensivos à decência, e devem chocar o leitor modesto. [361]

O Ovídio "transgressor" da moral e da estética sobrepujou o Ovídio poeta espirituoso e elegante, exceto na opinião de Walter Savage Landor, cujo republicanismo sólido e *anti-establishment* lhe deu uma inclinação natural por transgressores, particularmente se tivessem estilo. Em algumas de suas *Imaginary Conversations* (1824-9, 1853), ele faz com que a romana Messala, os italianos Petrarca e Vittoria Colonna, como também o próprio Landor louvem a facilidade e ingenuidade de Ovídio.[362] Sua fértil imaginação e seu dramático poder de retórica particularmente no contexto entre Ulisses e Ájax nas *Metamorphosis* excede em muito Virgilio.[363] Sybil Rose partilha da mesma opinião que Vance, acrescentando que "é decepcionante que Landor utilizou poemas de Ovídio tão pouco em suas próprias obras." [364]

Mas ninguém pode evitar a suspeição de que Landor teria sentido uma inclinação ao poeta exilado de Augusto, ao poeta que cantou a glória que viria sobre Augusto. Algumas outras recomendações a Ovídio contêm a mesma leve qualidade perversa. A longa guerra entre a opinião pública puritana, às vezes classificada como *Sr. Conservador* e a livre expressão artística da experiência humana inevitavelmente arrastaram Ovídio para as "barricadas". Se o *Sr. Conservador* iria reclamar da tradução literal e clara de Sir. Richard Burton das *Arabian Nights*, conforme observou John Addington Seymons, deveria igualmente reclamar sobre a tradução de Ovídio

---

[361] PRESTON, W. *Some considerations on the History of Ancient Amatory Poets.* London, 1805, p. 14.
[362] LANDOR, W. S. *Works and Life*. 8 vols. London, 1872, II 414, 475.
[363] VANCE, (1997), Op. Cit. p. 161.
[364] ROSE, S. Op. Cit, p. 171.

"agora dentro do alcance de qualquer estudante". Algernon Swinburne defendeu Rabelais contra a sociedade para a supressão do vício com argumento similar, ironicamente recomendando a supressão de Ovídio e outros poetas latinos e, é claro, da Bíblia no interesse da pureza literária.[365]

Swinburne, de acordo com Rose[366], leva a maioria dos detalhes de Ovídio à *Atalanta in Calydon,* mas a forma do poema é a do drama grego. No entanto, Swinburne não se importava realmente com Ovídio, de acordo com seu biógrafo.[367] Seu entusiasmo pelo clássico estava voltado para a Grécia e não para os romanos. Onde a maioria dos poetas escreveria versos no vernáculo ou, excepcionalmente, em latim, Swinburne dedicou sua tragédia em versos sobre Meleager e Atalanta em *Atalanta in Calydon*, com 100 linhas de letras gregas dirigidas a Landor. Elas foram inseridas entre uma epígrafe de Eurípides e outra de Ésquilo, ambos fazendo alusão à lenda de Meleager, para se estabelecer expectativas de uma tragédia grega em inglês. Estribilhos líricos contendo os melhores poemas de Swinburne, passagens de diálogos concisos aproximando-se das tragédias clássicas da *stichomythia*[368] e um aparato de mensageiros para relatar muitas ações que foram criadas surgem para confirmar essas expectativas. Mas, segundo Vance, a peça é "longa demais, florida demais, indisciplinada e destemperada e às vezes vaga demais para sustentar qualquer semelhança com uma tragédia grega." [369]

Rutland[370] sugere que Swinburne deve primeiro ter encontrado a história num fragmento de Eurípides de onde ele tirou um de seus epígrafos, uma vez que este estava incluso num livro que ele ganhou quando deixou a escola. Isso pode ter acontecido, mas o fragmento era tão pequeno que pode ter sido no máximo um alerta da existência de tal lenda. Homero conta a história de uma forma um tanto quanto obscura, mas ele oferece um Meleager já casado com outra pessoa e faz com que ele morra de forma diferente. Ele não menciona Atalanta, daí seu amor por ela não dever ser o motivo nem do assassinato do javali Caledonio, nem a causa da discórdia sobre o espólio. Há

[365] VANCE, (1997), Op. Cit. p. 161.
[366] ROSE, Op. Cit. pp: 186-187.
[367] GOSSE, Edmund. *The Life of Algenor Charles Swinburne*. London, 1917, p. 112.
[368]Stichomythia é uma técnica de drama em versos. Eles geralmente apresentam repetições e antíteses. O termo tem origem no Teatro Grego, embora muitos dramaturgos já tenham utilizado a técnica.
[369] VANCE, (1997) Op. Cit. p. 162.
[370] RUTLAND, W. R. *Swinburne. A Nineteenth-Century Hellene.* Oxford, 1931, p. 106.

uma versão da história em Apolodoro, mas ela degrada Meleager, alegando que ele provocaria um adultério dando a ele uma esposa e descrevendo seus desejos lascivos por Atalanta. Somente Ovídio em *Metamorphosis* propõe um Meleager solteiro com um amor nobre por Atalanta e faz uma história muito mais lúcida e coerente.

Na tentativa de minimizar a importância de Ovídio para Atalanta, Edmund Gosse[371] observa que "a doçura cortês e graça que transpira de Ovídio, eram estranhas à austera e arcaica concepção de Swinburne em sua história." Mas isso é ler Ovídio através das confusões encantadoras de *A Midsummer Night's Dream*, num sentido de ser uma das peças mais ovidianas de Shakespeare, mas distante do áspero e grotesco universo pagão habilidosamente reduzido a uma narrativa contínua de *Metamorphosis*. É com esse mundo pagão que o "desafiador e anticristão" Swinburne fica ansioso por identificar-se, e Ovídio é seu desvalorizado guia. Na história de Meleager, Swinburne sente que há um ponto de acesso a esse mundo sombrio e sem remorso de rituais selvagens associado de forma bem próxima aos inclementes processos da natureza. A esse respeito ele compartilha algumas de suas preocupações com seus contemporâneos Max Müller e Andrew Lang, teóricos rivais da origem dos mitos. Ele intuitivamente antecipa algumas das conclusões dos estudos antropológicos de J. G. Frazer publicados não somente no *The Gold Bough*, porém mais tarde em seu comentário do *Fasti* de Ovídio. [372]

A técnica de Swinburne em *Atalanta* era de tecer uma história simples quase infinita e, em certos trechos, com odes minimamente relevantes e descrições desdobrando-se em metáforas e imagens que podem ser associadas com a ação principal. "Quando os cães de caça da primavera estão ao encalço do inverno (...)", a primeira linha do primeiro estribilho introduz uma aparente metáfora de natureza indolente com o propósito de estabelecer uma atmosfera de caça ao javali que é o tema principal da obra. Mas a ideia de uma perseguição implacável, de caça sem misericórdia como a perseguição de Acteon, é poeticamente transferida para a sequência natural das estações pela qual não há respeito. O mesmo estribilho canta melodiosamente, mas com ressentimento, que "O pintassilgo amoroso marrom claro/abrandou-se por

[371] GOSSE, Op. Cit. p. 112.
[372] VANCE, (1997) Op. Cit. p. 163.

causa de Ítalo." A forma grega homérica não disfarça a referência a Itis em uma das mais revoltantes histórias de Ovídio, a vingança de Procnes sobre seu marido, Tereus, fazendo com que ele, sem saber, comesse seu próprio filho, Itys ou Itylus. O poema de Swinburne trata essa história de forma mais ampla aludindo ao "pequeno corpo assassinado com a face como flor", no qual não pode haver esquecimento.[373]

Num certo sentido, todo esse comentário romântico sobre o mundo está em *Metamorphosis*, particularmente na história de Ovídio em Ceres e Proserpine (Swinburne não usa a forma grega dos nomes) no mito da vegetação. Esse é um gesto muito mais desafiador de identificação com o paganismo e um desafio aos valores cristãos de justiça e compaixão tal como o discurso do "perverso" Guido no final de *The Ring and the Book.* Para Vance, Swinburne teria apreciado ser considerado "um rebelde e canalha em grande escala". Não obstante, Swinburne disfarçou seu paganismo ostensivo com a mediação do helenismo e manteve Ovídio nos bastidores. Na época, era assim que se tratava Ovídio.

---

[373] SWINBURNE, A. C. *Atalanta in Calydon.* Portland, Maine: Thomas B. Mosher, 1897.
Segundo Vance, 1997, p. 163-164, há uma grande profusão de flores em Swinburne, mas flores, frutos e grãos crescem na terra pagã. O coro de Atalanta louva a terra: *Aquela que com pressa fez o homem e o desfez, vós cujas bocas parecem vermelhas dos frutos comidos de seus próprios ventres*. E Meleager aplica essa linguagem a sua própria mãe, que causa a sua morte. Ela é injusta e profana, sente ele, e assim mesmo, como a própria natureza, ela ordena reverência:
Tu também, Rainha,
A fonte e o fim, A ceifa e a colheita,
A chuva que rega e a seca que drena,
A terra que engole e a primavera que alimenta
Fazendo-me e matando-me – Tu, digo eu
Uma vez como fardo de trigo, fortalecido pelo sol e cheiroso com a chuva, eu jorro... (Obras poéticas II pp. 314,330).
Essa identificação da maternidade com a divindade da vegetação é mais explícita no poema de Swinburne a Herda (deusa mãe-terra dos germânicos do Norte) e seus poemas a Proserpina. As flores crescem em tal profusão na Enna de Ovídio, tão proximamente associadas com Proserpina, que ficam agarradas no ventre de Swinburne num exagerado gesto de autoidentificação:
Oh! filha da terra, de minha mãe, sua coroa e broto de nascença, Eu também, sou teu irmão, pois vou como vim para dentro da terra.
A terra mãe, Hertha, identifica-se com ela mesma a humanidade:
Um nascimento de meu ventre,
Um raio de meus olhos
Um broto dos melhores
Que escala o céu
Homem, igual e um comigo, homem que é feito de mim, homem que sou Eu.

Já com Wordsworth foi diferente. Ele encontrou Ovídio na escola e registrou o quão inquieto ficou com a comparação desfavorável que recebia com relação a Virgílio. Segundo Wilkinson[374], o entusiasmo do jovem estudante por Ovídio e os mitos que ele recontou permaneceram dormentes por alguns anos, mas, finalmente em *The Excursion*[375], Wordsworth estabeleceu suas convicções maduras sobre o valor da mitologia e da linguagem da imaginação natural. Seu profundo respeito pela força emocional e moral dos simples habitantes do interior levou-o a louvar suas fantasias que "exaltam as formas da natureza e ampliam seu poder", e o mito é o resultado de tais fantasias. As histórias antigas eram:

> Ficções na forma, mas verdade na essência,
> Tremendas verdades, familiares aos homens,
> De tempos a muito passados, não obsoletos em nós.
> (Excursion 4.718).

De acordo com Vance[376], Wordsworth misturou com certa indecisão a austeridade e melancolia de Virgílio com a retórica emocional de Ovídio. Enquanto a *Laodamia* de Ovídio apenas contempla as desolações da viuvez temendo a possível morte de seu marido, a *Laodamia* de Virgílio já caminha desconsolada no mundo subterrâneo separada eternamente de seu herói tal como foi na Terra. Em sua sóbria meia-idade, menos arrebatadora e mais reflexiva, Wordsworth buscou limitar-se do excesso emocional dramático do antigo mundo mitológico apresentado por Ovídio como uma fase anterior de seu próprio desenvolvimento, mas autolimitar-se nem sempre era fácil. Sua Ode a *Lycores* como sua *Laodamia* busca equilibrar um Wordsworth prudente, racional e maduro contra o ego jovem e mais passional, mas o grande impulso de paixão é o que oferece interesse e tensão a ambos os poemas. *Lycores* é o nome que ele dá a sua esposa na ode, foi um pseudônimo da amada do poeta Cornelius Gallus, o oposto da Corina de Ovídio ou a Cíntia de Propércio, e ela é mencionada nessa companhia em *Ars Amatoria*. Gallus, como Ovídio, caiu em desgraça com Augusto e foi exilado: implicitamente assumindo um alter-

[374] WILKINSON, Op. Cit. p. XIII.
[375] WORDSWORTH, William. *The works of William Wordsworth.* Introduction by: Mark Van Doren. New York: Black's Readers Service Company, 1951.
[376] VANCE, (1997) Op. Cit. p. 168-169.

ego de Ovídio e, além do mais, brincando com as elegias latinas, Wordsworth mostra uma surpreendente afinidade com a poesia de Ovídio, mesmo que na conclusão de seu próprio poema ele retroceda de tudo isso e reafirme os valores da maturidade do senso comum e de uma moralidade mais austera.

Segundo Sybil Rose[377], Wordsworth tem pouco em comum com Keats e Shelley na sua atitude em relação à mitologia e as histórias de Ovídio, apesar de sua irrupção. No entanto, na opinião de Sara Mack[378], Keats e Shelley foram ambos influenciados por Ovídio. John Keats jamais chegou à maturidade com a meia idade. Suas fantasias mostravam mais sua apreciação do que Wordsworth no mundo do mito ovidiano, uma vez que não havia um retrospecto de anos para ofuscar isso ou colocar num contexto de experiência acumulada. Como observou Leigh Hunt, seu primeiro volume publicado em 1817, mostrava como ele cuidadosamente leu as passagens sobre o mito na obra *The Excursion*, publicada somente três anos antes. O *Fauns* and *Dryads* de seu poema: "*I stood tip-toe upon a little Hill"* aparecem numa passagem em que seu amigo Wordsworth marcou "Ovídio" identificando a figura anônima que separou os galhos para revelar Pan e as flautas numa rica floresta mitológica. Mas nesse caso pelo menos foi a narrativa de Wordsworth da origem de Pan, dos sátiros e das ninfas dos antigos fazendeiros que enviou Keats para o mundo de *Metamorphosis*. Baco, em sua carruagem em forma de leopardo, uma imagem recorrente de Keats, faz sua primeira aparição em *Sleep and Poetry* no volume de 1817, mas não havia muito de Ovídio tanto quanto em Baco e Ariadne de *Titian,* peça apresentada numa exposição em Londres na Instituição Britânica em 1816, isso primeiramente foi muito tentador para ele com relação ao Naxo de Ariadne.[379]

Mas Ovídio, encontrado direta ou indiretamente, não foi o suficiente. Recriando o mundo de sonhos da velha mitologia e celebrando a natureza mitologizada, o reino de *Flora and Old Pan* poderia ser apenas um episódio no processo de crescimento da mente do poeta, Keats tentou convencer-se, e constantemente pegava-se indo além na direção de uma "vida

[377] ROSE, Op. Cit. p. 170.
[378] MACK, Op. Cit. p. 162.
[379] VANCE, (1997) Op. Cit. p. 170.

mais nobre/ onde posso encontrar as agonias, as lutas/ do coração humano.” [380]

Keats usa Ovídio não somente como uma mera referência mitológica, mas para fornecer a substância de uma orientação imaginativa em particular. A história de Glauco, por exemplo, funciona como um episódio autocontido ou um interlúdio nas aventuras de *Endymion*. Ovídio sempre foi uma ótima fonte para tais interlúdios; suas histórias, particularmente em *Metamorphosis,* eram convenientemente destacáveis, mas sempre lúcidas e concisas, participando em um distintivo e coerente mundo imaginado de mito que compositores, pintores e poetas amavam.

As qualidades líricas de Ovídio foram tanto adequadas à comédia quanto à tragédia, pois suas narrativas tinham um tom às vezes evasivo, até mesmo equivocado, de qualidade de sentimento que poderia ser recebido com simpatia ou subvertido comicamente de acordo com o gosto.

Matthew Arnold também utiliza os mitos, segundo Rose[381], com uma memória armazenada de mitologia de diversas fontes como as escandinavas, asiáticas, gregas e romanas. Sua *Philomela* lida com a história de Ovídio. Cada etapa da história trágica é lembrada. Já para Norman Vance,

> (...) a pantomima e a ópera, especialmente ópera cômica, estão distantes da fastidiosa sensibilidade de Matthew Arnold, mas até ele pôde escrever um interlúdio ovidiano adaptando a história de Cadmus e Harmonia à voz cantante de Callicles em Empédocles on Etna.[382]

De acordo com esse autor, com toda a sua admiração à cultura helênica, foi no poeta latino que Arnold encontrou uma narrativa de clareza transparente para inserir serenamente um interlúdio lírico nos pensamentos estoicos de Empédocles, uma consciência moderna velada de forma tênue associada com a melancolia romântica da literatura francesa do século XIX.

---

[380] HOUGHTON. *The Life and Letters of John Keats.* New York: Norman Press, 2008.
[381] ROSE, Op. Cit. p. 182.
[382] VANCE (1988), Op. Cit. p.230.

Ovídio descreve as infelizes Cadmus e Harmonia, que são transformadas em cobras, como criaturas ternas lembrando que já tinham sido um dia, *quidque prius fuerint, placidi meminere dracones* (Met.4.603).

Na opinão de Christopher Martin, embora Ovídio não encontrasse um lugar confortável no meio da cultura estética de *high seriousness* que Arnold perseguia, o canto dos Callichles em *Empedocles on Etna* exibe o tipo de inspiração que o autor latino ainda poderia oferecer.[383]

No século XIX, Ovídio parecia ocultar-se recebendo uma calorosa acolhida não só de John Keats, mas de poucos outros. Shelley, a campeã de *Hellas*, descartou-o juntamente com Horácio e Catulo como meros imitadores dos gregos, embora não desdenhasse ao retirar dele *Aretusa* e *Song of Proserpine*, interlúdios líricos da peça *Proserpine* da Sra. Shelley.[384]

Em Frankenstein (1818), Mary Shelley propôs "modernizar" o mito de Prometeu. Martin cita um trecho extraído de um dos poucos esforços de Shelley para reformular uma fonte mitológica.[385] De acordo com o autor, referências do Jornal de abril e maio de 1820 confirmam que antes de dramatizar a história de Midas, ela consultou a obra *Metamorphosis* diretamente. Ela sai livremente de Ovídio, invertendo sua sequência narrativa para acomodar frequentes referências às orelhas de asno adquiridas por Midas durante a competição entre Apolo e Pan.

O helenismo do séc. XIX, afinado com Shelley, olhava de soslaio para Ovídio, mas não o eliminava de todo. Apenas ocasionalmente, alguns reflexos perdidos da glória que um dia pertenceu à Grécia o alcançavam com "uma luz nova e mais calorosa". Walter Pater percebeu a distinção que havia entre a versão de Ovídio da história de Proserpine em *Fasti* quando considerou o hino grego a Demétrio e rendeu tributo à tristeza suave e à "melancolia provocada pelas coisas humildes" que caracterizam a narrativa de Ovídio.[386] Num certo sentido, isso é uma leitura *wordsworthiana* de Ovídio, mas

---

[383] MARTIN, C. *Ovid in English*. London: Penguin Books, 1998, p.322-324.
[384] CAMERON, N. K. *Shelley, the Golden Years*. Cambridge, Mass. 1974.
[385] MARTIN, Op. Cit. p. 307-309. O trecho citado se refere à *Metamorphoses* II. 106-30. "Midas: A Drama in two acts." 2.83-120
[386] PATER, W. "Demeter and Persephone." In: *Greek Studies*. London, 1928, p. 119.

esse é um comentário perceptivo que objetiva lembrar o leitor de que o próprio Wordsworth encontrou em Ovídio uma imaginação criativa.[387]

Mais recentemente, Tennyson, T. S. Eliot e Ezra Pound têm demonstrado o seu apreço por Ovídio. *Catulo, Propércio, Horácio e Ovídio são as pessoas que importam*, escreveu Ezra Pound em uma carta em 1916. Seria impossível superestimar o impacto de Ovídio sobre escritores ingleses. No entanto, sua influência não se limitava a eles. Dante, Petrarca, Boccaccio, Ariosto e Tasso em italiano, Goethe e Rilke em alemão, Ronsard, Corneille, Racine e Valéry em francês, Camões em Português, e Cervantes, Lope de Vega e Calderón em espanhol – todos lhe devem alguma coisa. Raramente um poeta ofereceu tanto a tantos, de uma multiplicidade de linguagens, períodos e tipos de poesia.[388]

Na opinião de Wilkinson, é óbvio que houve pessoas que demonstraram, por exemplo, um espírito semelhante a Byron em *Don Juan*, assim como tem havido entusiastas ímpares como Landor, poetas que usaram esta ou aquela história ovidiana, como Shelley fez em *Arethusa*, Swinburne em *Atalanta in Calydon*, Morris no episódio de Pigmalião do *The Earthly Paradise*, embora o seu espírito e a intenção raramente tenham sido Ovídio; e os alunos que têm lido as composições de Ovídio utilizado-as como modelo para a composição em verso latino. Mas esses casos de utilização de Ovídio, sem que necessariamente o assumam, não são nada comparados com o descaso geral em relação ao autor.[389]

Wilkinson apresenta alguns motivos[390] que podem ter contribuído para o declínio, a princípio gradual e posteriormente rápido da reputação de Ovídio na Inglaterra. A maior parte dessa argumentação está presente no decorrer deste trabalho, principalmente no capítulo III, o que demonstra uma concordância com os motivos apresentados por esse autor:

A) Ovídio deixou de executar determinados “serviços” que tinham sido em grande parte um fortuito subproduto de seu trabalho. Ele não era mais a única fonte óbvia para os escritores e artistas de tradição mitológica,

---

[387] VANCE, (1998), Op. Cit. P. 231.
[388] MACK, Op. Cit. p. 162.
[389] WILKINSON, Op. Cit. p. 440.
[390] Idem, PP: 440-443.

após a divulgação de manuais como os de Boccaccio. Tampouco era um fornecedor de contos eróticos, após a publicação de obras como *Decameron*.

B) Ovídio sofreu um declínio relativo entre os autores clássicos do século XVII, em parte por meio do grande avanço no estudo do grego – como demonstrado no terceiro capítulo –, e em parte por meio da descoberta dos sérios méritos de Horácio, especialmente em Odes. Mais tarde, os alunos clássicos do século XIX, preferindo poesia romântica com o original, provocaram a intensificação do estudo do grego em detrimento do latim.

C) O prestígio dos clássicos começou a declinar no século XVII. Ficou claro que eles não eram de ajuda direta para o cavalheiro em combate ou para administrar seus bens, nem mesmo para as classes médias com finalidade comercial no momento em que o latim foi deixando de ser uma língua internacional. Houve um aumento da procura de um currículo educacional com base em matemática e línguas modernas. Este último recebeu no século XIX o poderoso apoio do príncipe consorte, quando *modern sides* foram estabelecidos em escolas públicas. Alguns autores clássicos podem ter sido defendidos pelos utilitaristas em seu próprio terreno, mas Ovídio não foi um deles.

D) Na Inglaterra puritana, o sentimento anglicano ganhou vantagem gradualmente. A hostilidade para com o paganismo foi apresentada por escritores como Blackmore, Addison, Watts, Spencer, Johnson e Cowper e a negligência em matéria sexual não era mais tolerada, pois o autor era um clássico. Esse rigor novo, já em funcionamento na era da Addison e Johnson, tornou-se uma paixão no século XIX, que de alguma forma conseguiu abafar as obscenidades abusivas e adultério de seus favoritos como Catulo, o "mais tenro dos poetas romanos", a cair com a severidade de Augusto na irreverência educada de Ovídio.

E) Um dos fatores mais importantes para o "destronamento" de Ovídio foi a revolta caracterizada pela *Sturm und Drang*[391] na Alemanha, a

[391] Sturm und Drang (tempestade e ímpeto) foi um movimento literário romântico alemão, situado no período entre 1760 a 1780. O movimento animava-se por uma reação ao racionalismo que o iluminismo postulara, bem como ao classicismo francês que, como forma estética, tinha grande influência na cultura européia, principalmente na Alemanha. Os autores desse movimento postulavam uma poesia mística, selvagem, espontânea, em última instância

revolução na França e o movimento romântico na Inglaterra. Ovídio era típico do Antigo regime, justamente num momento do qual o espírito da época estava em plena revolta. Segundo Wilkinson, o último poeta considerável para fazer uso constante dele, André Chénier, esteve entre as vítimas da guilhotina.

F) O século XIX também viu uma ampliação do interesse dos homens no assunto dos clássicos, como um resultado do qual os autores clássicos vieram mais e mais para serem valorizados, principalmente em Oxford, pela contribuição deles ao conhecimento de filosofia, história ou arqueologia, e menos pelo mérito puramente literário.

G) Finalmente houve uma objeção fundamental para a sua mentalidade como revelado em suas obras e seus trabalhos, que vai além de sua súplica puritana e sua atitude com relação à moralidade sexual.

Não é de surpreender que os poetas e outros artistas que, através dos tempos, encontraram tanto para inspirarem-se em poemas de Ovídio, provavelmente ficaram muito mais surpresos com o impacto da sua poesia em teólogos, filósofos e moralistas, pelo menos até o século XVI. Sua poesia sobreviveu ao período cristão primitivo, apesar do seu objeto não ter sido estimado eclesiasticamente, pelo menos não publicamente, mas ele foi copiado com frequência suficiente nos mosteiros para garantir a maior sobrevivência do mesmo. Previsivelmente, seus devotos seguidores criavam uma forma de moralizar os seus textos e torná-los respeitáveis.

Um bispo, na época de Carlos Magno, por exemplo, cita uma linha descrevendo o novato na sedução: *Você que vem agora pela primeira vez para a batalha, um soldado novato*[392] (Ars 1,36) e aplica-o para o novato na vida monástica – uma transformação tão surpreendente quanto qualquer outra nas *Metamorphosis.*[393]

Nesse momento, Ovídio também serve como uma autoridade sobre o comportamento e costumes, muitas vezes em conjunto com as Escrituras. Sua própria obra *Metamorphosis*, com sua maravilhosa coleção de mitos da Grécia e Roma, ofereceu um campo ainda mais fértil para a

---

quase primitiva, onde o quê realmente tinha valor era o *Empfindung*, o efeito da emoção, imediato e poderoso: emoção acima da razão. Os Stürmer eram contra a literatura e a sociedade do Antigo regime.

[392] *You who come now for the first time to battle, a novice soldier.* (Ars 1,36)

[393] MACK, Op. Cit. p. 163.

alegorização e moralização do que seus trabalhos explicitamente eróticos. Histórias que pareciam arriscadas não eram naqueles dias omitidas, ou recolhidas no final do volume.[394] Em vez disso, material potencialmente ofensivo foi explicado de forma que deixou de causar ofensa.

Já para o século XIX, Ovídio foi o poeta experimentado no amor que sabia tudo sobre mulheres abandonadas e a "vergonhosa" experiência da velha mitologia. Muito do material mitológico utilizado em poemas de autores do século XIX é silenciosamente tomado emprestado de *Metamorphosis*. Ele foi parte da consciência literária vitoriana e romântica, mas em partes destacáveis e convenientes.[395] Wordsworth e Keats, foram atraídos a ele e, mesmo assim, com formas e sucessos diferentes, tentaram estabelecer uma certa distância do mundo de Ovídio. Para Byron, ele foi facilmente despojado de seu alter-ego, "o velhaco impudico que, às vezes, gostava de aparecer". Browning e Swinburne identificaram nele um desafio às devoções que exploravam para seus próprios fins. Poetas, pintores e escritores de peças líricas, todos encontraram em Ovídio um recurso imaginativo útil que raramente falharam em reconhecer. Nas palavras de Vance,

> (...) o tempo que devora a todas as coisas, como Ovídio nos diz (Met.15.234) não destruiu o Ovídio no séc. XIX. Ele o transformou como sua Aretusa foi transformada numa fonte para que os passantes pudessem beber quase sempre sem reconhecê-la.[396]

---

[394] Como às vezes era feito por editores vitorianos e no início do século XX, há, por exemplo, uma edição dos quatro primeiros livros das *Metamorphosis* publicado em 1875 "expurgada e destinada para as escolas do sexo feminino", editado pela NC Brooks, presidente do Colégio Feminino Baltimore.

[395] John Butt faz referência ao estudo da variedade de gênero poético de Ovídio, analisada por Pope, além de mostrar as imitações de Ovídio e Tibulo em Eloísa to Abelard, e Elegy to the Memory of an Unfortunate Lady. (BUTT, John. The Augustan Age. London: Hutchinson's University library, 1950, pp. 61-62).

[396] VANCE, (1997), Op. Cit. p. 174. Ninfa que Diana Transformou em fonte para livrá-la da perseguição de Alfeu.

CONCLUSÃO

No momento de minha defesa de Mestrado, em 2002, me foi sugerido por parte de um dos membros da banca este objeto de pesquisa, entre outros, para ser desenvolvido como uma Tese de doutorado. Desde então tem sido uma luta árdua buscar informações referentes a Ovídio na Inglaterra do século XIX, tendo em vista o fato de não haver um número acessível de obras vitorianas relacionadas ao tema em nossas bibliotecas, menos ainda no que diz respeito às obras traduzidas. Afinal de contas "Quem leu Ovídio na Inglaterra do XIX?" era a pergunta que não se calava. Constantemente ela era feita para vários historiadores da Antiguidade no nosso país. Alguns congressos foram visitados e pesquisas foram feitas até chegar à primeira pista. Norman Vance. Por intermédio de seu artigo[397] consegui eleger as primeiras referências e fontes desta instigante investigação. Um verdadeiro trabalho de pesquisa. Mas as dificuldades não acabaram ali.

O passo seguinte era conseguir um orientador. Quem orientaria um tema tão "ousado"? Nossas instituições contam com profissionais de alta qualidade, como demonstra as referências de pesquisadores brasileiros em "pé de igualdade" com os estrangeiros citados neste trabalho. No entanto são poucos os cursos que possuem doutorado, e menos ainda aqueles que possuem doutores em Estudos Clássicos. O número se reduz a quase nada, ao pensar em concorrer com alunos dessas instituições, os quais estão com seus projetos em andamento desde a iniciação científica. Uma pesquisa como esta precisa de bons argumentos de convencimento. Destarte, mesmo com esta dificuldade inerente ao nosso sistema educacional pude desenvolver o trabalho nesta respeitável instituição com todo o apoio e orientações sempre atentas de meu orientador e com a bolsa de outra respeitável instituição, a FAPESP, que me proporcionou a participação em importantes eventos

[397] VANCE, Norman . "Ovid and the nineteenth century." In: MARTINDALE. *Ovid Renewed : ovidian influences on literature and art from the Middle Ages to the Twentieth Century*. Cambridge, 1988, pp. 215-232.

nacionais e internacionais, bem como uma viagem de pesquisa que me permitiu a conclusão deste projeto, assim como a possibilidade de novos olhares para a história de forma geral e para história antiga em particular.

Quase a totalidade de referência em língua inglesa foi conseguida por meio de pesquisas na biblioteca da Universidade de Londres *Senate House Library,* a qual fui *membership* por dois meses. O acervo é de encher os olhos de qualquer estudante.

Além das bibliotecas, os Museus britânicos se tornam uma boa fonte de estudos, principalmente se os aplicarmos ao estudo dos "Usos do passado". Ao visitar o *Museum of London* pude ver claramente como os clássicos são utilizados para dar legitimidade à idéia de herança cultural dos romanos aos britânicos, pois a exposição está toda voltada a esta temática, possuindo inclusive parte da Muralha de Adriano em seu acervo. Ao caminhar pelas ruas da *City,* hoje, local que possui os mais modernos edifícios comerciais e públicos de Londres, possui a imagem de uma economia forte e estabilizada em contraste com antigas ruínas; herança dos romanos. Justamente este lugar conhecido por *City*, foi no passado da Antiguidade a delimitação de *Londinium.*

A exposição segue dessa forma, mostrando imagens antigas do que hoje é a cidade de Londres ao lado de ruínas do Império Romano. Assim como na Arquitetura de Londres é possível se deparar com o antigo, a literatura vitoriana está repleta de clássicos, ou melhor, repleta de referências aos clássicos. Nesse sentido, acredito que o objetivo deste trabalho foi alcançado. De acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, a relação dos vitorianos com Ovídio não se resume em uma única perspectiva e sim em várias possíveis. Foi demonstrado que os autores vitorianos possuíam uma percepção, ou mesmo um juízo de valor com relação a Ovídio equivocados ou enviesados por parte de alguns autores, como George Meredith ou Walter Landor por exemplo. Por parte de outros observamos uma relação interessada, como a de Lord Byron, Macaulay e Wordsworth. E uma relação de desprezo também é perceptível como em Swinburne e Shelley, por exemplo. Partindo dessas informações, entende-se que Ovídio teve uma relação variada com os vitorianos, cujo caráter negativo (pela maior parte) pode esconder vários graus de apropriação ou superposição.

Cada capítulo trabalhado teve importante papel nesta conclusão. O primeiro capítulo apresentou um contexto da Inglaterra Vitoriana, em que os conflitos sociais se mostraram em ebulição, num momento de crescente tecnologia, lutas trabalhistas e doutrinas econômicas e sociais. A família vitoriana se torna a pedra de toque da sociedade, já que cada membro tem o seu papel determinado e imposto por meio da educação, valores filosóficos e dispositivos de controle social e moral, como a ciência médica por exemplo.

A Arqueologia e o Antiquarismo se tornaram o caminho pelo qual o discurso de herança clássica destinada aos Ingleses foi legitimado. Legitimação essa tida também por meio dos clássicos como demonstrado no último capítulo. Nesse sentido, fica nossa contribuição aos Estudos Clássicos no Brasil, conscientes de que o trabalho do historiador não tem fim, assim como o esgotamento do tema não é possível, partindo do pressuposto de que novos olhares, novas fontes e novos cotejamentos sempre podem ser possíveis.

FONTES PRIMÁRIAS

BROWNING, Robert. *The ring and the book*. Kessinger Publishing.

BYRON, G. G. *D.Juan*. London: Penguin Classics, 1987.

ROSE, Sybil. *Ovid in English Literature.* (Tese) Londres, 1922.

SWINBURNE, A. C. *Atalanta in Calydon*. Portland, Maine, 1897.

SWINBURNE, A. C. *Poems and Ballads & Atalanta in Calydon*. Penguin Classics, 2000.

SWINBURNE, A. C. *Atalanta in Calydon and Lyrical Poems.* Nova York, Elibron Classics, 2006.

WORDSWORTH, William. *The works of William Wordsworth.* Introduction by: Mark Van Doren. New York: Black's Readers Service Company, 1951.

FONTES ANTIGAS

CÍCERO. *Da República.* Tradução de Amador Cisneiros.São Paulo: Atena Editora, (?)

HORÁCIO - OVÍDIO. *Sátiras - Fastos*. Traduções de Antonio Luís Seabra e Antonio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. editores, 1949.

OVIDE. *L'Art d'Aimer*. Texte e établit et traduit par Henry Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

OVÍDIO. Arte *de Amar = Ars Amatoria*. Edição Bilíngüe. Tradução de Natália Correia e David Mourão Ferreira. São Paulo: Ars poética, 1997.

_____.*Oeuvres complètes*. Traduction nouvelle par Th. Burrette et al. Paris: Panckoucke: 1834 - 1837.

_____. *As Metamorfoses*. Tradução Antonio de Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.

_____. *Las Heroidas.* Traducción en verso castellano y prólogo de Diego de Mexía. Buenos Aires: Coleção Austral, 1950.

_____. *Obras: Os Fastos, Os Amores e Arte de Amar.* Traduções de Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

_____. *Tristium*. Edição bilíngüe. Tradução de Augusto Velloso. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

PETRÔNIO. *Satyricon.* Tradução de Paulo Leminski. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DICIONÁRIOS

DRABBLE, Margater & STRINGER, Jenny. *The Concise Oxford Companion to English Literature.* Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina.* Tradução de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português.* Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.

SENÃS: Diccionario para La Enseñanza de La Lengua Espoñola para Brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filologia. Tradução de Eduardo Bradão, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEHMEIER, Sally (Chief Editor). *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press, 7th edition, 2005.

DISSERTAÇÕES E TESES

BARBOSA, R. C. *Sedução e Conquista: A Amante na Poesia de Ovídio.* Dissertação: UFPR/Curitiba, 2002.

DENIPOTI, Cláudio. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural*. Paraná, 1880 – 1930. Tese: UFPR/Curitiba, 1998.

FEITOSA, Lourdes M. G. C. *Homens e Mulheres Romanos: O corpo, o amor e a moral, segundo a literatura amorosa do primeiro século d.C.* (Ovídio e Petrônio). Dissertação: UNESP/Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 1994.

HERING, Fábio. *Helenismo e Imperialismo: a imaginação histórica britânica e a construção moderna da Grécia Antiga.* Tese: UNICAMP/Campinas, SP: 2006.

PINTO, Renato. *Arqueologia e Romanização: Os discursos Arqueológicos e a cultura material da Bretanha Romana.* Dissertação: USP/Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Glaydson J. *Aspectos de Cultura e Gênero na 'Arte de Amar' de Ovídio e no 'Satyricon' de Petrônio: Representações e Relações*. Dissertação: UNICAMP/Campinas, 2001.

SILVA, Glaydson J. *Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: Usos do Passado.* Tese: UNICAMP/Campinas, 2005.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.

AHL, Frederick M. *Metamormations: Soundplay and Wordplay in Ovid and Other Classical Poets*. N Y: Ithaca, 1985.

ALBANESE, Gabriella. "A redescoberta dos historiadores antigos no humanismo e o nascimento da historiografia moderna." In: PIRES, F. M. (Org.) *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história.* São Paulo: Alameda, 2009, pp.277-329.

ALFÖLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARIÉS, P. & BÉJIN, A. (Orgs) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo Brasiliense, 1987.

ARIÉS, P. & DUBY, G. *História da Vida Privada: Do Império Romano ao Ano Mil*. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

ARNOLD, Matthew . *The study of poetry*. (1880).

BALSDON, J. P. V. D. (org). *O Mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BARRET, Phyllis M. *Poems of George Meredith*. 2 vols. London: New Haven and London. 1979.

BARZUN, JACQUES. *The Selected Letters of Lord Byron.* New York: Grosset's Universal Library, 1953.

BASCH, F. "La femme en Angleterre de lávènement de Victória (1837) a la Premiere Guerre Mondiale" In: *Histoire Mondiale de la Femme*, IV, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1966.

BASSANEZI, Carla S. *Virando as páginas, revelando as mulheres: Relações homem–mulher e revistas femininas, 1994 – 1964*. Dissertação (Mestrado) FFLCH, Universidade de São Paulo, 1992. Pp. 07 – 65.

BAUMER, Franklin. L. *O pensamento Europeu Moderno*. Séculos XIX e XX. Vol.II. R. J: Edições 70, 1977.

BAYET, J. *Litterature latine.* Historie. Paris: Armand Colin, 1947.

BEARD, George M. *American Nervousness, Its causes and Consequences: A Supplement to Nervous Exhaustion (Neurasthenia)*, 1881.

BEARD, M. & HENDERSON, J. *Antiguidade clássica: uma brevíssima introdução.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEARD, Mary. "Learning to pick the Easy Plums: The Invention of Ancient History in Nineteenth-Century Classics". In: SMITH, J. & STRAY, C. *Teaching And Learning In Nineteenth-Century Cambridge.* The Boydell Press: 2001, pp.89-106.

BÉNABOU, M. "Le Romains ont-il conquis l'Afrique"?, In: *Annales* (ESC), 33. 1978.

BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BERNAL, Martin. "A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia." IN: FUNARI, P. P. A. (org). *Textos didáticos: Repensando o Mundo Antigo.* Campinas: IFCH/Unicamp - nº49, 2005.

BESSA, Karla. Adriana Martins. "O crime de sedução e as Relações de Gênero". *Cadernos Pagu*, 2, 1994, p. 175-196.

BEWELL, Alan. *Romanticism and Colonial Disease.* Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

BING, P. & COHEN, R. *Games of Venus*. *Anthology of Greek and Roman erotic verse from Sappho to Ovid.* Nova York: Routledge, 1993.

BIVINS, R. & PICKSTONE, J. V.*Medice, madness and Social History: Essays in Honor of Roy Porter.* London: Palgrave Macmillan, 2007.

BLACKIE, J.S. *Selected poems* . Londres,1896

BLÁZQUEZ MARTINÉZ, J. M. (ed.). *Nuevos Estudios Sobre la Romanización*. Madrid: Itsmo, 1989.

BLOCH, L. *Lutas Sociais na Roma antiga.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1956.

BOYLE, A.J.(ed.) *The Imperial Muse: Ramus Essays on Roman Literature of the Empire to the Juvenal through Ovid*. Victoria, 1988.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRIGGS, Asa. *The Nineteenth Century: The Contradictions of Progress*. London: Thames & Hudson, 1970.

BRIGHAM, T. & PERRING, D. *The Archaeology of Greater London.* London: Museum of London, 2000.

BRYSON, J. *Browning*. London: Longmans, Green & Co. Ltd, 1959.

BURGESS, Anthony. *A Literatura Inglesa*. São Paulo: Ática, 1996.

BURGUIERE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas.* Rio de Janeiro, Image, 1993.

BUCKLE, Henry Thomas. "Histoire De la Civilisation en Angleterre." Paris: A. Laecroix, In: GOLDSMITH'S. *Roman History*. London: C&Coin. (?)

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929 – 1989*: A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*: *Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTT, John. *The Augustan Age*. London: Hutchinson's University library, 1950.

BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

BYRON, Hints from Horace. 1663.

CABECEIRAS, M. R. V. "Representações Culturais e publicização da vida social na literatura latina: A mulher e o amor no 'Corpus Ovidianum.'" In. *Phoînix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. Pp. 287 – 298.

CAHN, Alfredo. *Goethe, Schiller y la Epoca Romantica*. Buenos Aires: Editorial Nova, [19-].

CAMERON, K.N. *Shelley, the Golden years*. Cambridge, Mass. 1974

CARANDINI, A . *Dibattito, analisi marxista e società antiche.* Roma: Riuniti, 1978.

CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

CARDOSO JR. Hélio Rebello. "'História da leitura e ampliação do questionário historiográfico – considerações acerca do eclipse da matéria do livro." In: *Revista TodaVIA,* curso de pós-graduação em História/UEL, Londrina, 1999, p. 13-19.

CARDOSO, Zélia. *Literatura Latina*. Porto Alegre: Pallotti, ?.

CARVALHO, G. & CHARTIER, R. (orgs.). *História da Leitura no Mundo Ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998.

CARVALHO, G. & CHARTIER, R. (orgs.). *História da Leitura no Mundo Ocidental 2.* São Paulo: Ática, 1999.

CARVALHO, Margarida. M. & GONÇALVES, Ana Teresa M. "Mulher romana e casamento na obra de Apuleio". *História.* São Paulo: UNESP, 12, p.115-122.

CARY, M. et alli. *The Oxfotd classical dictionary*. 3ª. Oxford: Clarendon Press, 1953.

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano.* Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLOT, M. & MARX,R. (org.). "A sociedade "dual" por excelência." In: *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CHARTIER, R. "Textos, impressões e leituras." In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, R. "Textos, símbolos e o espírito francês." In: *História, Questões e Debates.* 24(13). Curitiba: jul./dez. 1996, p. 5-27.

CHARTIER, R. (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, R. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica" (nota crítica). *Cadernos Pagu*. 4, 1995, pp. 97-116.

CHARTIER, R. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*. São Paulo, 5, 11, 1995, pp. 180-193, jan. /abr., ?

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1987.

CHARTIER, R."As práticas da escrita." In: CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHÂTELET, François (org). *História da Filosofia: idéias, doutrinas*. Vol. 1 – "A Filosofia Pagã." Rio de Janeiro: Zahar, 1981

CHERVEL, André & COMPÈRE, Marie-Madeleine. "As humanidades no ensino" In: *Educação e pesquisa.* São Paulo, jul/dez, 1999. V. 25, n. 2, p. 149-170.

CHURCH, A.J. *Ovid*. London, 1876.

CIRIBELLI, Marilda C. “Reflexões sobre a História da Mulher em Roma”. In: *Phoînix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995, pp. 137-146.

CLARKE, G. W. *Rediscovering Hellenism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CLARKE, M. L. *Classical Education in Britain: 1500-1900.*Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

COLLINS, J. C. "Tennyson's classical sources for the poems are discussed." By *Illustrations of Tennyson*. London, 1891.

COSTA, Aída. *Temas clássicos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

CROWELL, N. B. *A Reader’s Guide to Robert Browning*. Novo Mexico: University of New Mexico Press, (?)

CUATRECASAS, Alfonso. *Erotismo no Império Romano*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DARNTON, Robert. "História da Leitura." In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

DE CERTEAU, Michel. “A operação Historiográfica”, in: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 65-119.

DECLAREUIL, *Quelques problèmes d’histoire des institutions municipales au temps de l’Impire Romain*. Paris: s.n., 1911.

DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

DEVEREUX, Georges. *Mulher e Mito.*Camoinas SP: Papirus Editora,1990

DÍAZ-ANDREU, M., CHAMPION, T. *Nationalism and archaeology in Europe.* San Francisco: Westview Press, 1996.

DOOLEY, A. C. *Author and Printer in Victorian England*. Virginia: University press of Virginia, (?).

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos "Annales" à "Nova História".* Campinas: Unicamp, 1992.

DUBY, G. & PERROT, M. *História das Mulheres: Antigüidade.* V. 1. Porto: Afrontamento, 1990.

DUBY, G. *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991.

DYER, T. H. "On the Cause of Ovid's Exile." *The Classical Museum*.1847.

ECO, Humberto. *Os limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

EDWARDS, C & LIVERSIDGE, M. *Imagining Rome*: *British Artists and Rome in the nineteenth Century*. London: Merrell Holberton, 1996.

EDWARDS, Catharine. *Roman Presences: Receptions of Rome in Europe Culture, 1789-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, (1999).

EDWARDS, Catharine. *Writing Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ELEUTÉRIO, M. L. "Um desafio irrecusável: A contribuição da Literatura para os estudos da História." In. Proj. *História.* São Paulo, (20), abr. 2000.

ELFENBEIN, A. *Byron and the Victorians*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FEITOSA, L; FUNARI, P; SILVA, G. *Amor, desejo e poder na Antigüidade: Relações de Gênero e representações do feminino.* Campinas: Unicamp, 2003.

FEITOSA, Lourdes. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia.* São Paulo: Annablume, 2005.

FEITOSA, L. "Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: A Antiguidade em nossos dias." IN: *História: Questões e debates*. Curitiba, n. 48/49, 119-135, 2008. Editora: UFPR.

FINLEY, Moses. *A Economia Antiga.* 2 ed. Porto: Afrontamento, 1986.

FINLEY, Moses. *Aspectos da Antigüidade*. Lisboa: Martins Fontes, 1990.

FINLEY, Moses. *História Antiga*. *Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FINLEY, Moses. *Storia della Sicilia antica.* Roma-Bari: Editori laterza, 1992.

FINLEY, M. *Uso e Abuso da História.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERNÁNDEZ, Julián G. Roma Y las Provincias: *Realidad Administrativa e ideología Imperial.* Madrid: Ediclás ,1994.

FISHER, Steven Roger. *História da Leitura.* São Paulo: UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3. O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Vega, 1992.

FRÄNKEL, H. *Ovid A Poet Between Two Worlds*. Cambridge: Cambridge University Press, 1945.

FREEMAN, P. W. M. "Mommsen through to Haverfield: the origens of Romanization studies in late nineteenth-century Britain". In: MATTINGLY, D. J. (Ed.) *Dialogues in Rome Imperialism:Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire*. JRS. Supplementary Series, 1997.

FRIGHETTO. Renan. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.

FUNARI, Pedro P. A. "A Cidade e a Civilização Romana: Um instrumento Didático." In: *Textos Didáticos*. IFCH/Unicamp, n.º 28, 1997.

FUNARI, Pedro P. A. "Bretanha Romana: Estudos recentes sobre a Arqueologia da Bretanha Romana." In: *Revista de História da Arte e Arqueologia.* Nº 1. Campinas: Unicamp, 1994, PP: 249-252.

FUNARI, Pedro P. A. *Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir de documentos.* Campinas: Unicamp, 2003.

FUNARI, P. P. A. "Bretanha Romana", *Revista de História da Arte e Arqueologia 1*. Campinas: Unicamp, 1994, PP: 249-252.

FUNARI, Pedro P. A.. "Reflexões sobre as Relações de Gênero na sociedade Romana". *Boletim do CPA*. Campinas: Unicamp, Ano IV, no. 7. Janeiro/Junho, 1999.

FUNARI, Pedro P. A.. “Romanas por elas mesmas”. In. *Cadernos Pagu*. 1995. pp. 179- 200.

FUNARI, Pedro P. A.. “Uma inscrição bética inédita dos anos 90 d. C.: observações preliminares”. *Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.* n.7, 1988, p. 90-101.

FUNARI, Pedro P. A.. *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

FUNARI, P. P. A.; ORSER JR, C. E; SCHIAVETTO, S. N. (ORG) *Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FUNARI, P. P. A. & MONFORT, C.C. *Britannia y el mediterráneo:Estudios sobre el abastecimento de aceite bético y africano en Britannia.* Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998.

FURET, François. *A Oficina da História.* São Paulo: Gradiva, 19?

GALINSKY, G. Karl. *Ovid's Metamorphoses: An Introduction to the Basic Aspects*. Oxford, 1975.

GARRAFONI, R. S. *Gladiadores na Roma Antiga: Dos Combates às paixões cotidianas.* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

GARRAFONI, R. S. *Bandidos e Salteadores na Roma antiga.* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

GAY, P. *A experiência burguesa, da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

GAY, P. A. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GAY, P. A. A *experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: o coração desvelado.* São Paulo: Cia das Letras, 1999.

GAY, P. A. *A experiência burguesa, da Rainha Vitória a Freud: Guerras do Prazer*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: G. Koogan, 1978.

GIBSON, R. GREEN, S. & SHARROCK, A. *The art of Love*. Oxford: Oxford University Press, (?).

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma ilha: Quatro visões da Literatura Inglesa.* São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova.* São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GONÇALVES, C. R. "La Ficción como Verdad. La invención de la cultura de los Libertos en la historiografía y en la Cena Trimalchionis (Satyricon 29-78)". Limes. 12, 2000, pp. 85-103.

GOSSE, Edmundo. *The life of Algernon Charles Swinburne*. London, 1917.

GRAFTON, Anthony. "O Leitor Humanista" In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (Orgs). História *da Leitura no Mundo Ocidental 2.* São Paulo: 1999, pp. 05-46.

GRIDLEY, R. E. *Browning*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1972.

GRIMAL, P. *O Amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRIMAL, P. *Os Erros da Liberdade*. Campinas: Papirus, 1990.

GRIMAL, P. *Virgílio ou o segundo nascimento de Roma.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GROSSI, M. P. & PEDRO, J. M. *Masculino, Feminino, Plural.* Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

GUARDIAN, *Reviewing the Poem of George Meredith*.

GUARINELLO, N. L. "O Império Romano e Nós" (Introdução) In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V.(org.) *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, pp. 13-19.

GUDEMAN, Alfred. *Historia de La Literatura Latina*. Barcelona: Editorial Labor, 1952.

GUIDUCCI, Armanda. *Perdute nella storia: storia delle donne dal I al VII secolo d.C.* Firenze: Sansoni Editore, 1989.

GUINSBURG, J. (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GUMBRECHT, H. U.; ISER, W.; JAUSS, H. R.; STIERLE, K. *A Literatura e o Leitor: Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUY, Josephine M. *The Victorian Age: An anthology of sources and documents.* "Introduction". London and New York: Routledge, 2002, pp. 463-472.

HALLETT, Judith P. & Skinner, Marilyn B. *Roman Sexualities*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

HARDIE, Philip. *Ovid's Poetics of Illusion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HARDIE, Philip. *The Cambridge Companion to Ovid*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HARRIS, J. *Private Lives, Public Spirits: Britain 1870-1914.* London, 1993.

HARTOG, F. "Histoire Ancienne et Histoire". *Annales.* E. S. C. n.5/6, 1982, p. 687-696.

HARTOG, F. *Os Antigos: O Passado e o Presente*. Brasília: NGS, 1980.

HARTOG, F. *O Século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HEGEL. *A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001.

HEKMA, Gert. " Uma História da sexologia: Aspectos Sociais e Históricos da Sexualidade." In: BREMMER, Jan. (org) *De Safo a Sade: Momentos na História da Sexualidade*. Campinas: Papirus, 1995, pp.: 237-264.

HERDER, J.G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade.* Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1995.

HINDS, Stephen E. *The Metamorphosis of Persephone: Ovid and the Self-Conscious Muse.* Cambridge , 1987.

HINGLEY, Richard & UNWIN, Christina *Boudica: Iron Age Warrior Queen*. London: Continuum International publishing Group, 2006.

HINGLEY, Richard. "Concepções de Roma: Uma perspectiva inglesa". In: FUNARI, P. P. A. (Org). *Repensando o Mundo Antigo.* Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, Nº 47, 2002.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture.: Unity, Diversity and Empire.* London-New York: Routledge, 2005,

HINGLEY, R. *O Imperialismo Romano: Novas perspectivas a partir da Bretanha.* São Paulo: Annablume, 2010.

HINGLEY, R. *Roman Officers and English Gentlemen.* London: Routledge, 2010.

HOAGWOOD, T. A. *Byron's Dialectic*. London: Bucknell University Press, 1952.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A Invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*. Lisboa: Terramar, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.* Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1969.

HOBSBAWM, Eric J. “O Sentido do Passado” In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 22-35.

HOBSBAWM, Eric J. "Valores Vitorianos" In: *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOPKINS, David. "Nature's laws and man's: the story of Cinyras and Myrrha in Ovid and Dryden". Modern Language Review 80. 1985, 786-801.

HOUGHTON. *The Life and Letters of John Keats.* New York: Norman Press, 2008.

HOWARD, J.J. *The metamorfosis of Ovid* . London 1807.

HUMMEL, F.H. e BRODRIBB A.A. *Lays from Latin Lyres*. London, 1876.

HUSKINSON, J. “Looking for culture, identity and power”. In. HUSKINSON, J. (Ed.) *Experiencing Rome. Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2000.

HYDER, C. K. *Swinburne as Critic*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul Ltd, (?).

JACQUES, F. & SCHEID, J. *Rome et l’integration de L’Impire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: gallimard, 1978.

JAUSS, H. R..A *História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JENKINS, Richard. “El legado de Roma” in: *El legado de Roma: Una nueva valoración.* Barcelona: Crítica, 1995.

JOLY, Fábio D. (Org.) *História e retórica.* São Paulo: Alameda, 2007.

KING, H. "Preparando o terreno - Sexologia grega e romana", In: PORTER, R. e MIKULÁS, T. (orgs). *Conhecimento sexual, ciência sexual. A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Edunesp, 1998.

KNOX, P. E. *Oxford Reading in Ovid*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

LANDOR , Walter Savage. *Works and Life*. London: 1872.

LARMOUR, David H. J., MILLER, Paul A., PLATER, C. (Editors) *Rethinking Sexuality:* Foucault and Classical Antiquity. Princeton: Princeton University Press, 1998.

LEIGHTON, Frederick - *Perseu and Andromeda*. (?)

LEONI, G. D. *A Literatura de Roma*. São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1958.

LORD DAVID CECIL . *The Young Melbourne*. (?)

LYONS, Martyn. “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários.” In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (Orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental 2.* São Paulo: 1999, pp.165-202.

MACAULAY, T. B. *Lays of Ancient Rome*. 1842.

MACK, S. *Ovid*. New York: Yale University Press, 1988.

MACKAIL, J. W. *Latin Literature*. London: John Murray, 1919.

MACMULLEN, R. "Hellenizing the Romans". *Historia*. n.40, 1991, p. 419-438.

MARSON, Melina Izar. "Da Feminista "Macha" aos Homens Sensíveis: O Feminismo na Brasil e as (Des) construções das Identidades Sexuais". *Cadernos Ael*, n.3/4, 1995/1996.

MARTIN, C. *Ovid in English*. London: Penguin Books, 1998.

MARTIN, René. "História Social do Mundo Romano Antigo: Métodos e Problemas". In. GODINHO, Vitorino Magalhães. (Org.). *História Social: Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967.PP. 67-98.

MARTINS, E. R. *História Repensada:teoria e método na historiografia européia do século XIX.* São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINDALE, Charles. *Ovid Renewed : Ovidian influences on literature and art from the Middle Ages to the Twentieth Century*. Cambridge, 1988.

MARTINDALE, Charles. Redeeming the text: Latin poetry and the hermeneutics of reception. Cambridge University Press, 1993.

MATOS, M.I.S. SAMARA, E. M, SOIHET, R. *Gênero em debate. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporâne*a. São Paulo: Educ, 1997.

MATTELART, A.; NEVEU, E. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTINGLY, D. J. (org.) *Dialogues in Roman Imperialism*. Portsmouth: Rhode Island, 1997.

MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (Orgs.) Introdução. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MENDES, N. M. "Política e Identidade em Roma Republicana." In: FUNARI, P. P. A. & SILVA, M. A. O. *Política e identidades no mundo antigo.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

MILLER, P. A. & PLANTTER, C. (orgs.) *History in Dispute:* Classical Antiquity and Classical Studies. V. 20. St. James Press, 2005.

MILLET, M. *The Romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation.* Cambridge: Cambridge University, 1990.

MOLINA, Alejandro Bancalari. *Orbe Romano e Imperio Global: La Romanización desde Augusto a Caracalla.* Santiago: Editorial Universitaria: 2007.

MOMIGLIANO, A. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: Edusc, 2004.

MOMIGLIANO, A. *Os Limites da Helenização.* Rio de Janeiro: 1990.

MOMIGLIANO, A . *Pace e libertà nel mondo antico.* (appendice documentaria e ventuno lettere a Ernesto Codignola a cura di Riccardo Di Donato) Scandicci : La nuova Italia , 1996.

MOMMSEN, T. *História de Roma.* Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1973.

MONTEIRO, S. *Deusas e Adivinhas.* São Paulo: Musa Editora, 1998.

MONTEIRO, M. C. “Figuras Errantes na Época Vitoriana: A Preceptora, a Prostituta e a Louca.” In: *Fragmentos*.V. 8 nº 1, p. 61/71. Florianópolis, 1998.

MONTERO, E. *El Latín Erótico. Aspectos Léxicos y Literários* (hasta el siglo I. d. C.). Seville: Universidad de Sevilla, 1991.

MOSER, F. M. *Dileta Britannia: Estudios de cultura inglesa*. Lisboa: Caloustre Gulbenkian, 2004.

MOWAT, C. L. *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MULHAUSER, Ruth. *Sainte-Beuve and Greco-Roman Antiquity*. Cleveland and London, 1969.

NERET, Gilles. *Erotica Universalis.* Frankfurt, 1994.

NICOLET, C. *Rendre à Cèsar. Économie et société dans la Rome Antique*. Paris: Gallimard, 1988.

OLIVIER, L. “A Arqueologia Francesa e o Regime de Vichy (1940-1944”. In: BENOIT, H. e FUNARI, P. P. A. (org.) *Ética e Política no Mundo Antigo.* Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

OMENA, L. M. *Pequenos poderes na Roma Imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca.*Vitória: Flor&Cultura, 2009.

OTIS, Brooks. *Ovid as na Epic Poet*. 2nd edn. Cambridge, 1970.
PAGDEN, A. Lords of all the World: *Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500-c.1800.* New Haven & London: Yale University Press, 1995.

PANTEL, Pauline S. “A História das mulheres na História da Antigüidade, hoje”. In. DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Org.). *História das Mulheres: Antigüidade*. V. 1, São Paulo: Ebradil, 1990.

PARATORE, Ettore. *História da literatura Latina*. Lisboa: Calouste, 1983.

PARKER, H. N. "Loves body anatomized. The ancient erotic handbook and the rhetoric of sexuality", In: RICHLIN, A. (org). *Pornography and representation in Greece & Rome*. Nova York: Oxford University Press, 1992, pp. 90-111.

PATER, Walter. "Demeter and Persephone." (1876) In: *Greek Studies*. London, 1928.

PAUL, Hebert. *The decay of the Classical quotation.* 1896. Repr. In Men and Letters. London, 1901.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica II.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

PERROT, Michelle. "Escrever uma História das Mulheres: Relato de uma experiência". In. *Cadernos Pagu*. 4, 1995. p. 9-28.

PERROT, Michelle. *As Mulheres e os Silêncios da História*. São Paulo: Edusc, 2005.

PESEZ, J-M. "História da Cultura Material". In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PFLAUM, H. G. "Inscripciones Romanas de Barcelona". *Revue des Études Anciennes*. LXXVI, 1974, p. 412-414.

PINSKY, Jaime. *100 Textos de História Antiga.* São Paulo: Contexto, 2003.

PIRES, F. M. *Antigos e Modernos: Diálogos sobre a escrita da historia.* São Paulo: Alameda, 2009.

POETICAL WORKS 1.72; J.G. FRAZER . *The Golden Bough*. (?)

POMEROY, S. B. *Diosas, rameras, esposas y esclavas: mujeres en la antigüedad clásica*. Madrid: Akal, 1987.

PORTER, R. "História do Corpo". In: BURKE, P. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 291-326.

PRESTON, William. *Some considerations on the history of Ancient Amatory Poets.* London, 1805.

PROUST, Jacques. "História Social e História Literária". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. (Org.). *História Social: Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967. PP. 301-316.

RAGO, Margareth. "Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil". *Cadernos AEL*., n.3/4, 1995/1996. pp. 11-43.

RAGO, Margareth. "Epistemologia Feminista, Gênero e História". Unicamp, pp. 1-11, (prelo).

RAGO, M. FUNARI, P. P. A. (ORGS) *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

RAMBAUX, C. "Les amours d'Ovide", In: *Trois analyses de l'amour* - Catule: Poésies, Ovide: Les amours, Apulére: Le conte de Psyché. Paris: Les Belles Lettres, 1985, pp. 75-76.

REECE, R. "Romanization: a point of view", In: BLAGG & MILLET (eds.) *Early Roman Empire in the West.* Oxford, 1990.

RICHARDS, Bernard. "Escritores, pubs e cafés" In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland. (org.) *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 98.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RICHMOND, I. A. *Roman Britain.* Londres: Peguin Books, 1963.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-Françoise. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

ROSTOVTZEFF, M. *História Social y Económia del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-Calpe, 1937, Tomo I-II.

ROULAND, Norbert. *Roma, Democracia Impossível?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ROUSSELLE, Aline. *Pornéia. Sexualidade e Amor no Mundo Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROUGEMONT, D. *História do Amor no Ocidente.* São Paulo: Ediouro, 2003.

RUTHERFORD, A. *Byron: Augustan and Romantic*. London: The Macmillan Press Ltd, 1990.

RUTLAND, W. R. *Swinburne. A Nineteenth-Century Hellene*. Oxford, 1931.

RYALS, C. L. *The Life of Robert Browning*. Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.

SALLES, Catherine. "As Prostitutas de Roma" In: DUBY, G. *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991, pp. 87- 104.

SALLES, Catherine. *Nos Submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SARAIVA, F. R. Dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SCHEID, John. "Estrangeiras Indispensáveis: Os papéis Religiosos das Mulheres em Roma". In. DUBY, G. & PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente: A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

SCOTT, Joan "Prefácio à Gender and Politics of History". *Cadernos Pagu*. 1994 pp.?

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): pp. 5 – 22, 1990.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. Pp. 63 – 96.

SEGAL, Charles Paul. *Landscape in Ovid's Metamorphoses: A Study in the Transformations of a Literary Symbol*. Wiesbaden, 1969.

SELLAR, W. Y. *The Roman Poets of the Augustan Age.*. Oxford: Clarendon Press, 1891.

SENA, Jorge de. *A Literatura Inglesa: Ensaio de Interpretação e de História*. São Paulo: Cultrix, 1963.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As titânias da Intimidade.* São Paulo:Cia da Letras, 1988.

SHARROCK, Alison. "Gender and Sexuality". In HARDIE, Philip. *The Cambridge Companion to Ovid.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SHELDON, R. "Romanizzazione, Acculturazione e Resistenza: problemi conceittuali nella storia del Nordafrica", In: *DArch,* 4 (1982).

SISSA, Giulia. “Filosofias do Gênero: Platão, Aristóteles e a Diferença dos Sexos”. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das Mulheres: Antigüidade*. V. 1 Porto: Afrontamento, 1990.

SMITH, J. & STRAY,C. *Teaching and Learning in Nineteenth-Century Cambridge*. Cambridge: The Boydell Press, 2001.

STABLER, J. *Palgrave Advances in Byron Studies.* London: Palgrave Macmillan, 2007.

STRAY, C. *Classical Books*: *Scholarship and Publishing in Britain since 1800*. London: Institute of Classical Studies, 2007.

STRONG, Donald. *Roman Art.* Yale University Press/New Haven and London, 1988.

SUSINI, G. *Epigrafia Romana*. Roma: Laterza,1982.

SWINBURNE, A. C. *Arthurian Poets*. New York: The Boydell Press, 1990.

SYME, R. *History in Ovid*. Oxford: Clarendon Press, 1978.

SYMONDS, J. A. *Letter to The Academy*, 27 September 1885, ed. SCHULLER, H. M. and PETERS, R. L. 3 vols. Detroit 1967-9.

THACKREY, W.M. *The history of Henry Esmond*. (London)

THOMAS, Yan. “A Divisão dos Sexos no direito Romano”. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das Mulheres: Antigüidade.* V. 1. Porto: Afrontamento, 1990, pp. 127-202.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.* V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A força dos trabalhadores.* V. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P.. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2001.

TILLY, Louise A. "Gênero, História das Mulheres e História Social". *Cadernos Pagu*, 3, 1994, pp. 29-62.

TREVELYAN, G. O. *Life and letters of Lord Macaulay.* London, 1876.

TRIGGER, B. G. *A History of Archaeological Thought.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TRIGGER, B. G. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico.* São Paulo: Odysseus Editora. 2004

TRUEBLOOD, P. G. *Byron's Political and Cultural Influence in Ninneteenthy-Century Europe*. London: The Macmillan Press Ltd, 1981.

TURNER, Frank M. "The Triumph of idealism in Victorian classical studies" In: *Contesting Cultural Authority: Essays in Victorian Intellectual Life.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993, PP: 322-361.

TURNER, Frank. “Why the Greeks and not the Romans?” In: CLARKE, G. W. *Rediscovering Hellenism: The Hellenic Inheritance and the English Imagination.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

VANCE, Norman . "Ovid and the nineteenth century." In: MARTINDALE. *Ovid Renewed : ovidian influences on literature and art from the Middle Ages to the Twentieth Century*. Cambridge, 1988, pp. 215-232.

VANCE, Norman. *The Victorians and Ancient Rome.* Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

VERNANT, Jean-Pierre. "Fronteiras do Mito." IN: *Textos Didáticos - Repensando o Mundo Antigo* . ifch/Unicamp, 2002, n.º 47 - p. 9-24.

VEYNE, Paul. *A Elegia Erótica Romana. O amor, a poesia e o ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VEYNE, Paul. *A Sociedade Romana.* Lisboa: Edições 70 LDA. 1990.

VEYNE, Paul. “O Casamento”. In. ARIÉS, P. & DUBY, G. *História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano Mil*. V. 1. São Paulo: Companhia das letras, 1985, pp.45-60.

WALKOWITZ. "Sexualidades Perigosas" In: *História das Mulheres no Ocidente: O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991.

WATON, Joseph. "Essay on Pope." In: BUSH, Douglas. *Mythology and Romantic Tradition in English Poetry.*

WEBER, M. *Storia economica e sociale dell'antichita*. Roma: Riuniti, 1981.

WEEKS, J. *Sex, politics and society: The regulation of sexuality since 1800.*Londres, 1981.

WEHMEIER, Sally. *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. Oxford, 7th edition.

WHEELER, S. M. *A Discourse of Wonders: Audience and Performace in Ivid's Metamorphoses.* Philadelphia, 1999.

WILDE, Oscar. *Obra Completa.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

WILKINSON, L. P. *Ovid Recalled*. Cambridge: Cambridge University Press, 1955.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WOOLF, G. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul.* Cambridge, 1998.

WOOLF, G. "The Formation of Roman Provincial Cultures." In: METZLER, J.; MILLET, M.;ROYMANS, N.; & SLOFSTRA (eds.), *Integration in the Early Roman West. The role of culture and ideology*, Dossiers d'Archéologie du Musée National d'Histoire et d'art 4, Luxemburgo, 1995.

WYKE, M. "Taking the woman's part: engendering Roman elegy", in: BOYLE, A. J. ed., *Ramus Essays in honour of J. P. Sullivan, 110-28*. Bentleigh, Vitoria, 1995.

WYKE, M. Parchments of Gender: *Deciphering The Bodies of Antiquity*, New York: Claredon Press – Oxford, 1998.

ZILBERMAN, R. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZIOLKOWSKI, T. *Ovid and the Moderns*. London: Cornell University Press, (?).

ZUMTHOR, P. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Educ, 2000